

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

MAYARA DE SOUZA CASTRO

**UNIVERSIDADE E INCLUSÃO SOCIAL: O PERFIL DOS ESTUDANTES QUE
OPTARAM PELO PROGRAMA DE AÇÕES AFIRMATIVAS PARA O ACESSO À
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**

FLORIANÓPOLIS/SC

2010/2

MAYARA DE SOUZA CASTRO

**UNIVERSIDADE E INCLUSÃO SOCIAL: O PERFIL DOS ESTUDANTES QUE
OPTARAM PELO PROGRAMA DE AÇÕES AFIRMATIVAS PARA O ACESSO À
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de Serviço
Social da Universidade Federal de Santa
Catarina como requisito parcial para a
obtenção do título de Bacharel em Serviço
Social.

Orientadora: Prof. Dra. Liliane Moser

FLORIANÓPOLIS/SC

2010/2

Dedico este trabalho às pessoas mais importantes na minha vida e pelas quais sinto imenso amor: meu esposo, meus pais e minhas irmãs. Dedico também à família Arendartchuk Castro, pelo carinho e pela amizade com que me receberam em suas vidas.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a meus pais, Vilson e Rosimeri, pela vida, pelos cuidados, pela educação e pelo infinito amor dedicados a mim, e a Deus, por ter colocado em minha vida essas pessoas maravilhosas, sem as quais eu não seria o que sou.

Ao meu esposo Fiódor, por ser como eu sonhava e melhor do que esperava, pelo amor, pelo companheirismo e pela amizade, pelas críticas, pelas sugestões, pelos conselhos, por estar presente e por ser parte dos melhores momentos da minha vida, pelas nossas conquistas e por nossos planos. Eu te amo.

Agradeço às minhas irmãs, Kamilla e Paula, pelas risadas, pela amizade, pelas brigas e pelos momentos inesquecíveis que passamos juntas. Conviver com irmãs é um dos maiores aprendizados que alguém pode ter, vocês são o melhor presente que nossos pais me deram, amo-as muitíssimo.

À família Arendartchuk Castro: Terezinha, Wayra, Huáscar, Sacha e Santiago, pelo acolhimento, pela paciência e pela amizade.

Agradeço a todos os meus familiares, que sempre me trataram com muito carinho e me incentivaram a estudar. Tenho certeza de que este sonho que se concretiza com a conclusão de minha graduação também era esperado por eles.

Ao Instituto Stela, pelo incentivo, pela compreensão e pelas inúmeras ajudas. Não posso deixar de registrar aqui, em especial, meu agradecimento à Natália, à Sandrinha e à Luy, sem vocês aqui o que seria de mim?

À Corina Martins Espíndola, que, além de supervisora de campo, é amiga, exemplo de profissional e de comprometimento.

Aos professores do Departamento de Serviço Social da UFSC, em especial à professora e orientadora Liliane Moser, que me ajudou a superar o desafio e as expectativas na elaboração deste trabalho, sempre com muita simpatia, paciência e bom humor. Professora, você foi maravilhosa comigo, faltam-me palavras para descrever a minha imensa gratidão, obrigada por tudo.

Aos membros da banca, que se dispuseram a participar da avaliação desta monografia.

Às amigas tão queridas que encontrei no curso: Jacqueline Bastos, Luciana Rodrigues, Daniela Tomkelski, Francielle Machado, Sandra Pacheco, Silvia

Santiago, Karin Camargo, parceiras de estudos e de trabalhos, de opiniões e de muitas risadas. Lú e Fran, juntas começamos e juntas terminamos o curso, é muito bom poder compartilhar com vocês este momento tão importante. Sempre que precisarem, podem contar comigo. Dani, sua competência sempre me inspirou, foi ótimo poder dividir com você as minhas primeiras experiências profissionais. Jac, você foi um presente para mim, obrigada pela ajuda e por sua amizade, serei sempre grata a você.

[...] Nunca deixe que lhe digam que não vale a pena acreditar no sonho que se tem, ou que seus planos nunca vão dar certo, ou que você nunca vai ser alguém. Tem gente que machuca os outros, tem gente que não sabe amar, mas eu sei que um dia a gente aprende. Se você quiser alguém em quem confiar, confie em si mesmo, quem acredita sempre alcança [...].

Renato Russo/Flávio Venturini

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso aborda o tema das Ações Afirmativas como meio de acesso ao ensino superior. Tem-se como objetivo apresentar o perfil dos estudantes que optaram pelo Programa de Ações Afirmativas (PAA) para acesso à UFSC, problematizando-se as ações voltadas para a inclusão social e que efetivam o papel das universidades. Justifica-se a pesquisa deste tema por sua relevância e atualidade e pelo fato de inexistirem dados sistematizados referentes ao público-alvo do PAA da UFSC. Para tanto, o estudo está ancorado em uma perspectiva teórico-crítica, com características qualitativas e quantitativas, sendo também uma pesquisa descritiva e exploratória. Por fim, teve-se como resultado mais expressivo no que diz respeito ao perfil traçado o fato de os estudantes optantes pelo PAA serem em sua maioria procedentes do Estado de Santa Catarina, oriundos de ensino fundamental e médio públicos, de terem frequentado cursos pré-vestibulares e de estudarem a maior parte do ensino médio no período diurno. Possuem grupos familiares formados por quatro pessoas, sendo o pai o principal responsável pelo sustento familiar e a renda bruta situada entre três e cinco salários mínimos. Esses estudantes utilizam a internet e o ônibus como principais meios de comunicação e transporte, respectivamente, e escolheram a UFSC como instituição de ensino superior por ser pública e gratuita, o que era mais viável para a situação econômica de suas famílias. Percebeu-se assim então que as Ações Afirmativas são importantes medidas para promover a inclusão de grupos historicamente excluídos do ensino superior e também para promover a diversidade.

Palavras-chave: Educação. Ações Afirmativas. Serviço Social. Inclusão social.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Distribuição anual dos optantes pelo PAA aprovados nos vestibulares da UFSC	50
Gráfico 2 - Distribuição percentual dos optantes pelo PAA aprovados nos vestibulares da UFSC dos anos de 2008, 2009 e 2010	50
Gráfico 3 - Distribuição dos optantes pelo PAA aprovados nos vestibulares da UFSC dos anos de 2008, 2009 e 2010	53
Gráfico 4 - Representação do aumento de aprovação de estudantes oriundos de ensino médio público após a implementação do PAA.....	73

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de universidades no Brasil	22
Tabela 2 - A comunidade universitária da UFSC em números	38
Tabela 3 - Distribuição dos estudantes ingressantes pelo Programa de Ações Afirmativas por centro de ensino entre 2008 e 2010	68
Tabela 4 - Estado de procedência	70
Tabela 5 - Tipo de estabelecimento onde os optantes cursaram o ensino fundamental.....	71
Tabela 6 - Tipo de estabelecimento onde os optantes cursaram o ensino médio	72
Tabela 7 - Turno em que os optantes cursaram o ensino médio	74
Tabela 8 - Tipo de curso de ensino médio que os optantes concluíram	74
Tabela 9 - Frequência de participação dos optantes em cursos pré-vestibulares	75
Tabela 10 - Principal motivo que levou os optantes a não frequentarem cursos pré-vestibulares	76
Tabela 11 - Estado civil dos optantes quando prestaram o vestibular	77
Tabela 12 - Idade em que os optantes iniciaram atividades remuneradas	77
Tabela 13 - Ocupação dos optantes quando prestaram o vestibular.....	78
Tabela 14 - Número de pessoas que compõem o grupo familiar.....	79
Tabela 15 - Valor da renda bruta familiar.....	80
Tabela 16 - Principal responsável pelo sustento familiar	80
Tabela 17 - Ocupação do principal responsável pelo sustento familiar	82
Tabela 18 - Principal meio de informação que os optantes utilizam para se manter informados.....	83
Tabela 19 - Frequência com que os optantes utilizam computadores	83
Tabela 20 - Presença de computadores nas residências dos optantes.....	84
Tabela 21 - Meios de transporte que os optantes mais utilizam	84
Tabela 22 - O que os optantes esperam obter com um curso superior	85
Tabela 23 - Motivo que levou os optantes a escolherem a UFSC como instituição de ensino superior.....	86

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APUFSC - Associação de Professores da UFSC
BU - Biblioteca Universitária
CAGR - Sistema de Controle Acadêmico da Graduação
CAPG - Sistema de Controle Acadêmico da Pós-Graduação
CCA - Centro de Ciências Agrárias
CCB - Centro de Ciências Biológicas
CCE - Centro de Comunicação e Expressão
CCJ - Centro de Ciências Jurídicas
CCS - Centro de Ciências da Saúde
CDS - Centro de Desportos
CED - Centro de Ciências da Educação
CFESS - Conselho Federal de Serviço Social
CFH - Centro de Filosofia e Ciências Humanas
CFM - Centro de Ciências Físicas e Matemáticas
COPERVE - Comissão Permanente do Vestibular
CoSS - Coordenadoria de Serviço Social
CSE - Centro Socioeconômico
CTC - Centro Tecnológico
DAE - Departamento de Administração Escolar
EMAJ - Escritório Modelo de Assistência Jurídica
FHC - Fernando Henrique Cardoso
GTI - Grupo de Trabalho Interministerial
HU - Hospital Universitário
IDH - Indicador de Desenvolvimento Humano
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LabUFSC - Laboratório de Informática da UFSC
LDB - Lei de Diretrizes e Bases
MEC - Ministério da Educação
PAA - Programa de Ações Afirmativas
PRAE - Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
PREG - Pró-Reitoria de Ensino de Graduação
REUNI - Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras
RU - Restaurante Universitário
TCC - Trabalho de Conclusão de Curso
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 UNIVERSIDADE E INCLUSÃO SOCIAL: UMA JUSTIFICATIVA PARA A EXISTÊNCIA DE UM PAA	16
2.1 Universidade: trajetória e papel social.....	16
2.2 A inclusão social no ensino superior	22
2.3 Serviço Social e educação	28
3 COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE AÇÕES AFIRMATIVAS DA UFSC: LÓCUS DA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO	34
3.1 Caracterização da instituição	34
3.2 O PAA na UFSC: contexto histórico, aprovação e implementação	41
3.3 O Serviço Social na Comissão de Acompanhamento e Avaliação do PAA	54
3.4 O estágio na Comissão de Acompanhamento e Avaliação do PAA.....	63
4 O PERFIL DOS ESTUDANTES QUE INGRESSARAM NA UFSC POR MEIO DO PAA	67
4.1 Os sujeitos da pesquisa	67
4.2 Características gerais dos optantes	69
4.2.1 Características socioeconômicas do grupo familiar	79
4.2.2 Características socioculturais dos optantes	82
4.2.3 Expectativas dos optantes em relação ao ensino superior.....	85
4.3 Trajetórias e dilemas dos optantes pelo PAA.....	87
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
REFERÊNCIAS	109
APÊNDICES	115
APÊNDICE A – Roteiro de entrevista.....	115
APÊNDICE B – Termo de consentimento livre e esclarecido	117
ANEXOS	119
ANEXO A – Estrutura organizacional da UFSC	119

1 INTRODUÇÃO

O debate sobre as políticas afirmativas, presente no Brasil desde os anos 1980 com a redemocratização da sociedade brasileira e em evidência atualmente, divide opiniões dentro e fora dos espaços acadêmicos, especialmente nas universidades públicas. Nos últimos dez anos, houve uma perceptível transformação no tocante à aceitação dessas políticas no âmbito universitário, uma vez que estão sendo aplicadas por aproximadamente 50% das universidades públicas brasileiras.

O acesso às universidades é considerado como o principal meio de ascensão social para diversos setores da população do país, questão ligada ao fato de as instituições de educação superior intervirem socialmente na formação de recursos humanos de qualidade, sendo base para as profissões e promovendo o avanço do conhecimento e a formação crítica e criativa. As cotas universitárias (reservas de vagas por meio de políticas afirmativas) como alternativas de inclusão social certamente irão interferir no aumento da qualidade de vida dos indivíduos pertencentes a setores que, sem o acesso ao ensino superior, não atingirão um patamar mais elevado de qualidade de vida.

A inserção diferenciada no ensino superior público brasileiro, através dos Programas de Ações Afirmativas (PAA), é importante não somente para amenizar a enorme desigualdade, se comparada à inserção de alunos brancos e/ou economicamente mais favorecidos, como também para oportunizar aos estudantes cotistas a convivência com classes e grupos diferentes. Porém, a inclusão de certos grupos populacionais só ocorrerá de fato com a democratização do acesso e com incentivos à permanência na universidade. O poder público deve ser efetivo em suas decisões e executar políticas que atendem à crescente demanda por ensino.

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), no ano de 2007, aprovou seu Programa de Ações Afirmativas (PAA), pois reconheceu a necessidade de promover, assegurar e ampliar o acesso democrático à universidade pública, incluindo diversidade socioeconômica e étnico-racial, o que demonstra que esta instituição não está alheia a disparidades sociais, econômicas e culturais. Em seu PAA, a UFSC democratiza, em reconhecimento às desigualdades historicamente enfrentadas por seu público-alvo, meios de acesso, oportunidades e benefícios aos cotistas.

O PAA da UFSC destina-se a estudantes que tenham cursado integralmente o ensino fundamental e médio em instituições públicas de ensino, a estudantes autodeclarados negros e àqueles que pertençam a povos indígenas. Esse programa tem como objetivos preparar e viabilizar o acesso de estudantes aos cursos de graduação, acompanhar e viabilizar a permanência do estudante, acompanhar a inserção sócio-profissional dos egressos, ampliar vagas nos cursos de graduação e criar cursos de graduação para o período noturno.

A escolha do tema deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) foi motivada pelo desenvolvimento do estágio curricular obrigatório, realizado no período de agosto de 2009 a julho de 2010, na Comissão de Acompanhamento e Avaliação do Programa de Ações Afirmativas da UFSC. No estágio, foi possível perceber, por meio dos atendimentos realizados e das informações fornecidas pela própria instituição, a inexistência de dados sistematizados referentes ao público-alvo do Programa, demandando a realização de uma pesquisa que possibilitasse conhecer e descrever as características da realidade vivida por esses estudantes a ponto de estabelecer novas propostas de ação. A pesquisa foi motivada também pela relevância e atualidade do tema, inclusive para o Serviço Social, que discute timidamente esse tema.

Este estudo encontra-se ancorado em uma perspectiva teórico-crítica, com característica de uma pesquisa quanti-qualitativa. Para conhecer a realidade dos estudantes, elegeu-se a pesquisa descritivo-exploratória. A pesquisa exploratória envolve levantamento bibliográfico e documental e entrevistas, e é desenvolvida com o objetivo de proporcionar uma visão geral acerca de determinado fato. Já a pesquisa descritiva tem como objetivo principal a descrição das características de determinado grupo, distribuição por idade, sexo, procedência, escolaridade, etc. (GIL, 1994, p. 45).

Nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo geral apresentar o perfil dos estudantes optantes pelo PAA da UFSC, problematizando as ações voltadas para a inclusão social que efetivam o papel das universidades. Com isso, os objetivos específicos são os seguintes: a) realizar contextualização histórica sobre a UFSC e seus programas de permanência e inclusão; b) caracterizar o PAA da UFSC; c) caracterizar o trabalho do Serviço Social da Comissão de Acompanhamento e Avaliação do Programa; d) levantar dados relacionados ao ingresso dos estudantes de escola pública no ano de 2007; e) levantar o total de

estudantes optantes aprovados pelo Programa no período de 2008 a 2010; f) apresentar as características gerais, socioeconômicas, socioculturais e expectativas futuras apresentadas pelos estudantes optantes; e g) conhecer a opinião dos estudantes sobre o PAA da UFSC.

Para o alcance dos objetivos, foi realizada uma coleta de dados e de informações imprescindíveis à caracterização do perfil dos estudantes. Os dados quantitativos foram coletados a partir das informações do “Questionário Socioeconômico-Cultural” (aplicado no processo do Concurso Vestibular da UFSC), com posterior análise estatística do registro efetuado no questionário. Os dados qualitativos foram obtidos por meio de entrevistas realizadas com nove estudantes optantes do PAA regularmente matriculados na UFSC. Foi possível apreender, através das entrevistas, opiniões, críticas e sugestões acerca do PAA e da UFSC.

Na primeira seção, será ressaltada a importância da instituição *universidade* para a inclusão social, em que se abordará o papel desta para a sociedade e a importância da inclusão através do ensino. Será apresentada também uma reflexão sobre cidadania, por meio da qual é possível mostrar que a educação é um meio para seu exercício. Demonstrar-se-á a importância da atuação do Assistente Social em políticas inclusivas cujo foco é a educação.

Na segunda seção, será realizada a caracterização da UFSC como instituição de ensino superior que, entre outras ações, implementa medidas de inclusão social. Mostrar-se-á sua história de criação, suas metas, seus objetivos, recursos e outros elementos. Será apresentado o PAA da instituição, justificando-se a existência desses programas em universidades públicas. O trabalho do Serviço Social inserido na Comissão de Acompanhamento e Avaliação do PAA também será caracterizado. Serão apresentadas informações sobre sua criação, surgimento do Serviço Social, seu público-alvo, as atividades desenvolvidas e as ações norteadoras da prática profissional nesse campo de atuação. Também será feito um relato da experiência de estágio na Comissão.

A terceira seção tratará dos sujeitos envolvidos e das formas de análise e interpretação dos dados obtidos. Serão apresentados também os dados que caracterizam o perfil dos estudantes optantes pelo Programa por meio de informações gerais, socioeconômicas, socioculturais, expectativas e opiniões destes sobre o PAA da UFSC.

Para finalizar, serão expressas as conclusões referentes à pesquisa realizada, relacionando-se os resultados com as Políticas de Ações Afirmativas e com as novas demandas destinadas ao Serviço Social a partir da efetivação dessas medidas.

2 UNIVERSIDADE E INCLUSÃO SOCIAL: UMA JUSTIFICATIVA PARA A EXISTÊNCIA DE UM PAA

Nesta seção, será abordado o papel da universidade na sociedade brasileira. Para isso, far-se-á um breve resgate histórico do surgimento dessa instituição, por meio do qual será possível verificar que as reformulações do Estado e as propostas de reformas alterariam o caráter transformador do ensino superior.

Também serão ressaltadas a importância da instituição *universidade* para a inclusão social e a necessidade da inclusão por meio do ensino. Será apresentada uma reflexão sobre cidadania que mostrará que a educação é um meio para seu exercício. Com base nos argumentos de alguns autores, serão demonstradas as dificuldades e as alternativas para a inclusão social no ensino superior, entre elas as Ações Afirmativas.

Por fim, mostrar-se-á a importância do Serviço Social em políticas inclusivas, bem como as principais funções de um Assistente Social, que tem a educação como sua principal demanda, e as ações norteadoras desse foco profissional.

2.1 Universidade: trajetória e papel social

A universidade¹, desde a sua criação, tem por missão estimular e transmitir o saber, tendo de adaptar-se a novas realidades, ocasionadas por transformações históricas e societárias.

Barros e Lehfeld (2004) informam que a Universidade surge na transição da Europa feudal para seu período renascentista. Durante esse período, foram grandes os debates centrados nos dogmas e nas heresias da Igreja, e a preocupação estava em interpretar e esclarecer revelações divinas.

Em sua origem está a marca da transição de uma etapa da humanidade para outra, bem como o sentido de se buscar a liberdade do pensar e do agir, criando-se a partir daí um novo paradigma com base nos grandes avanços do conhecimento. Estas foram consequências das mudanças do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista, em que a burguesia passa a usufruir como patrão da força de trabalho de camponeses e artesãos (BARROS; LEHFELD, 2004, p. 8).

¹ O termo *universidade* é utilizado aqui de forma genérica, não se referindo a um segmento acadêmico em particular.

Por esse motivo, a instituição universitária passou a ser associada ao poder e à riqueza. Com a implementação de métodos de pesquisa e investigação científica em países como França, Inglaterra e Alemanha, as universidades vão novamente se reestruturar para fornecer respostas ao desenvolvimento das nações, voltadas muitas vezes para o conhecimento de questões socioeconômicas da sociedade e também como forma de superar os problemas existentes.

No Brasil, as primeiras instituições de ensino superior surgem de forma tardia, sendo nosso país o último da América Latina a criar uma faculdade. As primeiras instituições de ensino superior brasileiras refletiam o modelo das instituições europeias. Esse modelo foi modificado na década de trinta, quando as instituições brasileiras passaram a incorporar a ideia de universidade como centro de debates. Contudo, durante o período do regime militar, essas instituições sofreram novas alterações, dessa vez nas políticas educacionais, ao adotarem padrões norte-americanos.

Nas palavras de Barros e Lehfeld (2004), no Brasil, as universidades foram criadas para contribuir com o desenvolvimento do país e formar elites dirigentes. Roma (2010, p. 5), em artigo apresentado no XIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, afirma ainda que:

Diante do acirramento da desigualdade social, a universidade tem a função, juntamente com outras instituições, de oferecer subsídios para que se formem cidadãos qualificados comprometidos com a sociedade, capazes de lutar por uma transformação societária. É sabido que o sistema capitalista tem por objetivo intensificar a exploração da força de trabalho a fim de obter maior lucratividade. O lucro, por sua vez, é direcionado a uma minoria, que através de mecanismos de controle social, permitiu que a classe de pauperada não viesse atrapalhar a apropriação da riqueza produzida.

Os autores acima citados complementam a ideia de que, além de contribuir para a transformação da sociedade em geral, a função da universidade é a de também ser centro de pesquisa, de profissionalização, de extensão e de prestação de serviços à comunidade, por isso é importante haver diversidade social dentro desses espaços de ensino (BARROS; LEHFELD, 2004; ROMA, 2010).

Severino (2004) diz que a universidade é também lugar de contradição, um espaço de ruptura. Para o autor, a educação superior pode propiciar às novas gerações uma tríplice competência.

A competência técnico-profissional, a competência científica e a competência política, formando profissionais competentes no domínio técnico de suas habilitações de trabalho, com base em conhecimentos científicos assimilados em um processo de reelaboração da ciência enquanto atividade de descoberta e invenção, e comprometidos com uma nova consciência social, ou seja, capazes de compreender e reavaliar sua existência e sua atuação na sociedade a partir de um projeto político civilizatório voltado para a transformação qualitativa dessa mesma sociedade no seu todo (SEVERINO, 2004, p. 14).

Em relação ao ensino no país, alguns fatos importantes devem ser ressaltados. Um deles é a promulgação da Lei nº 5.540, de 1968, que trata da reforma universitária. Nessa lei, são estabelecidos os objetivos do ensino superior e as decisões com relação às mudanças da universidade brasileira. Outro fato que cabe ser mencionado foi o sancionamento, em 1996, da nova Lei de Diretrizes e Bases² (LDB), nº 9.394, chamada de Lei Darcy Ribeiro, que apresenta avanços para o sistema educacional brasileiro, agindo na base da pesquisa e na dimensão política da educação.

Essas mudanças no ensino brasileiro fizeram parte da nova concepção de Estado que começou a ser implantada no Brasil na década de 1990³, sendo marcada pelas crescentes reformas presentes em muitos países a partir da crise do Estado de Bem-Estar Social⁴. Essas reformas tiveram o intuito de redefinir o papel do Estado, principalmente em relação ao econômico e ao social.

No Brasil, tais reformas tiveram inspiração neoliberal⁵, em que as soluções para a crise eram baseadas na ideia de Estado-mínimo, ou seja, os neoliberais acreditavam que as razões para a crise do sistema capitalista era a intervenção do Estado na economia, e que o mercado poderia coordenar racionalmente os problemas sociais tanto de natureza econômica quanto política. Sendo assim, defendiam a não intervenção estatal em alguns setores da economia como também no âmbito social e educacional (FERRAZ, 2008, p. 3).

² A LDB/1996 trata de balizar e orientar toda a educação escolar do país, em seus diversos níveis e modalidades, e também trata do entendimento de orientar e definir as condições bem como os requisitos para o desenvolvimento das ações na área da educação (OLIVEIRA, 2003).

³ Essa nova concepção de Estado foi se fortalecendo a partir de 1995, no mandato do então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso (FHC).

⁴ O Estado de Bem-Estar Social constitui um padrão de acumulação e de regulação econômica e política, em que a utilização do fundo público, a partir de regras definidas pelos principais grupos sociais e políticos, é o pressuposto da economia capitalista (ABREU, 2004, p. 48).

⁵ O neoliberalismo, ou chamado Estado-mínimo, cada vez mais propicia a diminuição dos gastos sociais e a redução de programas públicos, fazendo com que o Estado tome apenas atitudes emergenciais em relação às classes mais miseráveis (GERARDI, 2000, p. 16).

Com a política neoliberal, as funções do Estado se redefiniram, abrindo espaço para o mercado disputar e controlar atividades que antes eram somente de responsabilidade estatal, providas pelo setor público.

A diminuição do Estado, uma das propostas do ajuste neoliberal, dificulta o enfrentamento das questões sociais, já que a área mais afetada é a das políticas sociais, entre as quais se encontram as políticas para educação.

As propostas de enxugamento do Estado, de contestação nos gastos públicos, de diminuição da máquina estatal, de cortes no funcionalismo, de privatizações, de prioridade ao controle da inflação e à instabilidade da moeda trouxeram consequências perversas para o enfrentamento das expressões da questão social em todos os níveis, uma vez que é nos investimentos sociais que os cortes são mais expressivos (RAICHELIS, 1998, p. 73).

A proposta da reforma no ensino superior, segundo Chauí (1999), defendia uma organização mais flexível para as instituições públicas de ensino superior, apoiada em organizações sociais, fazendo com que essas instituições passassem a ser regidas por contratos de gestão, avaliadas por índices de produtividade, estruturadas a partir de operações definidas como estratégias e programas de eficácia, visando alcançar objetivos determinados. Vê-se então que a reforma para esse nível de ensino teria o objetivo de superar uma suposta crise.

O sistema educacional brasileiro é o prolongamento do sistema social, econômico e político do país, portanto as contradições presentes na sociedade também se refletem na educação.

No entanto, a Constituição Federal de 1988 delimita o avanço de algumas reformas, pois pressupõe que o ensino superior deve ser exercido por instituições públicas e privadas, que a gratuidade do ensino público será assegurada em estabelecimentos oficiais de ensino e, além disso, que deve existir a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão nas universidades.

A LDB/1996 afirma em seu 43º artigo que o ensino superior tem por finalidade:

- I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da

cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição (BRASIL, 1996).

Desse modo, a tentativa de flexibilização da gestão das universidades servirá simplesmente para reduzir o número de instituições que produzem conhecimento por meio da articulação das dimensões de ensino, pesquisa e extensão, descaracterizando uma das principais funções da universidade, a de servir à sociedade (FERRAZ, 2008, p. 4).

Na instituição universitária, a participação do mercado significa uma redefinição de formas e funções, que, de acordo com Bellei (2006), inverteria hierarquias, de modo que estas passariam a privilegiar docentes e pesquisadores; enfatizaria a ideia do aluno como consumidor e do professor como vendedor, e reduziria os níveis de educação do cidadão. Afetaria também a formação ética dos indivíduos para a cidadania e para o exercício de práticas sociais.

Com a posse de Luiz Inácio Lula da Silva como Presidente da República no ano de 2002, as expectativas dos que se opunham às reformas sugeridas e aguardavam avanços efetivos no setor educacional retornaram. Teve início então um movimento dos que lutavam para que houvesse uma ruptura do processo de “mercadorização” da educação. O discurso do governo citado em relação à educação teve destaque, pois passou a articular a democratização⁶ do acesso da população de baixa renda ao ensino superior.

A falta de investimentos em educação acaba por caracterizar a ausência do Estado em assumir a responsabilidade de exercer controle sobre essa área, na qual a execução de políticas públicas é primordial para a construção de uma sociedade democrática e justa. Políticas públicas em educação são necessárias para atender

⁶ Posteriormente, serão discutidos os mecanismos utilizados para democratizar o acesso ao ensino superior no atual governo e o papel das Ações Afirmativas nesse processo.

ao que Pedro Goergen designa como “o mais fundamental compromisso social da universidade: oferecer condições mínimas para a produção de conhecimentos e saberes através de um ensino de qualidade” (GOERGEN, 2006, p. 72).

Goergen (2006, p. 76) salienta que tal compromisso:

Traz consigo uma série de exigências, como possuir um corpo docente titulado e competente, com condições apropriadas de trabalho (ensino e pesquisa) e condições adequadas para que alunos, além de assistir às aulas, possam assumir sua própria formação (biblioteca, laboratórios, recursos de informática, etc.).

Refletindo sobre o compromisso e o papel das universidades, deve-se levar em conta que o ensino superior deve propiciar tanto o exercício crítico, envolver discussões e lutas por uma sociedade mais igualitária quanto formar cidadãos.

A universidade precisa atender às demandas do tempo atual e modificar-se de modo a responder às mudanças e transformações que a sociedade sofre. É necessário olhar a totalidade e superar suas fragmentações.

Para que as universidades contribuam com a transformação e melhoria da sociedade cumprindo seu papel fundamental, Moiseichyk e Biazús (2001, p. 113) apontam que:

São necessárias ações educativas para a construção de uma cidadania que vá além de ações emergenciais e/ou compensatórias. Ação esta que deve permear a atividade-fim das universidades, culminando com uma proposta pedagógica que tenha, como eixo central, a formação de profissionais-cidadãos, e com uma visão de universidade que, sem descuidar do desenvolvimento científico e tecnológico, esteja alerta e atenta às necessidades mais prementes do seu contexto social.

De uma forma geral, visando o comprometimento com a sociedade, as universidades devem executar ações cujo objetivo esteja pautado em direcionar a sociedade para a efetivação de seus direitos. Devem também ressaltar a importância da participação comunitária em movimentos sociais, conselhos de direitos, conselhos comunitários, entre outras instâncias, além de promover a inclusão social.

2.2 A inclusão social no ensino superior

O ensino superior é, tradicionalmente no país, um espaço privilegiado de formação de elites. Os Concursos Vestibulares, que hoje dão acesso à universidade, lidam com grandes contingentes das camadas médias e altas da sociedade. Dessa forma, as oportunidades de acesso estão, em média, definidas na origem socioeconômica do candidato.

O número de jovens em idade de frequentar a universidade no Brasil e que nela se encontram é baixo em comparação com países latino-americanos (SAVIANI, 2002), o que evidencia em termos genéricos o caráter excludente do ensino superior em nosso país. Acresce-se a isso o fato de esse baixo percentual ser constituído, de acordo com Bianchetti (2006), predominantemente pela elite, seja intelectual ou econômica, uma vez que, para ingressar nas poucas universidades públicas (ver Tabela 1 abaixo), é preciso passar por uma série de “vestibulares” anteriores, tais como frequentar ensino fundamental e médio de qualidade e cursos preparatórios para as provas, ter condições de manter-se, entre outros aspectos.

Tabela 1 - Número de universidades⁷ no Brasil

Categorias Administrativas	Universidades		
	Total	Capital	Interior
Brasil	183	86	97
Pública	97	48	49
Federal	55	31	24
Estadual	36	17	19
Municipal	6	-	6
Privada	86	38	48
Particular	29	17	12
Comun/Confes/Filant	57	21	36

Fonte: adaptado de MEC/INEP, 2008.

Como já visto, a finalidade do ensino é preparar pessoas capazes de promover o progresso científico e cultural de uma nação. Nas palavras de Vianna (1987), a universidade, no contexto educacional do Brasil, é a instituição

⁷ A tabela só apresenta os dados das instituições denominadas universidades, tanto as públicas quanto as privadas. Não são contabilizadas aqui as faculdades, por exemplo.

responsável pela criação de força de trabalho qualificada para o mercado, em uma sociedade cada vez mais influenciada por avanços tecnológicos, responsáveis pelas transformações pelas quais determinada realidade passará.

A educação, por intermédio da Constituição de 1988, é concebida como um direito de livre acesso a todas as pessoas, independentemente de classe, cor ou sexo. A Constituição também afirma a importância da educação para o ato de se preparar para o exercício da cidadania, possibilitando aos cidadãos participarem social e politicamente dos processos societários. De acordo com o artigo 206º da Constituição Federal (1988), “a educação, direito de todos, dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

Os princípios instituídos na Carta Magna são complementados na LDB/1996, a qual se fundamenta no direito universal à educação para todos (SAVIANI, 1999). Na LDB/1996, a inclusão da educação especial e de grupos minoritários, como negros, índios, entre outros, é considerada como um importante avanço. No entendimento de Demo (1998), para elevar a educação como motor do exercício da cidadania, é preciso concebê-la a partir da capacidade de informação crítica, em que o sujeito é capaz de ler e interpretar a sua própria realidade.

Entre as discussões sobre universidade e inclusão social debatidas no Congresso Internacional de Reitores Latino-Americanos e Caribenhos, ocorrido em 2007, na cidade de Belo Horizonte, Arquimedes Diógenes Ciloni apresentou dados que demonstram o paradoxo entre os índices de desenvolvimento humano e as taxas de exclusão social no Brasil. Ciloni (2007) aponta que, apesar de o Brasil estar entre um terço dos países com melhor *ranking* no índice de desenvolvimento humano (69º lugar), aparece entre um terço dos países com pior taxa de exclusão, sendo o 109º colocado. Sobre o cenário interno, o autor mostrou a taxa de escolarização das regiões do Brasil. A região Nordeste possuía em 2007 um índice de 9,5% de escolarização de sua população, e a região Norte contava com um índice de 12% de escolarização. Essas regiões são consideradas as mais pobres do país, concentrando 21% da população excluída⁸.

⁸ Disponível em: <<http://www.universia.com.br/gestor/materia.jsp?materia=14469>>. Acesso em: 23 jul. 2010.

Nesse sentido, parece evidente que para se ter um país democrático, a universidade precisa romper com o elitismo e engajar-se em projetos nacionais que promovam o acesso das populações hoje excluídas. Ristoff (1999) comenta que os indivíduos excluídos sentem que a educação pode ser a grande oportunidade para melhorarem suas vidas.

As bases para a inclusão social podem ser identificadas na capacidade de um país avançar tanto na ascensão individual de sua população como na oferta acessível de equipamentos e serviços públicos. Como indicadores relativos à oferta de equipamentos e serviços destacam-se, segundo Pochmann et al. (2005), os complexos de educação, saúde, habitação, cultura e informática.

Nas sociedades democráticas, os equipamentos e serviços públicos tornam-se essenciais para conceder igual oportunidade a todos, uma vez que, sem isso, somente uma parte reduzida da população teria condições de desenvolver plenamente suas aptidões (POCHMANN et al., 2005, p. 25).

Munanga (2007) demonstra em sua pesquisa que os países considerados mais desenvolvidos são aqueles que investem maciçamente na educação. Esses países também possuem as maiores taxas de desenvolvimento humano. Nos países mais pobres, incluindo o Brasil, onde as taxas de escolaridade são mais baixas, observa-se um fraco desenvolvimento humano. Essa coincidência não se dá por acaso, pois os Indicadores de Desenvolvimento Humano (IDH) – saúde, mobilidade, exercício da cidadania, respeito aos direitos humanos, consciência política, consciência dos direitos individuais e coletivos, etc., estão diretamente relacionados com a educação.

Holanda (2005) entende que a verdadeira cidadania só será alcançada quando forem garantidas educação em todos os níveis e oportunidades de trabalho aos milhões de excluídos.

O autor ainda salienta que:

A educação deve criar situações em que a sociedade obrigue cada cidadão a avaliar-se a si mesmo e a sua pobreza. Ela deve ensinar a população a pensar para que possa ser gente de sua maioria (HOLANDA, 2005, p. 61).

Passoni (2005, p. 95), em referência à cidadania compreendida na expressão “direitos humanos” nos aspectos relacionados a democratização, distribuição

equitativa de bens públicos, igualdade de oportunidades e de acesso à educação, saúde, alimentação, saneamento, etc., assegura que:

A cidadania trata de afirmar que todos os seres humanos têm dignidade e esta se expressa e se vive, individual e coletivamente, por meio de valores como a liberdade, a justiça, a igualdade, a solidariedade, a cooperação, a tolerância, a paz, cruciais para definir o que chamamos de cidadania.

Cidadania e direitos humanos se complementam. A cidadania plena pode ser considerada efetiva, de acordo com Passoni (2005), quando são assegurados os direitos das quatro gerações existentes.

A primeira geração contempla os direitos civis e de liberdade, como o direito de ir e vir, de propriedade, de segurança, de justiça, de expressão e opinião. A segunda geração refere-se aos direitos sociais, econômicos e culturais – são os direitos trabalhistas, direito à saúde, à educação, à habitação, à cultura, etc. A terceira geração trata dos direitos coletivos, tais como a solidariedade e a fraternidade, como o direito à paz, ao desenvolvimento, ao patrimônio, ao meio ambiente preservado. A quarta geração diz respeito ao direito à democracia, à informação e ao pluralismo.

Passoni (2005, p. 95) complementa dizendo que:

A cidadania é, além do mais, consciência sobre os deveres e os direitos de cada um e de todos; implica uma vontade permanente de aperfeiçoar, propiciando uma religação do ser humano com o sentido de comunidade, partilha, participação e solidariedade.

Refletir sobre o conhecimento adquirido por meio do ensino como um dos bens relacionados à cidadania significa compreendê-lo como uma condição indispensável para garantir a vida humana digna, em especial se considerarmos a inserção das pessoas. Por intermédio do conhecimento, o ser humano pode se reconhecer como “cidadão criador”, capaz de elaborar e acumular saberes na busca por responder às dificuldades de sua realidade (PASSONI, 2005, p. 11).

A educação por si não levará à efetivação da cidadania competente, pois, além da educação, todo cidadão necessita ter acesso a direitos básicos, tais como informação, segurança, saúde, justiça, habitação, lazer, entre outros (SOUZA, 2009).

O que se vê como grande limitador do acesso ao ensino superior, que propicia aos estudantes aptidão para inserção profissional e para participação no

desenvolvimento da sociedade, é a deficiência do ensino fundamental e médio brasileiros. A tentativa de expansão da universidade pública por parte do poder público supõe uma opção de resgatar a histórica dívida contraída junto aos segmentos da sociedade que vieram e vêm sendo excluídos das possibilidades de ter acesso à educação.

O poder público brasileiro, diante da necessidade de democratização do acesso à educação e das exigências de elevação da escolarização para o conjunto da população, vê-se confrontado com a incapacidade de prover educação para todos em quantidade e qualidade requeridas por esses processos sociais e produtivos que cada vez mais demandam qualificação (BIANCHETTI, 2006, p. 46-47).

De acordo com Davidovich (2005), em resposta a ações que democratizem o acesso, iniciativas de Ações Afirmativas são necessárias para todo o sistema educacional brasileiro, contribuindo com o enfrentamento da desigualdade social e de oportunidades, o que acaba por afetar indivíduos oriundos dos mais variados grupos étnicos, culturais e sociais.

Cabe mencionar que as Ações Afirmativas consistem em políticas públicas (e também privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física. Impostas ou sugeridas pelo Estado, por seus entes vinculados e até mesmo por entidades puramente privadas, elas visam a combater não somente as manifestações flagrantes de discriminação, mas também a discriminação de fundo cultural e estrutural enraizada na sociedade. De cunho pedagógico, têm como meta também a transformação cultural e social bem como a “observância dos princípios do pluralismo e da diversidade nas mais diversas esferas do convívio humano” (GOMES, 2001).

No Brasil, as discussões sobre as Ações Afirmativas surgem nos anos 1980 por intermédio das reivindicações de movimentos negros. Contudo, só vão ganhar uma maior projeção na sociedade brasileira a partir de discussões sobre experiências internacionais e sobre a viabilidade de essas experiências serem introduzidas no país. As Ações Afirmativas, através das cotas, foram introduzidas em universidades brasileiras nos anos 2000. Desde então, vêm interferindo na expectativa de ascensão de setores da população que teoricamente não teriam acesso a elas.

Tais políticas contribuirão para a construção de disputas mais equilibradas para o acesso à universidade pública, bem como possibilitarão que se eleve a autoestima dos grupos sociais representados desproporcionalmente na universidade, rompendo com o ciclo vicioso de elitização do acesso gratuito à informação, à pesquisa e à formação universitária, bem como às carreiras profissionais de prestígio (MARCON, 2010, p. 37-56).

A reserva de vaga em universidades públicas torna-se essencial à medida que a desigualdade do país aumenta. Enquanto as políticas universalistas têm como meta dar o mesmo tratamento a todos, as políticas de Ações Afirmativas minimizam as formas de discriminação que impedem o acesso a oportunidades e benefícios, buscando atingir a igualdade, bem como possibilitam a presença e a participação de uma maior diversidade e representatividade de distintos grupos sociais. Cury (2005, p. 11) ressalta que

As políticas públicas includentes corrigem as fragilidades de uma universalidade focalizada em todo e cada indivíduo e que, em uma sociedade de classes, apresenta graus consideráveis de desigualdade. Nesse sentido, as políticas inclusivas trabalham com os conceitos de igualdade e de universalização, tendo em vista a redução da desigualdade social.

Para expandir o acesso às universidades, de modo a aumentar a inclusão social e contribuir para o desenvolvimento dos indivíduos socialmente excluídos, e também do país, Davidovich (2005) sugere as seguintes ações:

- melhora dos ensinos fundamental e médio por meio da formação e da valorização dos profissionais de ensino, da melhoria das instalações e dos equipamentos didáticos das escolas, e da implantação do horário integral;
- as instituições de ensino superior devem auxiliar a organização de atividades de reforço do ensino médio para comunidades carentes, com fornecimento de material didático e com a participação de estudantes como professores;
- expansão do sistema público de educação superior, de forma diversificada, por meio de políticas de Ação Afirmativa e também com a aplicação de outras alternativas para a seleção (como a utilização de critérios que levem em conta o rendimento escolar), educando para a inserção no mercado de trabalho e para uma melhor situação no mundo contemporâneo;

- o assistência ao estudante carente, por meio de bolsas e auxílio para transporte, alimentação e compra de material didático.

A questão do acesso democrático a todas as classes sociais não aparece explicitamente na definição das funções das universidades. Entretanto, se ele não é assegurado, a universidade passa a se caracterizar como instituição socialmente discriminadora e opressora, o que acaba prejudicando gravemente o seu papel de criação e difusão de conhecimento.

Enquanto o acesso à universidade ficar limitado a uma faixa tão estreita da população, como é hoje, ela não dará um salto de qualidade. Esse salto na universidade brasileira só pode acontecer se a instituição incorporar uma maior parte da população que hoje é considerada excluída, como aponta Hamburger (1987).

Sendo a educação uma política pública garantida constitucionalmente, esse direito deve ser garantido com qualidade de ensino e democratização de acesso, promovendo o crescimento de jovens e adultos na condição de cidadãos.

Em seguida, será apresentado como o Serviço Social, por meio da prática dos Assistentes Sociais, pode contribuir e ampliar a garantia dessa política pública que é a educação.

2.3 Serviço Social e educação

A presença de Assistentes Sociais em estabelecimentos de ensino corresponde a uma compreensão da política social de educação em uma dimensão integral, pois envolve processos sócio-institucionais, relações sociais, familiares e comunitárias, em que diferentes dimensões da vida social são articuladas, constituindo uma educação para a cidadania.

Os assistentes sociais atuam nas manifestações mais contundentes da questão social, tal como se expressam na vida dos indivíduos sociais de distintos segmentos das classes subalternas em suas relações com o bloco do poder e nas iniciativas coletivas pela conquista, efetivação e ampliação dos direitos de cidadania e nas correspondentes políticas públicas (IAMAMOTO, 2009, p. 5).

A Lei nº 8.662/93, que dispõe e regulamenta a profissão de Assistente Social, destaca que a esse profissional compete, entre outras atividades, elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais nos órgãos públicos, empresas,

entidades e organizações populares. Da mesma forma, deve coordenar planos e projetos com a participação da sociedade civil e que sejam do âmbito do serviço social. Além disso, o profissional deve orientar indivíduos dos diferentes segmentos sociais, identificar recursos para o atendimento e defesa dos direitos destes, realizar estudos socioeconômicos para fins de concessão de benefícios bem como encaminhar providências e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população.

O Serviço Social possui um conhecimento acumulado que permite executar ações demandadas para promover a educação. Sendo assim, a ação profissional é entendida pela ótica da totalidade,

o que significa apreendê-la em suas múltiplas relações com a esfera da produção/reprodução da vida social, com as instâncias de poder e com as representações culturais-científicas e ético-políticas – que influenciaram e incidiram nas sistematizações da prática e ações profissionais ao longo do tempo (IAMAMOTO, 2004, p. 191).

Corroborando Iamamoto (2004), o desafio posto é o de tratar a prática profissional a partir da ação profissional. As ações profissionais, segundo Mito (2006 apud NOGUEIRA; MIOTO, 2007, p. 9), estruturam-se sustentadas no conhecimento da realidade e dos sujeitos para as quais são destinadas, na definição de objetivos considerando o espaço dentro do qual se realiza e na escolha de abordagens para a aproximação com os sujeitos destinatários da ação. Tais ações implicam também na escolha de instrumentos apropriados às abordagens definidas e também de recursos auxiliares para implementá-las. Toda ação profissional se constrói como processo, sendo de forma geral definida pela mesma autora como o

Conjunto de procedimentos, atos, atividades pertinentes a uma determinada profissão e realizadas por sujeitos/profissionais de forma responsável, consciente. Portanto, contém tanto uma dimensão operativa quanto uma dimensão ética e expressa no momento em que se realiza o processo de apropriação dos profissionais quanto fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos da profissão em determinado momento histórico. São as ações profissionais que colocam em movimento, no âmbito da realidade social, determinados projetos de profissão. Estes, por sua vez, implicam em diferentes concepções de homem, de sociedade e de relações sociais. (MIOTO, 2001 apud NOGUEIRA; MIOTO, 2007, p. 9).

Na dimensão educativa, os profissionais de Serviço Social direcionam sua prática por meio de ações interdisciplinares de orientação e informação, incentivando gestões participativas e contribuindo para a construção de novos

sujeitos sociais. “Como as competências profissionais expressam a historicidade da profissão” (IAMAMOTO, 2009, p. 15), novos campos de trabalhos, desafios e demandas vão surgir, ampliando a inserção do Assistente Social em diferentes áreas, assim como os espaços mais consolidados de atuação passam por transformações à medida que as condições históricas alterarem a efetivação da prática profissional.

Atuando com diversas expressões cotidianas, o Assistente Social volta sua prática tanto para as relações internas (com docentes, estudantes, técnico-administrativos, entre outros) quanto para as relações externas (família, sociedade, movimentos populares, etc.).

Para Almeida (2000, p. 2), a prática do Assistente Social em estabelecimento de ensino significa:

pensar sua inserção na área de educação não como uma especulação sobre a possibilidade de ampliação do mercado de trabalho, mas como uma reflexão de natureza política e profissional sobre a função social da profissão em relação às estratégias de luta pela conquista da cidadania através da defesa dos direitos sociais das políticas sociais.

Lopes (2006), referendada a partir da teoria gramsciana, afirma que a função social do Serviço Social é a de reconhecer a importância dos sujeitos nas mudanças sociais.

Sendo assim, na medida em que ocorrem as mudanças sociais e novas demandas exigem respostas e soluções, o Serviço Social impulsiona a seu público-alvo uma reflexão política para que, a partir dessa reflexão, a população atingida possa, a partir das intervenções profissionais, reconhecer seus direitos efetivando e exercitando a sua cidadania. Da mesma maneira que atende à sociedade em seu conjunto, o Serviço Social pode trazer para o espaço educacional essa reflexão e intervenção, em que o foco será o estudante e suas necessidades dentro da instituição.

As instituições de ensino têm, perante a sociedade, a função de executar ações que efetivem os direitos sociais. Nesse contexto, podem possibilitar e oferecer alternativas de reintegração para a parcela excluída da população, lutando pela universalidade de direitos como a educação por meio da participação social.

A lógica de acesso e permanência das instituições públicas de educação de nível superior no Brasil reproduz a questão social em diversas formas de expressão

nas condições de vida de parte dos estudantes. Tal questão pode impedi-los de permanecer no curso, cumprindo-o em tempo regular ou até mesmo de concluí-lo.

O Serviço Social ante as expressões da questão social⁹ dos estudantes, tais como pobreza, fome, desemprego, subemprego, além das dificuldades de acesso ao transporte, ao tratamento de saúde, entre outras advindas da sua condição de classe social, poderá identificar os fatores sociais, culturais e econômicos que atingem o campo educacional. Uma das formas é, a partir das demandas que surgirem, realizar um trabalho interdisciplinar de Assistência Estudantil com base nas Políticas de Assistência ao Estudante¹⁰, cuja finalidade é prover os recursos necessários para a superação dos obstáculos e dos impedimentos ao bom desempenho acadêmico. Sendo assim, em consonância com o projeto ético-político, os profissionais de Serviço Social delimitam sua forma de intervenção bem como demarcam os conteúdos teórico-metodológicos que vão servir de base para a sua prática profissional.

As Políticas de Assistência ao Estudante correspondem ao estudo das Políticas Sociais, como respostas aos Problemas Sociais decorrentes das refrações da Questão Social, enquanto campo de atuação do Serviço Social como profissão requerida pelo Estado para executá-las, inserindo-se assim na divisão sociotécnica do trabalho (SILVEIRA, 2010).

São objetivos do Programa Nacional de Assistência Estudantil constantes no artigo 2º do Decreto nº 7.234:

I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010).

⁹ De acordo com Iamamoto (2004), a questão social é entendida como o conjunto das expressões das desigualdades sociais.

¹⁰ Em 2007, o Governo Federal, através do Ministério da Educação, lançou para as instituições públicas o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que corresponde ao conjunto de ações que possibilita o acesso, a permanência e a conclusão do ensino de qualidade para as pessoas em situação de vulnerabilidade social, com vistas à formação integral do estudante, de forma que a educação seja efetivamente democratizada nos mais diversos aspectos, do socioeconômico ao psicossocial, por meio de incentivos estudantis, auxílio-moradia, auxílio-transporte, bolsas-alimentação, a serem desenvolvidos com os recursos da instituição. O Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, dispõe sobre o PNAES, define a assistência estudantil como “estratégia de combate às desigualdades sociais e regionais, através da ampliação e democratização das condições de acesso e permanência no ensino superior público federal”.

Os recursos destinados ao Programa Nacional de Assistência Estudantil são repassados pela União às instituições federais de ensino superior, que tem a obrigação de implementar ações de assistência estudantil.

A intervenção do Serviço Social na Assistência Estudantil, faz-se presente na formulação e na implementação dessas políticas cujo foco e à permanência do aluno no espaço institucional e dessa forma pode contribuir também com a fiscalização e melhor utilização destes recursos pela instituição.

Para Martins (1999, p. 60), os objetivos da prática profissional do Serviço Social no setor educacional são:

Contribuir para o ingresso e à permanência; favorecer a relação família-instituição-comunidade, ampliando o espaço de participação; ampliar a visão social dos sujeitos envolvidos com a educação, decodificando as questões sociais; proporcionar articulação entre educação e demais políticas sociais e organizações do terceiro setor, estabelecendo parcerias, facilitando o acesso da comunidade escolar aos seus direitos.

O Serviço Social na execução de políticas educacionais pode contribuir, de acordo com Bressan (2001), na articulação da instituição com outras organizações, pois assume um papel significativo no contexto das classes subalternas quando articula conhecimento com a realidade social, visando instrumentalizar os sujeitos para compreender e intervir na sua realidade.

Contribui também na garantia da instituição de ensino como espaço de inclusão, lutando e colocando em prática ações que visem à universalidade e à qualidade do ensino, pois dentro do espaço educacional manifestam-se diferentes formas de exclusão.

A educação é o princípio básico para o desenvolvimento social e político do cidadão. É através dela que se pode promover o crescimento e a transformação social, reduzindo-se as desigualdades.

O trabalho dos Assistentes Sociais é desenvolvido por meio de ações de dimensão socioeducativa. As intervenções e inserções dão-se no sentido de fortalecer as redes de sociabilidade e de acesso aos serviços sociais e dos processos sócio-institucionais voltados para o reconhecimento, a efetivação e a ampliação dos direitos dos sujeitos sociais. Abreu (2004, p. 66) enfatiza que, sendo o Serviço Social uma “profissão eminentemente de cunho educativo”, está presente

onde se incidem atividades de formação cultural “como um elemento constitutivo das relações de hegemonia¹¹”.

Os Assistentes Sociais realizam ações de cunho socioeducativo, viabilizando o acesso aos direitos e aos meios de exercê-los, contribuindo para que as necessidades e interesses dos sujeitos sociais adquiram visibilidade e possam ser reconhecidos, afirmando o compromisso com os direitos e interesses dos usuários, na defesa da qualidade dos serviços sociais (IAMAMOTO, 2009, p. 6).

Para Nogueira e Mioto (2007), as ações socioeducativas são caracterizadas por apresentarem um movimento de reflexão entre os Assistentes Sociais e seus usuários, transmitindo informações e construindo diálogos que atendam às suas demandas, buscando alternativas para que esses profissionais ajam de maneira autônoma.

Nesse contexto, a atuação do Assistente Social no cotidiano educacional exige o desenvolvimento de ações interdisciplinares com o objetivo de ampliar o debate junto à instituição para que a Assistência Estudantil se efetive como direito e corresponda às demandas dos estudantes.

Na próxima seção, entre outros assuntos será mencionado como se dá e quais as principais atividades do Assistente Social no espaço sócio-ocupacional da UFSC, cujo enfoque será a Comissão de Acompanhamento e Avaliação do Programa de Ações Afirmativas.

¹¹ Na análise gramsciana, hegemonia refere-se à função de direção intelectual e moral que uma classe, ou frações desta, imprime ao conjunto da sociedade.

3 COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE AÇÕES AFIRMATIVAS DA UFSC: LÓCUS DA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO

Nesta seção será realizada a caracterização da UFSC. Instalada na capital de Santa Catarina, essa instituição pública federal de ensino superior, atua em todas as áreas do conhecimento formando pessoas e avançando em pesquisas, comprometida com a sociedade na qual se insere. Passa por um momento de interiorização avançado para regiões além de Florianópolis. Preocupada com a qualidade, a diversidade e o acesso ao ensino, implementa programas para inclusão social por meio de Ações Afirmativas e da assistência estudantil. Mostrar-se-á como foi o processo de sua criação, seus objetivos, suas metas, como se organiza e quais os programas de assistência estudantil, de permanência e de acesso.

Apresentar-se-á o PAA dessa instituição, justificando-se a existência desse Programa em universidades públicas, bem como a Comissão de Acompanhamento e Avaliação, locus da experiência de estágio, local em que o Serviço Social se faz presente.

As práticas desenvolvidas e as ações realizadas pelo Serviço Social nesse espaço também serão mostradas para afirmar a sua importância. Para finalizar, será relatada a experiência de estágio supervisionado.

3.1 Caracterização da instituição

A UFSC é uma instituição de ensino de caráter público e federal. Teve origem¹² no início da década de sessenta quando entrou em vigor a Lei nº 3.849¹³, assinada em 18 de dezembro de 1960 pelo então Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira.

A criação da UFSC foi antecedida pela Faculdade de Direito de Santa Catarina¹⁴, idealizada e fundada por José Artur Boiteux. Essa Faculdade inicialmente organizou-se como instituto livre, sendo oficializada por Decreto Estadual em 1935 e federalizada em 1956 pela Lei nº 3.038. Nessa faculdade, pioneira do ensino

¹² Os textos sobre a história da UFSC são de Lima (2000), obra em que estão inseridos os relatos da memória de um de seus fundadores. Outras informações foram obtidas através dos relatórios de gestão dos anos 2008 e 2009.

¹³ As leis que criaram e dão suporte a esta universidade estão disponíveis em <www.senado.gov.br>.

¹⁴ A faculdade funcionava no Centro de Florianópolis, na Rua Felipe Schmidt. Hoje o curso de Direito faz parte do Centro de Ciências Jurídicas (CCJ).

superior em Santa Catarina, nasceu a ideia da criação de uma universidade federal que reunisse todas as faculdades existentes.

Em julho de 1960, foi entregue ao então Presidente Juscelino Kubitschek um memorial no qual se reivindicava a criação da Universidade Federal de Santa Catarina. Esse memorial foi assinado por: Heriberto Hulse (Governador); João David Ferreira Lima (diretor da Faculdade de Direito de Santa Catarina); Luiz Osvaldo D'Acampora (diretor da Faculdade de Farmácia e Odontologia); Nicolau Severiano de Oliveira (diretor da Faculdade de Ciências Econômicas); Henrique da Silva Fontes (diretor da Faculdade Catarinense de Filosofia); Clementina Tonelloto (vice-diretora da Faculdade de Serviço Social) e Roldão Consoni (diretor da Faculdade de Medicina)¹⁵ (LIMA, 2000).

O Presidente Juscelino Kubitschek sancionou, em 18 de dezembro de 1960, a Lei nº 3.849, que criava a Universidade Federal de Santa Catarina, reunindo então as faculdades de Direito, Medicina, Farmácia, Odontologia, Filosofia, Ciências Econômicas, Serviço Social e a Escola de Engenharia Industrial.

A Lei nº 3.849 garantiu também que a UFSC iniciasse sua caminhada com autonomia didática, financeira, administrativa e disciplinar. Intermediado pela Lei nº 2.664, de 20 de janeiro de 1961, o Governo do Estado de Santa Catarina doou à União terrenos¹⁶ no bairro da Trindade para incorporação à UFSC.

Seu primeiro reitor, o professor João David Ferreira Lima, tomou posse em 25 de outubro de 1961, administrando a partir de então essa instituição, a qual contava na época com 847 alunos e 49 docentes. Com a reforma universitária, foram extintas¹⁷ as faculdades, e a Universidade Federal de Santa Catarina adquiriu a atual estrutura didática e administrativa.

Atualmente a instituição dispõe de um corpo docente constituído, em grande parte, por mestres e doutores, e possui linhas de pesquisa consolidadas, o que reafirma a sua missão institucional. Recentemente realizou o processo de

¹⁵ Fonte: LIMA, João David Ferreira. **UFSC: sonho e realidade**. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 2000.

¹⁶ Área física correspondente a dezoito milhões, oitenta e um mil, quinhentos e quarenta e um metros quadrados de terrenos.

¹⁷ Por meio do Decreto nº 64.824, de 15 de julho de 1969, o plano de reestruturação da UFSC foi aprovado. As faculdades deram lugar aos centros de ensino, que hoje são conhecidos como Centro de Ciências Agrárias (CCA), Centro de Ciências Biológicas (CCB), Centro de Ciências da Educação (CED), Centro de Ciências da Saúde (CCS), Centro de Ciências Físicas e Matemáticas (CFM), Centro de Ciências Jurídicas (CCJ), Centro de Comunicação e Expressão (CCE), Centro de Desportos (CDS), Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH), Centro Socioeconômico (CSE) e Centro Tecnológico (CTC).

interiorização, e novos *campi* foram implantados¹⁸ nas cidades de Joinville, Curitiba e Araranguá.

Contou, em 2009, com 84 cursos de graduação presenciais e a distância. São 6.691 vagas, sendo que destas 1.393 são destinadas a cursos a distância e 665 aos novos *campi* (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2009).

A UFSC tem por finalidade produzir, sistematizar e socializar o saber filosófico, científico, artístico e tecnológico, ampliando e aprofundando a formação do ser humano para o exercício profissional, a reflexão crítica, a solidariedade nacional e internacional, na perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática e na defesa da qualidade da vida¹⁹. Possui como objetivos principais estimular a reflexão crítica, colaborar com a promoção da qualidade de vida e a formação de recursos humanos, contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento político, econômico, social, cultural, desportivo, científico e tecnológico, regional e nacional (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2008).

Norteadas pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a UFSC é caracterizada também pela qualificação acadêmica e profissional, comprometendo-se com o desenvolvimento e com a transformação social, econômica, política e cultural do Estado e do país.

Como instituição de ensino superior, insere-se na política pública de educação superior vinculada ao Ministério da Educação. Os recursos financeiros necessários para a manutenção da instituição provêm da União. A gestão universitária é organizada por meio de órgãos deliberativos e executivos (ver organograma administrativo no Anexo A).

Sua política de ensino busca formar cidadãos com visão inter e multidisciplinar. Proporciona a construção de competências e habilidades por meio da utilização de práticas pedagógicas constituídas por aulas teóricas, laboratoriais, de campo, elaboração de monografia, atividades de monitoria e estágio, participação em projetos, entre outros, nas modalidades graduação e pós-graduação.

É atuante também na educação infantil e no ensino fundamental e médio. Para a educação infantil, conta com o Núcleo de Desenvolvimento Infantil, criado em

¹⁸ Criados através do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (REUNI), programa do qual a UFSC faz parte desde 2008.

¹⁹ Missão aprovada pela Assembleia Estatuante em 4 de junho de 1993. Disponível em: <<http://www.ufsc.br>>. Acesso em: 20 set. 2010.

1980. Para o ensino básico, conta com o Colégio de Aplicação, criado em 1961, sendo ambos ligados ao CED.

De acordo com o Relatório de Gestão da UFSC DE 2009, os objetivos que orientam as ações nas unidades relacionadas são:

Assegurar a qualidade do ensino em todos os níveis buscando novos patamares de excelência acadêmica; institucionalizar ações inovadoras nas atividades de ensino; buscar novos patamares de excelência acadêmica na pós-graduação; expandir a oferta de cursos de mestrado profissional e de pós-graduação *lato sensu* com impacto social; ampliar o acesso qualificado e a efetividade dos processos de formação; institucionalizar ações de interação com os egressos (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2009, p. 16).

Entende que a pesquisa possibilita a geração e a ampliação do conhecimento pois se vincula à criação e à produção científica e tecnológica. Ainda de acordo com o Relatório de Gestão (2009, p. 17), os objetivos nesta dimensão são:

Promover a implantação de estruturas inovadoras de pesquisa; fortalecer o ambiente institucional da pesquisa de qualidade; fortalecer a inserção regional e a responsabilidade social da UFSC na área da pesquisa; ampliar a internacionalização das atividades da UFSC.

Em relação à política de extensão, os objetivos pautam-se em “melhorar as ações e estimular propostas inovadoras de interação comunitária e ampliar e melhorar as ações de interação com os setores organizados da sociedade” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2009, p. 17).

Entre as importantes ações de extensão promovidas pela UFSC, fundamentais para a inclusão social, pode-se citar a assessoria jurídica gratuita por meio do Escritório Modelo de Assistência Jurídica (EMAJ)²⁰ e aquelas executadas pela Clínica Odontológica e pelo Hospital Universitário (HU).

A UFSC contempla também políticas voltadas à cultura e à arte, compreendendo que são elementos importantes para a formação social. Suas ações nessas área objetivam:

Ampliar o ambiente cultural e artístico da UFSC para aperfeiçoar a formação do ser humano; promover maior articulação com as unidades universitárias nas atividades artístico-culturais e ampliar as ações da UFSC como um

²⁰ O EMAJ tem como objetivo qualificar os futuros profissionais de Direito e Serviço Social, conciliando os interesses da população carente com o acesso à Justiça. Disponível em: <<http://www.emaj.ufsc.br/>>. Acesso em: 5 set 2010.

centro irradiador das artes e da cultura em Santa Catarina (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2009, p. 17).

Afirmando-se como espaço de cultura, saber e conhecimento, a universidade atua em todas as áreas da educação com o compromisso de formar pessoas e avançar em pesquisas e projetos de extensão com a comunidade em geral. No fim de 2009, a UFSC possuía mais de 30 mil estudantes regularmente matriculados. A Tabela 2 apresenta em números a dimensão da comunidade universitária a partir de dados do Relatório Anual de Gestão referente ao ano de 2009.

Tabela 2 - A comunidade universitária da UFSC em números

UFSC 2009	
ESTUDANTES MATRICULADOS	
Ensino infantil	278
Ensino básico	928
Ensino superior	26.355
Pós-graduação	9.633
TOTAL	37.194
DOCENTES e SERVIDORES	
Docentes do ensino superior	1.649
Docentes substitutos	408
Docentes do ensino básico	149
Servidores técnico-administrativos	2.808
TOTAL	5.014

Fonte: adaptado de Relatório de Gestão PRDHS, 2009.

Preocupada em atender às demandas de um número tão grande de estudantes e também com a qualidade da formação acadêmica, a UFSC executa ações que visam à permanência dos estudantes na instituição enquanto transcorrer a caminhada ao saber, principalmente para aqueles com vulnerabilidade socioeconômica. A instituição fornece alimentação, disponibiliza atendimento médico-odontológico, moradia, transporte, material didático, entre outras iniciativas de assistência estudantil.

A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) é o setor na UFSC responsável por desenvolver políticas estudantis que visem à interação do estudante no meio acadêmico, em articulação com as demais áreas afins, contribuindo para a permanência do estudante. A Coordenadoria de Serviço Social (CoSS) faz parte da PRAE e coordena e executa programas que atendam às demandas sociais dos estudantes. São os Assistentes Sociais da CoSS que analisam e verificam a possibilidade de atendimento das necessidades dos estudantes, que devem

preencher um cadastro socioeconômico para se inscreverem nos programas oferecidos.

Um dos programas oferecidos pela UFSC, coordenado pela CoSS/PRAE, é a bolsa de permanência. Criado a partir da Resolução Normativa nº 015/CUn/07, de 18 de outubro de 2007, esse programa objetiva atender os graduandos de baixa renda, oferecendo auxílio financeiro para sua manutenção por meio do desenvolvimento de atividades orientadas, avaliadas e vinculadas à sua área de formação.

Art. 1º: O “Programa Bolsa Permanência” é um programa de caráter social que visa propiciar auxílio financeiro aos alunos dos cursos de graduação, classificados como em situação de carência socioeconômica, para a sua permanência na universidade; Art. 2º: A vinculação do aluno ao “Programa Bolsa Permanência” constitui-se em instrumento de integração social e de aperfeiçoamento profissional e cultural que lhe proporcionará a complementação do processo de ensino-aprendizagem através do desenvolvimento de atividades orientadas, avaliadas e vinculadas à sua área de formação (RESOLUÇÃO NORMATIVA n. 015/CUN/2007, art. 1º e 2º).

Já as bolsas para cursos extracurriculares referem-se a solicitações de atendimento para o recebimento de recursos para pagamento das taxas referentes aos cursos de línguas estrangeiras, preparação para o Teste de Inglês como Língua Estrangeira, e português para estrangeiros.

Outros programas oferecidos pela UFSC e de grande demanda são a Moradia Estudantil e o Auxílio-Moradia. Esses programas possuem o objetivo de atender os estudantes dos cursos de graduação com vulnerabilidade socioeconômica e que estão distantes de suas famílias e de suas cidades de origem. A Moradia Estudantil conta com 157 vagas. O critério de seleção é socioeconômico, e os estudantes moradores da residência universitária não pagam nenhuma taxa.

Para os estudantes que foram classificados na seleção socioeconômica, mas têm de aguardar a disponibilização de vagas, é oferecido o Auxílio-Moradia. Para isso, devem ser entregues à PRAE os comprovantes de despesa com aluguel. Na CoSS/PRAE, os estudantes também encontram um cadastro de casas, apartamentos e quartos disponíveis para alugar.

O Restaurante Universitário (RU) oferece uma média diária de 3.500 refeições²¹. Os estudantes com cadastro socioeconômico aprovado podem solicitar o

²¹ Informação extraída do Relatório de Gestão (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2009).

benefício de isenção para o pagamento do passe²² do RU na CoSS/PRAE, assim como também podem solicitar o Auxílio-Compra de Medicação e atendimento psicológico.

Os estudantes que encontram dificuldades no acesso aos materiais didáticos essenciais para a realização de estudos e aulas práticas de diversas disciplinas também podem entrar em contato com a CoSS/PRAE e fazer a solicitação desses materiais, para análise dos profissionais e definição das possibilidades de atendimento.

Para os estudantes que necessitam de mais explicações sobre os assuntos abordados em sala de aula, a UFSC possui um programa de apoio pedagógico²³. O Projeto Apoio Pedagógico oferece cursos básicos das disciplinas de bioquímica, física, inglês, matemática, química e produção textual. As aulas ministradas por intermédio desse projeto são um instrumento na formação discente com o objetivo de contribuir para o melhor desempenho dos acadêmicos na UFSC. As aulas dos cursos básicos oferecidos pelo Projeto são ministradas por professores e bolsistas pós-graduandos ingressos na UFSC pelo programa REUNI.

O LabUFSC possui uma boa infraestrutura, amplo horário de funcionamento (incluindo sábados), está equipado com computadores e possui ambiente climatizado. Localiza-se no andar térreo da Biblioteca Central. Para utilizá-lo, basta estar devidamente cadastrado no CAGR ou CAPG. Para acessar o ambiente, os estudantes devem apresentar o cartão universitário de identificação (o mesmo utilizado para o RU).

A Biblioteca Universitária (BU) conta com um acervo de mais de trezentos mil livros, sendo considerada a maior biblioteca pública do Estado. Oferece suporte à vida acadêmica e também à comunidade em geral.

Para aproximar o estudante do mercado de trabalho, criando oportunidades de atuação prática, a UFSC conta com uma Central de Carreiras, por meio da qual

²² O passe do RU é vendido na administração do restaurante, e seu custo é de R\$ 1,50 (um real e cinquenta centavos). Para a compra, o estudante deve apresentar o cartão de identificação, o qual é feito na administração do restaurante. A primeira via é gratuita e também serve de acesso ao Laboratório de Informática da UFSC (LabUFSC).

²³ O Projeto de Apoio Pedagógico faz parte do Departamento de Apoio Pedagógico e Avaliação. Sua criação foi motivada devido aos altos índices de reprovação em algumas disciplinas e à evasão de alunos. Entre os objetivos que serão mencionados, o projeto objetiva diminuir tais índices, fazendo com que os estudantes aprimorem os conteúdos abordados e desenvolvam técnicas de aprendizagem. Disponível em: <<http://www.apoiopedagogico.ufsc.br/>>. Acesso em: 28 set. 2010.

disponibiliza a ofertas de vagas de estágios, realiza o cadastro dos termos de estágio e fornece orientações sobre carreiras.

Um suporte importante na relação com outras instituições é proporcionado pelo Escritório de Assuntos Internacionais. Esse setor é direcionado à integração da UFSC com instituições educacionais estrangeiras, contribuindo com as relações de intercâmbio e cooperação.

Para democratizar o acesso a esse serviço, a UFSC implementou em 2008 pela Resolução nº 008/CUN/2007 seu PAA, em resposta às desigualdades sociais e educacionais presentes na sociedade brasileira. Dessa forma, a UFSC viabiliza a permanência de todos os seus estudantes, incluindo os que ingressaram pelo PAA por meio dos benefícios anteriormente mencionados e democratiza o acesso através da reserva de vagas e do curso pré-vestibular gratuito.

Na seção a seguir, serão abordados o surgimento e a implementação do PAA na UFSC, suas ações norteadoras e como se dá o trabalho de Assistentes Sociais e estagiários no tratamento das demandas que o programa traz.

3.2 O PAA na UFSC: contexto histórico, aprovação e implementação

O Brasil é um país formado por diferentes povos, os quais interagem de forma desigual desde o início da colonização. Hoje ainda convivemos enfrentando diversas formas de desigualdade, sejam de classe social, de grupo étnico-racial ou de gênero, características que historicamente interferem no acesso a oportunidades de emprego, política ou no acesso ao ensino superior.

As desigualdades na esfera da educação são gritantes, por exemplo, em geral os homens brancos nascidos nas regiões Sul ou Sudeste são mais escolarizados e tendem a adquirir maior destaque social em nosso país. Na contramão desse processo, estão as mulheres negras, especialmente as nascidas nas regiões Norte e Nordeste e com baixa escolaridade. Esse quadro reflete o processo de formação desigual do país, ou seja, a nossa formação nacional fundada sob os valores da escravidão e do racismo levou a sociedade brasileira a discriminar e/ou excluir racialmente a população negra, o que, conseqüentemente, concentrou-a nos níveis socioeconômicos mais baixos (SANTOS, 2008).

Desde os anos 1990, o país passou a expandir a educação básica, porém no ensino superior as vagas são poucas e muito concorridas. Uma alternativa para

reduzir ou minimizar a desigualdade de inserção entre estudantes negros e brancos e/ou de escolas públicas e particulares no ensino superior é a implantação de políticas de Ação Afirmativa, também conhecidas como política de cotas.

Moehlecke (2000) expõe que a expressão “ação afirmativa” tem origem nos Estados Unidos. O Presidente John F. Kennedy utilizou o termo em 1961 e propôs medidas que ampliassem a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho, já que a população reivindicava por igualdade de oportunidades. Desde então, os Estados Unidos são o local de referência no assunto. Com a adoção de tais medidas, as leis segregacionistas começaram a ser eliminadas, e as ações foram se desenvolvendo em diferentes áreas, como emprego e educação²⁴.

Nos Estados Unidos, o projeto de maior destaque foi o *Civil Right Act*, de 1964, que determinou, entre outras ações:

A proibição de discriminação ou segregação em lugares ou alojamentos públicos; a observância de medidas não discriminatórias na distribuição de recursos em programas monitorados pelo governo federal; a proibição de qualquer discriminação no mercado de trabalho baseada em raça, cor, sexo ou origem nacional, proibição essa que deveria ser observada pelos grandes empregadores, assim compreendidos todos aqueles que tivessem pelo menos quinze funcionários, incluindo-se as universidades, públicas ou privadas (MENEZES, 2001, p. 90 apud ESPÍRITO SANTO, 2008, p. 47).

No texto de Moehlecke (2000), encontram-se também relatadas experiências semelhantes em diferentes países da Europa, Índia, Austrália, Canadá, Nigéria, África do Sul, Argentina, Cuba e outros. Em relação à Europa, a autora mostrou que as Ações Afirmativas tinham como público-alvo grupos como minorias étnicas, raciais e mulheres, que variavam de acordo com as situações existentes envolvendo o mercado de trabalho, o sistema educacional e a representação política.

Nas pesquisas realizadas, verificou-se que o mais conhecido meio de utilização das políticas de ação afirmativa é o sistema de cotas, em que é estabelecido um número ou porcentagem determinada para ser ocupada por grupos ou áreas específicas. Porém, é importante observar que o sistema de cotas constitui apenas uma das modalidades de Ação Afirmativa.

Em diferentes áreas, as Ações Afirmativas têm como função específica promover oportunidades iguais para pessoas vitimadas por discriminação. “Seu

²⁴ A implantação das Ações Afirmativas nos Estados Unidos ocorre após imensa pressão de grupos organizados da sociedade civil, em especial o Movimento Negro, representados, entre outros, por Martin Luther King.

objetivo é, portanto, o de fazer com que os beneficiados possam vir a competir efetivamente por serviços educacionais e por posições no mercado de trabalho (CONTINS; SANT' ANA, 1996, p. 210 apud MOEHLECKE, 2000, p. 8).

Para Bergmann (1996), a Ação Afirmativa consiste em “planejar e atuar no sentido de promover a representação de certos tipos de pessoas – aquelas pertencentes a grupos que têm sido subordinados ou excluídos – em determinados empregos ou escolas” (BERGMANN, 1996, p. 7 apud MOEHLECKE, 2000, p. 5).

Em referência a Bergmann (1996), existem algumas ideias diferentes sobre a função das Ações afirmativas. Uma delas é de que estas são utilizadas para combater sistematicamente a discriminação existente em certos espaços da sociedade. Além disso, existe a ideia de integração e busca da diversidade envolvendo diversos grupos sociais e também a ideia de redução da desigualdade, que atingem certos grupos marcados por gênero ou raça.

Esse conjunto de reflexões ajuda a entender que as Ações Afirmativas se apresentam como um tipo de ação reparatória ou compensatória ou preventiva, que busca corrigir situações de “discriminação e desigualdade infringida a certos grupos no passado, presente ou futuro, através da valorização social, econômica, política e/ou cultural desses grupos, durante um período limitado” (MOEHLECKE, 2002, p.203).

No Brasil, as Políticas de Ação Afirmativa ganharam visibilidade após a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância²⁵, realizada em Durban, na África do Sul, embora já existissem essas ações em outras áreas, não propriamente na educação superior.

Nessa Conferência internacional elaborou-se um importante documento – o “Plano de Ação de Durban”, o qual foi fundamental para estabelecer meios de combate ao racismo, à discriminação, à xenofobia e às intolerâncias correlatas²⁶. Entre as medidas fundamentais para o combate à discriminação e à intolerância, o Plano ressalta as “políticas orientadas à adoção de medidas, incluindo ações

²⁵ Evento ocorrido de 31 de agosto a 7 de setembro de 2001, do qual fizeram parte 173 países, 4 mil organizações não governamentais (ONGs) e um total de mais de 16 mil participantes. O Brasil estava presente, com 42 delegados e cinco assessores técnicos. Nessa Conferência, apresentou-se uma proposta de criação de um programa de cotas para estudantes negros em universidades públicas brasileiras.

Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/datas/discriminacao/cenferenciadedurban.html>>. Acesso em: 11 jun. 2010.

²⁶ Tema central da Conferência.

afirmativas para assegurar a não discriminação relativa, especialmente, ao acesso a serviços sociais, emprego, moradia, educação, atenção à saúde, etc.” (PROGRAMA DE AÇÃO DE DURBAN, 2001), destacando-se os Artigos nº 99 e nº 100:

Art. 99: Reconhece que o combate ao racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata é responsabilidade primordial dos Estados. Portanto, incentiva os Estados a desenvolverem e elaborarem planos de ação nacionais para promoverem a diversidade, igualdade, equidade, justiça social, igualdade de oportunidades e participação para todos. Através, dentre outras coisas, de ações e de estratégias afirmativas ou positivas, estes planos devem visar à criação de condições necessárias para a participação efetiva de todos nas tomadas de decisão e o exercício dos direitos civis, culturais, econômicos, políticos e sociais em todas as esferas da vida com base na não-discriminação. A Conferência Mundial incentiva os Estados que desenvolverem e elaborarem os planos de ação, para que estabeleçam e reforcem o diálogo com organizações não governamentais para que elas sejam intimamente envolvidas na formulação, implementação e avaliação de políticas e de programas; Art. 100: Insta os Estados a estabelecerem, com base em informações estatísticas, programas nacionais, inclusive programas de ações afirmativas ou medidas de ação positivas, para promoverem o acesso de grupos de indivíduos que são ou podem vir a ser vítimas de discriminação racial nos serviços sociais básicos, incluindo, educação fundamental, atenção primária à saúde e moradia adequada (PROGRAMA DE AÇÃO DE DURBAN, 2001).

Uma das primeiras ações afirmativas presentes no Brasil é marcada em 1988, com a promulgação da Carta Magna. A Constituição apresentou em seu texto a proteção ao mercado de trabalho da mulher como parte dos direitos sociais, “proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei” (BRASIL, 1988, art. 7º, inciso XX). Sobre a reserva percentual de cargos e empregos públicos para pessoas portadoras de deficiências, “a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão” (BRASIL, 1988, art. 37, inciso VIII). A Constituição também estabelece, em seu artigo 5º, que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”, porém o texto faz referência ao conceito formal de igualdade, não refletindo a realidade social atual.

A construção nacional para a execução das Políticas de Ação Afirmativa vai sendo articulada também por importantes instrumentos que objetivam a garantia de direitos e melhores condições de vida, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada a partir de 1948, a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial, de 1965, e a Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, de 1979.

Em 1995, foi instituído o Grupo de Trabalho Interministerial para desenvolver políticas de valorização e promoção da população negra. O grupo realizou seminários a partir dos quais elaborou 46 propostas de ações afirmativas, abrangendo áreas como educação, trabalho, comunicação, saúde, e algumas dessas políticas foram implementadas (MOEHLECKE, 2002).

Em 1997, a legislação eleitoral estabeleceu uma cota mínima de 30% de mulheres para as candidaturas de todos os partidos políticos. Conforme aponta o texto, “cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo” (BRASIL, 1997, Art. 10, § 3º).

No âmbito do ensino superior, a primeira lei com esse perfil foi aprovada no Rio de Janeiro, em 2001, e nela ficou estabelecido que 50% das vagas dos cursos de graduação das universidades estaduais seriam destinadas a alunos oriundos de escolas públicas. Cabe também ressaltar as iniciativas do Movimento Negro acerca das mobilizações para discussão e implementação de propostas que objetivem a criação ou a utilização de mecanismos que deem condições para o acesso de negros no ensino superior brasileiro, combatendo o racismo e as consequentes desigualdades²⁷.

Em 2003, foi alterada a LDB/1996, incluindo-se no currículo do ensino fundamental e médio o ensino de história e cultura afro-brasileira²⁸. Em 2008, a LDB foi alterada novamente²⁹, tornando também obrigatório o ensino da história e cultura dos povos indígenas. No mesmo ano, o Legislativo aprovou, por meio da Câmara Federal, o Projeto de Lei nº 73, de 1999³⁰, que reserva 50% das vagas das universidades públicas a alunos que cursaram integralmente o ensino médio em escolas públicas, respeitando o percentual de negros e indígenas em cada Unidade da Federação. O projeto ainda necessita de aprovação no Senado Federal.

²⁷ No fim da década de 1970, foi reintroduzido o quesito cor nos censos. A partir de então, foram evidenciadas sérias desigualdades raciais no país.

²⁸ Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

²⁹ Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".

³⁰ Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e dá outras providências.

O Governo também tem buscado desenvolver Ações Afirmativas utilizando a intersetorialidade das políticas públicas orientadas e coordenadas por órgãos como a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos e a Secretaria Nacional de Juventude.

O desequilíbrio na composição dos estudantes do ensino superior público brasileiro sempre foi motivo de discussão no Brasil. Em paralelo às discussões no Congresso Nacional, diversas universidades adiantaram-se no processo de adoção de ações afirmativas, demonstrando interesse em construir caminhos para democratizar o acesso.

Por apresentar uma das piores distribuições de renda, presenciam-se no Brasil profundas desigualdades sociorraciais. A parcela mais rica da população tem mais chances para acessar as vagas destinadas ao ensino superior por poder usufruir de educação básica privada e de cursos preparatórios para as provas seletivas.

Os dados a seguir, apresentados por Netto e Braz (2006, p. 245 apud BARROCO, 2008), demonstram a discrepante diferenciação de renda no capitalismo contemporâneo:

Os países ricos, que representam apenas 15% da população mundial, controlam mais de 80% do rendimento global, sendo que aqueles do hemisfério sul, com 58% dos habitantes da terra, não chegam a 5% da renda total. Considerada, porém, a população mundial em seu conjunto, os números do apartheid global se estampam com maior clareza: os 20% mais pobres dispõem apenas de 0,5% do rendimento mundial, enquanto os mais ricos, de 79%.

Chauí (2006 p. 356 apud BARROCO, 2008, p. 225) aponta essa realidade de altos índices de concentração de renda no Brasil:

O Brasil ocupa o segundo lugar mundial nos índices de concentração de renda e de má distribuição de riqueza, mas ocupa o oitavo lugar em termos do Produto Interno Bruto. Esta desigualdade – 2% possuem 92% da renda nacional – não é percebida como socialmente inaceitável, mas como natural e normal. Em outras palavras, a sociedade brasileira é oligárquica e está polarizada entre a carência absoluta das camadas populares e o privilégio absoluto das camadas dominantes e dirigentes.

O Brasil também vivencia uma situação semelhante a países que tiveram regimes segregacionistas, pois os dados referentes à população negra demonstram

que esse grupo social encontra-se privado de oportunidades no que diz respeito à ascensão social, pois são vítimas de preconceito e discriminação.

A implementação de ações afirmativas é o melhor modo de aumentar as chances daqueles que historicamente foram prejudicados de obterem os empregos, bem como de alcançarem as posições de prestígio que naturalmente obteriam caso não tivessem sido vítimas de discriminação (GOMES, 2001, p. 63).

Dessa maneira, compreende-se que, quando aplicadas, as ações afirmativas restituem a igualdade de oportunidades entre os diferentes grupos, promovendo um tratamento diferenciado àqueles historicamente excluídos.

As discussões para implementação de um PAA na UFSC tiveram início no ano de 2002 quando foi formado o Grupo de Trabalho de Etnia, Gênero e Classe, o qual foi organizado pela Associação de Professores da UFSC (APUFSC). Posteriormente, em 2006, a partir das atividades desenvolvidas pelo grupo anteriormente mencionado, criou-se uma Comissão de Acesso e Diversidade Socioeconômica e Étnico-racial³¹, que realizou estudos e agregou dados às pesquisas feitas até então. Realizou-se também um seminário no qual temas como Ações Afirmativas e desigualdades foram discutidos, evento este que contou com a presença de representantes de outras universidades do país que relataram suas experiências com essas ações.

A Comissão foi criada com o objetivo de valorizar e promover a diversidade no ambiente acadêmico e social. Entre outras questões, estudou as possibilidades de implementação das Ações Afirmativas na UFSC como forma de combate às desigualdades. Para tanto, foram produzidos e analisados dados pela Comissão Permanente do Vestibular (COPERVE). Em paralelo a esse processo, foi realizado um estudo sobre o impacto das diferentes propostas de ampliação de acesso (TRAGTENBERG et al., 2006).

Os dados das pesquisas dessa Comissão também demonstraram que, sem leis racistas, o percentual de pessoas negras com diploma de ensino superior no Brasil produzia o mesmo quadro de desigualdades.

³¹ Criada pela Portaria nº 195/GR/2006, de 3 abril de 2006, foi composta de representantes dos centros de ensino da UFSC, da COPERVE, da Secretaria Estadual de Educação, do Sindicato dos Trabalhadores da UFSC (SINTUFSC), dos indígenas e do Movimento Negro.

Estas desigualdades tiveram origem no processo de escravização, tendo continuidade com a imigração de europeus incentivada pelo Estado brasileiro, com o objetivo de branquear a população. Esse processo imigratório veio a excluir a população negra do mundo do trabalho. Em 30 anos (1880-1910) imigraram 4 milhões de pessoas, quantidade igual à de escravizados trazidos em 300 anos (1550-1850). Por outro lado, faltaram iniciativas desse mesmo Estado para reparar a desigualdade real entre negros e brancos, em confronto com a igualdade formal perante a lei. Conseqüentemente, o racismo e a discriminação continuaram se reproduzindo em vários âmbitos da sociedade (COMISSÃO DE ACESSO E DIVERSIDADE SOCIOECONÔMICA E ÉTNICO-RACIAL, 2006, p.3).

Enquanto os negros possuíam 2,5% de diplomas em nível superior, 10,5% de brancos tinham esse diploma. A realidade do Estado de Santa Catarina também não foi diferente.

O resultado mais significativo foi que, se fossem reservadas 50% das vagas de todos esses cursos para estudantes do ensino médio público, o percentual médio de estudantes negros da UFSC permaneceria praticamente o mesmo, o que contraria a crença segundo a qual, ao entrarem estudantes de escolas públicas, como os estudantes negros estão na escola pública, eles também entrariam em percentagem próxima à sua representação na população. Esta crença está balizada pelo mito da democracia racial, segundo o qual negros e brancos são tratados igualmente pela sociedade. Se isso ocorresse, o percentual de negros aumentaria com a reserva para a escola pública. Mas como os negros são discriminados socialmente, isso traz resultados negativos ao desempenho escolar e no vestibular (COMISSÃO DE ACESSO E DIVERSIDADE SOCIOECONÔMICA E ÉTNICO-RACIAL, 2006, p. 7).

Muitas discussões percorrem o país acerca da legitimidade das Ações Afirmativas. Os opositores à política usam o argumento de que o mais adequado seria investir nas bases da educação, pois alegam que esse tipo de política visa beneficiar alguns cidadãos na disputa por vagas no ensino superior. Por outro lado, há o interesse do Movimento Negro, que representa as demandas da população negra historicamente excluída do ensino superior brasileiro³².

A Comissão chegou então à conclusão de que, para aumentar a diversidade socioeconômica e étnico-racial na UFSC, não seria suficiente aumentar as vagas,

³² Dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 17 de setembro de 2010, referente à parte da pesquisa Síntese de Indicadores Sociais do ano de 2009, mostra que pretos e pardos correspondem a 6,9% e 44,2% (respectivamente) das pessoas no Brasil em 2009, o equivalente a 51,1% da população. A pesquisa também mostrou que mais negros (pretos e pardos) têm entrado nas universidades na última década, porém o número de brancos (62,6%) é o dobro dos percentuais de pretos (28,2%) e de pardos (31,8%). Dados disponíveis em: <<http://www.jornaldaciencia.org.br/Detail.jsp?id=73525>>. Acesso em: 20 set. 2010.

seria necessário aplicar uma Política de Ação Afirmativa a favor de estudantes de escola pública, de negros e de indígenas.

Sendo assim, em 2007, a Comissão de Acesso e Diversidade Socioeconômica e Étnico-racial propôs a instauração de um PAA na UFSC, compreendendo a ampliação do acesso e as medidas de permanência dos estudantes na instituição.

Em 10 de julho de 2007, o PAA foi instituído na UFSC por meio da Resolução Normativa nº 008, do Conselho Universitário, com duração inicial de 10 anos. O Concurso Vestibular para o ano de 2008 marcou o primeiro processo de aplicação do Programa, que tem validade de cinco anos, até passar pela primeira avaliação.

Para a criação do PAA, o Conselho Universitário considerou os seguintes elementos: a autonomia didático-pedagógica, administrativa e de gestão financeira da instituição; a missão institucional, que se pauta na perspectiva da construção de uma sociedade justa, democrática e na defesa da qualidade de vida; e a necessidade de promover, assegurar e ampliar o acesso com diversidade socioeconômica e étnico-racial como compromisso de uma instituição social, pública, plural e de natureza laica. Dessa forma, essa Resolução dispõe que:

O "Programa de Ações Afirmativas" da Universidade constitui-se em instrumento de promoção dos valores democráticos, de respeito à diferença e à diversidade socioeconômica e étnico-racial, mediante a adoção de uma política de ampliação do acesso aos seus cursos de graduação e de estímulo à permanência na Universidade (RESOLUÇÃO NORMATIVA n. 008/CUN/2007, art. 1º).

O PAA da UFSC destina-se a estudantes que tenham cursado integralmente o ensino fundamental e médio em instituições públicas de ensino (todas que são mantidas pelo poder público), a estudantes autodeclarados negros (que apresentem traços fenotípicos que os caracterizem) e a estudantes que pertençam a povos indígenas. Desde a sua implementação, no ano de 2008, foram aprovados no vestibular da UFSC 3.791 estudantes que optaram pelo PAA, distribuídos anualmente de acordo com o Gráfico 1 representado abaixo.

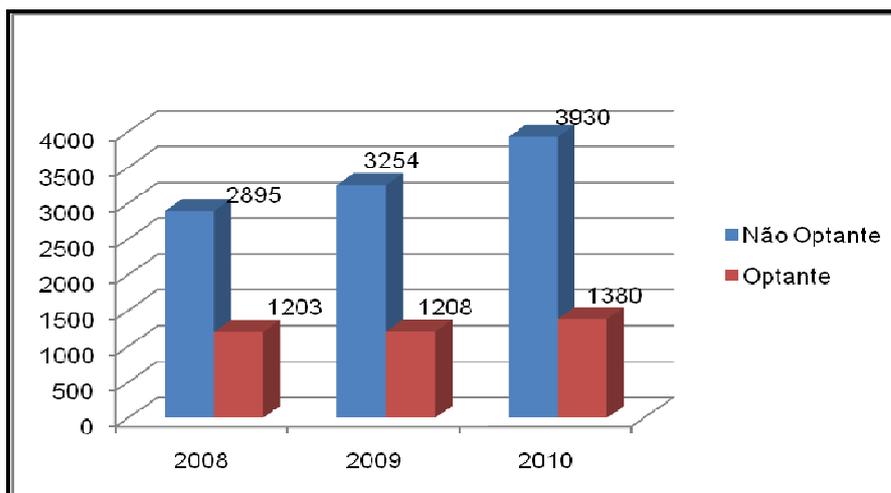


Gráfico 1 - Distribuição anual dos optantes pelo PAA aprovados nos vestibulares da UFSC
Fonte: adaptado de Coperve. Florianópolis: UFSC (2010).

São destinados 20% do total de vagas oferecidas aos estudantes oriundos de instituições públicas. Para estudantes autodeclarados negros, destinam-se 10% e para os estudantes pertencentes a povos indígenas serão criadas vagas suplementares, preenchidas por aqueles que melhor se classificarem no Concurso Vestibular. O Gráfico 2, apresentado em seguida, demonstra o percentual de composição dos estudantes optantes pelo PAA e que foram aprovados no vestibular. Dos 3.791 estudantes optantes, 2.970 classificaram-se por meio das vagas destinadas a estudantes oriundos do ensino público, 814 classificaram-se através das vagas destinadas a autodeclarados negros e 7 através das vagas destinadas a pertencentes de povos indígenas.

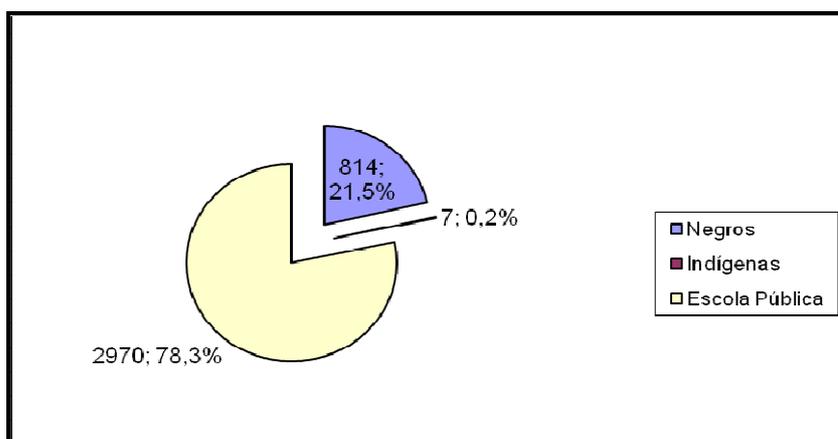


Gráfico 2 - Distribuição percentual dos optantes pelo PAA aprovados nos vestibulares da UFSC dos anos de 2008, 2009 e 2010
Fonte: adaptado de Coperve. Florianópolis: UFSC (2010).

Pode-se verificar que dos 100% dos estudantes optantes e aprovados, durante os três anos de existência do Programa, 78,3% é composto de estudantes que se decidiram pelas vagas destinadas a oriundos do ensino público, 21,5% optaram pelas vagas destinadas a autodeclarados negros e 0,2% deram preferência às vagas destinadas a pertencentes de povos indígenas.

O Programa tem como objetivos preparar o acesso de estudantes aos cursos de graduação da universidade, viabilizar esse acesso, acompanhar e assegurar a permanência do estudante, acompanhar a inserção sócio-profissional dos egressos, ampliar vagas nos cursos de graduação e criar novos cursos de graduação noturnos.

Os estudantes optam por participar do Programa ao preencher o requerimento de inscrição do Concurso Vestibular da UFSC. Nesse requerimento, os estudantes confirmam que desejam participar do PAA bem como optam pela modalidade em que se enquadram (estudante de escola pública, negros ou indígenas).

Os estudantes oriundos de escola pública devem atentar-se às regras, pois não se enquadram nessa opção aqueles que cursaram supletivo pago e não público; cursaram escola comunitária, não mantida pelo Estado; ou foram bolsistas em instituições de ensino particular, independentemente do número de anos. Para os aprovados, será necessário apresentar, além dos documentos exigidos de todos os candidatos, histórico escolar que comprove a aprovação em todas as séries do ensino fundamental e médio em instituições da rede pública. Esse documento deve ser solicitado à unidade escolar com antecedência, pois a não comprovação fará com que o estudante perca a vaga.

Os estudantes que optaram pelas vagas destinadas a negros devem, na inscrição do vestibular, informar se cursaram integralmente ou não o ensino fundamental e médio em escolas da rede pública. Têm prioridade na classificação os candidatos que estudaram integralmente em instituições públicas. Se o número de optantes aprovados não atingir os 10% das vagas a eles destinadas, essas são repassadas àqueles com outro percurso escolar. Para os aprovados, além dos documentos exigidos, é necessário assinar uma autodeclaração, na qual informa que possui fenótipo que o caracterize na sociedade brasileira como pertencente ao grupo racial negro. Não se enquadram nessa situação os candidatos que não possuam traços fenotípicos, ainda que tenham algum ascendente negro. O

candidato ainda deve comparecer diante da Comissão de Validação da Autodeclaração para realizar uma entrevista. Após a validação, os estudantes retornam às coordenadorias dos cursos para efetivar sua matrícula. Se a autodeclaração não for validada pela Comissão, o estudante pode, em um prazo de 48 horas, entregar um pedido de reconsideração por escrito direcionado à direção do Departamento de Administração Escolar (DAE), apresentando argumentos que justifiquem o fato de ter optado pelas vagas destinadas a negros do PAA. A Comissão tem então mais 48 horas para emitir um novo e definitivo parecer sobre a autodeclaração.

Os estudantes indígenas devem, no processo de inscrição no Vestibular, responder a algumas perguntas que permitirão identificar seu pertencimento e relação com grupos indígenas. Entre essas perguntas, devem ser especificados o nome do grupo indígena a que pertence, se utiliza uma língua indígena para se comunicar, sua história de vida em comunidade indígena, o contexto atual de relações com a comunidade a que pertence e quais as suas expectativas e as da sua comunidade em relação ao curso no qual irá se inscrever.

As vagas destinadas aos indígenas são de caráter suplementar, isto é, são criadas especificamente para esse fim, limitando-se a duas vagas por curso. São aprovados dois estudantes com melhor classificação, e as vagas restantes são preenchidas pelos indígenas que melhor se classificarem em outros cursos. Assim como para os estudantes autodeclarados negros, aqueles autodeclarados indígenas devem assinar uma declaração e passar por uma entrevista com a Comissão de Validação da Autodeclaração.

Cabe ressaltar que todos os estudantes que optaram por participar do PAA da UFSC também participam da distribuição das vagas por meio da classificação geral, exceto os que optarem pelas vagas destinadas a pertencentes a povos indígenas. Se as vagas destinadas ao PAA não forem preenchidas pelos estudantes de escola pública e por negros, a porcentagem das vagas destinadas a esses segmentos serão destinadas para a classificação geral. Se não houver estudantes indígenas habilitados para preencher as vagas suplementares previstas, serão criadas apenas as vagas necessárias.

O Gráfico 3 facilita a visualização da distribuição desses optantes por ano de existência do PAA.

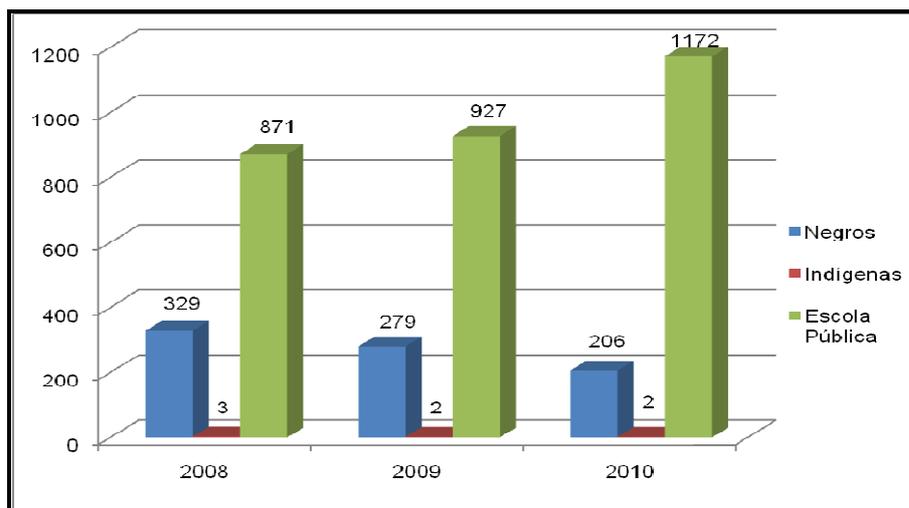


Gráfico 3 - Distribuição dos optantes pelo PAA aprovados nos vestibulares da UFSC dos anos de 2008, 2009 e 2010

Fonte: adaptado de Coperve. Florianópolis: UFSC (2010).

No ano de 2008, primeiro ano da implementação do PAA, a UFSC realizou o vestibular disponibilizando 4.100³³ vagas distribuídas em todos os cursos. Dessas vagas, 1.203 foram preenchidas pelos estudantes que optaram pelo PAA para acesso à UFSC. Entre estas, 871 foram preenchidas por estudantes oriundos do ensino público, 329 por autodeclarados negros e três por pertencentes a povos indígenas. Já em 2009, segundo ano de implementação do Programa, a UFSC disponibilizou 4.431³⁴ vagas. Desse total, 1.208 foram preenchidas pelos optantes do PAA, sendo 927 constituídas por oriundos de ensino público, 279 por autodeclarados negros e duas por pertencentes a povos indígenas. Por fim, em 2010, a UFSC disponibilizou 6.021³⁵ vagas, ano em que 1.380 optantes foram aprovados, sendo 1.172 oriundos do ensino público, 206 autodeclarados negros e dois pertencentes a povos indígenas.

Em resumo, mesmo com a instituição do PAA, a UFSC ainda está longe de ter um cenário de equilíbrio sociorracial, porém as Ações Afirmativas vêm amenizando as discrepantes desigualdades, uma vez que seu objetivo principal é o de superar essa realidade e promover a igualdade entre diferentes grupos, pois se apenas os indivíduos economicamente mais favoráveis se beneficiarem pelo

³³ Informação disponível em: <<http://www.vestibular2008.ufsc.br/guiavest.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2010.

³⁴ Informação disponível em: <http://www.vestibular2009.ufsc.br/edital/res09_altera_quadro_vagas.pdf>. Acesso em: 18 out. 2010.

³⁵ Informação disponível em: <http://www.vestibular2010.ufsc.br/edital/resolucao22_vest2010.pdf>. Acesso em: 18 out. 2010.

investimento e toda a população no ensino superior público, viveremos sempre com a superioridade de um grupo a outro, agravando a divisão da sociedade.

O conjunto das expressões das desigualdades sociais mencionadas nesse texto caracteriza a questão social, objeto de trabalho do Serviço Social. A questão social faz parte da sociedade. Encontra-se nas lutas contra as desigualdades de gênero, nas características étnico-raciais, no tratamento com o meio ambiente, entre outros.

É na tensão entre produção da desigualdade, da rebeldia e do conformismo que trabalham os Assistentes Sociais, situados nesse terreno movido por interesses sociais distintos, os quais não é possível abstrair, pois tecem a trama da vida em sociedade (IAMAMOTO, 2009, p. 21).

Os espaços de lutas sociais, como as reivindicações da população brasileira por condições e mecanismos que possibilitem o ingresso no ensino superior e também no mercado de trabalho para diferentes classes sociais e étnico-raciais, configuram-se em espaços de atuação para o Serviço Social, pois nesse meio os Assistentes Sociais podem realizar mediações. Esse processo exige a interferência do Estado através do reconhecimento e da legalização de direitos e deveres dos sujeitos envolvidos, efetivando tais direitos nas políticas e nos serviços sociais, espaço também do exercício profissional dos Assistentes Sociais, que atuam na formulação, no planejamento e na execução das políticas públicas nas mais diversas áreas, de modo a promover a cidadania e a autonomia.

Em seguida, serão relatadas as funções da Comissão de Acompanhamento e Avaliação do PAA da UFSC e a importância da presença do Serviço Social nesse campo de trabalho, sendo responsável, entre outras ações, por avaliar e propor novos mecanismos de ações relacionados às distintas dimensões implicadas na inserção dos estudantes que ingressaram na UFSC por meio deste Programa. Essas ações têm um grande impacto nas trajetórias individuais e coletivas de desempenho dos acadêmicos e na integração destes no espaço social, político e cultural do cotidiano universitário.

3.3 O Serviço Social na Comissão de Acompanhamento e Avaliação do PAA

O Serviço Social surgiu na UFSC em 1980 com o objetivo inicial de atender às carências psicossociais de servidores e alunos. A Comissão de

Acompanhamento e Avaliação do PAA, criada a partir da Resolução Normativa nº 008/CUN/2007, que instituiu o Programa, é vinculada à PREG e se constituiu como instrumento de promoção de valores democráticos, tais como o respeito à diferença e à diversidade socioeconômica e étnico-racial.

As ações da Comissão são pautadas por uma política de ampliação do acesso aos cursos de graduação oferecidos pela UFSC e no estímulo à permanência dos egressos. Atua também em parceria com o curso pré-vestibular da universidade, que surgiu para atender às necessidades dos estudantes que não dispunham de recursos financeiros para frequentar cursos preparatórios para o vestibular. O projeto busca o desenvolvimento da educação local e da cidadania, proporcionando um preparo adequado para conduzir esses estudantes ao mercado de trabalho. Também há espaço para a divulgação do PAA junto às escolas públicas e aos futuros egressos da universidade, parte componente da demanda atendida pelo Programa.

A Comissão é formada por representantes dos discentes, servidores docentes e servidores técnico-administrativos, entre os quais se encontra o profissional de Serviço Social. Nesse campo, o Serviço Social, por meio do sistema de reserva de vagas, oferece orientações e condições para a permanência dos estudantes na universidade. Esse espaço de atuação para o Serviço Social na UFSC corresponde às necessidades que as transformações sociais exigem.

As grandes transformações contemporâneas decorrem da configuração assumida pelo capitalismo nas últimas décadas e afetam a divisão social, a organização e, conseqüentemente, as especializações do trabalho, como o Serviço Social. Essas mudanças exigem o redimensionamento das funções tradicionalmente atribuídas aos Assistentes Sociais e as qualificações para o exercício profissional (SILVA, 2000, p. 114).

Em resposta às novas demandas, o Serviço Social da UFSC foi chamado para atender às questões sociais que dizem respeito ao público-alvo do PAA.

O profissional de Serviço Social presente na Comissão atua diretamente com os estudantes, buscando por meio de atendimentos individualizados e grupais transmitir informações fundamentais para a viabilização da permanência desses alunos na universidade, pois o acompanhamento de algumas situações apresentadas pelos estudantes torna-se imprescindível para que encontrem os caminhos institucionais para a superação das dificuldades. A presença do Assistente Social faz-se necessária nesse processo, pois:

Serviço Social é uma profissão especializada que, a partir de conhecimentos teóricos e técnicos, valores e finalidades, sistematiza e operacionaliza respostas às necessidades sociais que lhe chegam como demandas profissionais (GUERRA, 2009, p. 80).

Foi também por meio das demandas identificadas pelo Serviço Social que a Comissão identificou dificuldades na trajetória acadêmica dos estudantes, elaborando um projeto de apoio pedagógico (departamento de Apoio Pedagógico da PREG com parceria da PRAE), em parceria com a equipe que coordena o curso pré-vestibular.

Essas ações são realizadas por uma Assistente Social com relativa autonomia ante a instituição, escolhida por meio dos instrumentos de estudo, observação e na execução de suas ações profissionais. Como diz Iamamoto (2004, p. 24),

o Serviço Social é uma atividade que, para realizar-se no mercado, depende das instituições empregadoras, nas quais deve dispor de relativa autonomia no exercício de seu trabalho, o que revela a importância dos componentes ético-políticos no exercício profissional.

A presença do profissional de Serviço Social na Comissão é de fundamental importância, pois atende diretamente às demandas apresentadas pelos estudantes. Os principais objetivos das ações profissionais são ampliar o acesso aos cursos de graduação e oportunizar, com o amparo de ações e programas vinculados às políticas estudantis, a permanência e a conclusão de discentes ingressos nos cursos oferecidos pela UFSC.

É pensando-se no problema da evasão escolar que os meios de permanência devem ser efetivados, uma vez que a evasão é caracterizada por um processo de exclusão determinado por fatores e variáveis que são internos e externos à instituição, muitas vezes estando ligados à ordem econômica. Alguns fatores identificados pelo trabalho da Comissão são relacionados a carga horária e turno dos cursos, metodologia de ensino-aprendizagem, falta de comunicação, situações de desemprego, separação ou filhos e desempenho acadêmico, que afirmam a necessidade da Assistência Estudantil.

A assistência aos estudantes resume-se no fornecimento das condições mínimas para que eles tenham acesso à educação e possam permanecer na instituição de ensino.

Então, em parceria com a PRAE, o Serviço Social da Comissão desenvolve ações institucionais, pedagógicas e acadêmicas, direcionadas para o acesso, a permanência e a conclusão de discentes optantes pelo PAA, matriculados nos cursos de graduação da UFSC, em articulação com as demais estruturas universitárias.

Entre os programas, benefícios e apoio ao estudante destacam-se: a Moradia Estudantil, o Auxílio-Moradia, a Assistência em Saúde, o Auxílio para Aquisição de Material Didático, a Bolsa de Permanência, a Bolsa-Alimentação, o fornecimento de transporte para a participação dos estudantes em eventos, congressos, simpósios, viagens de estudos e outros já abordados neste capítulo.

Dados os objetivos e as principais ações desenvolvidas pelo Serviço Social, são atribuições do Assistente Social na Comissão:

- o planejar e executar ações que viabilizem o repasse das informações referentes ao PAA da UFSC à comunidade externa;
- o coordenar ações que envolvam as questões relacionadas à permanência dos estudantes ingressos através do PAA;
- o executar ações que facilitem a divulgação dos programas de assistência estudantil existentes na UFSC para os estudantes do PAA; e
- o articular parcerias com órgãos internos e externos da UFSC para ações que possibilitem o acesso às informações dos diversos serviços existentes na UFSC e que podem ser utilizados pelos estudantes que fazem parte do Programa bem como auxiliar na inserção socioprofissional destes.

Sendo essas as ações desenvolvidas pelo Serviço Social, pode-se dizer que o trabalho profissional engloba as principais atribuições do Assistente Social, de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), efetivados através da:

dimensão de gerenciamento, planejamento e execução direta de bens e serviços a indivíduos, famílias, grupos e coletividade, na perspectiva de fortalecimento da gestão democrática e participativa capaz de produzir, intersetorial e interdisciplinarmente, propostas que viabilizem e potencializem a gestão em favor dos(as) cidadãos (ãs) (CFESS, 2007, p. 28).

Baseado na Lei nº 8.662/93, que dispõe e dá outras providências para a profissão de Serviço Social, já mencionada neste texto, é de competência do Serviço Social da Comissão de Acompanhamento e Avaliação do PAA da UFSC: implementar, executar e avaliar as atividades voltadas ao Programa; elaborar, coordenar, executar e avaliar projetos que contribuam e interfiram na realidade vivida pelos estudantes e pela comunidade para a qual a política é direcionada, como no caso das atividades realizadas nas escolas públicas do município; realizar encaminhamentos e orientações para diferentes grupos sociais através das informações repassadas, identificando as ações e os recursos que possam contribuir para que seus direitos sejam efetivados; executar pesquisas e estudos socioeconômicos com o público-alvo, principalmente por meio da elaboração dos Trabalhos de Conclusão de Curso de estagiários e pesquisadores que tenham interesse neste campo de atuação; prestar apoio aos movimentos sociais na realização de debates sobre as Ações Afirmativas e no exercício pela luta dos direitos coletivos.

Para executar as atividades, os principais instrumentais técnico-operativos utilizados pelo Assistente Social são os que se seguem.

- *Atendimentos*: visam oportunizar um encontro em que a troca de informações entre estudante e Assistente Social possibilitem o conhecimento da realidade vivenciada pelo primeiro, suas necessidades imediatas e as possibilidades de superação.

Vale comentar que a atenção direta ao estudante é permeada por diversos fatores que exigem diferentes e complexas ações, como os diversos tipos de demandas, os constantes conflitos institucionais e a escassez de recursos.

- *Reuniões*: as da Comissão realizam-se quinzenalmente e nelas são discutidos os assuntos recentes relacionados ao PAA da UFSC. Nessas reuniões, também são definidas as atividades que serão desenvolvidas pela Comissão, tais como reunião com os estudantes que ingressaram no PAA, apresentação do relatório da Comissão ao Conselho Universitário e divulgação do Programa nas escolas públicas, entre outros. São realizadas reuniões com estagiários e bolsistas para a definição de estratégias no

desenvolvimento do trabalho, avaliação e proposta de encaminhamentos das atividades.

As reuniões com os estudantes proporcionam uma interação entre os Assistentes Sociais e o seu público-alvo. Busca-se com esse instrumento a potencialização do processo de aprendizagem, intervindo posteriormente nas fragilizações que forem apresentadas. A utilização desse instrumento é justificada pelo que Sarmiento (2005, p. 38) afirma:

Através da reunião o assistente social pode contribuir no desencadeamento e realização de um processo reflexivo sobre o cotidiano de vida destas pessoas, para encontrar respostas às situações que se defrontam e permeada por uma maneira de organização para a ação.

- o *Entrevistas*: são realizadas sempre que necessário com estudantes do PAA objetivando conhecer sua realidade, seu cotidiano, suas expectativas e as dificuldades encontradas na UFSC.

A realização de entrevistas possibilita, por meio do diálogo, coletar informações sobre os estudantes e fornecer-lhes auxílios. É um instrumental utilizado intencionalmente, e dessa forma gera, a partir das trocas de informações, possibilidades de tomada de ações do contexto institucional. Como ressaltado por Yazbeck (1999, p. 96):

Através das mediações o Assistente Social interfere nas relações sociais que fazem parte do cotidiano de sua população usuária. Essa interferência se dá particularmente pelo exercício da dimensão sócio-educativa, que tanto pode assumir um caráter de enquadramento disciplinador destinado a moldar o cliente em sua inserção institucional e na vida social, como pode direcionar-se ao fortalecimento dos projetos e lutas das classes subalternizadas na sociedade.

Sendo a documentação da prática profissional necessária para a obtenção de dados e para propor ações como marco da atuação do Serviço Social no cotidiano dos Assistentes Sociais da Comissão (estagiários e supervisores), são realizados registros dos atendimentos por meio de relatórios. O intuito é manter os dados obtidos resguardados e disponíveis para coleta de informações, pesquisas e desenvolvimento de projetos que envolvam as demandas dos estudantes, facilitando a realização desses registros. Para que os relatórios deem visibilidade às ações a serem tomadas, estão contidas nos relatos análises sobre as demandas verificadas.

As avaliações são realizadas mensalmente com o objetivo de aperfeiçoar as ações tomadas, verificar se os encaminhamentos foram realizados e quais foram os resultados obtidos.

A partir dessas práticas o Assistente Social pode então responder, informar, acolher e tranquilizar os estudantes egressos e os futuros acadêmicos optantes pelo PAA por meio da intervenção profissional na viabilização e na efetivação dos direitos a eles garantidos, proporcionando-lhes uma melhor condição de vida.

A socialização de informações é uma ação profissional que fortalece o usuário no acesso e no processo de mudança da realidade na qual se insere, na direção da ampliação dos direitos e efetivação da cidadania (SILVA, 2000, p. 113).

De acordo com Nogueira e Mito (2007), a prática profissional do Assistente Social deve estar atrelada a três eixos básicos, articulados entre si para direcionar a atuação profissional, a saber: (1) os processos político-organizativos, (2) os processos de planejamento e gestão e (3) os processos socioassistenciais.

Os processos “político-organizativos” correspondem a um conjunto de ações, como mobilização e assessoria, que podem articular o espaço sócio-ocupacional com os sujeitos envolvidos, com o objetivo de ampliar e efetivar direitos.

A ação desenvolvida pelo Assistente Social na Comissão consiste em identificar e propor alternativas para o enfrentamento das questões presentes no cotidiano de luta por direitos dos estudantes bem no sentido de socializar informações e análises, tendo em vista o encaminhamento de soluções que viabilizem o atendimento de suas demandas, que se dão, na maior parte, nas ações voltadas à permanência oferecidas pela assistência estudantil.

Para tanto, a proximidade empírica e teórico-analítica que o assistente social dispõe, relacionada às diferentes expressões da questão social, que pressupõe a compreensão da dinâmica da realidade e das necessidades da população e dos movimentos da sociedade, bem como do conjunto de legislações vigentes e das diferentes políticas e programas sociais, permite que ele usufrua de um acervo privilegiado de dados sobre o movimento da realidade social a ser utilizado na sua ação em assessoria (NOGUEIRA; MIOTO, 2007, p. 11).

Nesse contexto, a ação profissional tem a função de instrumentalizar o processo participativo, considerando as suas necessidades e as possibilidades de

enfrentamentos destas. Sendo assim, é imprescindível que o Assistente Social conheça os sujeitos envolvidos e o conjunto de suas dificuldades.

Os “processos de planejamento e gestão” dizem respeito ao planejamento e à gestão dos serviços na instituição bem como à sistematização das ações profissionais. Efetivam-se nesses processos a intersetorialidade das relações institucionais e também a criação de protocolos que dão base ao trabalho do Assistente Social neste campo, consolidados nas informações que constam nos documentos da intervenção profissional, tais como diários de campo, relatórios, fichas, entre outros. Consistem também na avaliação institucional dos serviços e das ações profissionais.

Os “processos socioassistenciais” são as ações desenvolvidas diretamente para os usuários a partir de suas demandas. Por meio desses processos objetiva-se responder às necessidades particulares, “numa perspectiva de construção de sua autonomia no âmbito das relações institucionais e sociais ao remetê-lo para a participação política em diferentes espaços” (NOGUEIRA; MIOTO, 2007, p. 13).

Estão vinculadas aos processos socioassistenciais as “ações periciais”, cujo foco é elaborar parecer social ou pareceres técnicos para subsidiar decisões e conceder benefícios, prestação de serviços, equipamentos, etc. Vinculam-se também a esses processos as “ações socioemergenciais”, que estão relacionadas às necessidades emergenciais dos usuários, como, por exemplo, as cestas básicas. Encontram-se as “ações socioterapêuticas”, que têm como objetivo o apoio diante de situações de sofrimento, particularmente em momentos críticos (como mortes, diagnóstico de doenças, etc.). Por fim, a esse eixo estão vinculadas as “ações socioeducativas”, que “consistem em um movimento de reflexão entre profissionais e usuários que, através da informação e do diálogo, buscam alternativas e resolutividade para a demanda/necessidade do usuário” (NOGUEIRA; MIOTO, 2007, p. 15).

Nos processos socioassistenciais realizados pelo Serviço Social da Comissão, são executadas ações de natureza socioeducativa³⁶. Utilizando a escuta qualificada, o Assistente Social tem a possibilidade de fortalecer os estudantes a

³⁶ De acordo com Miotto (2006), os processos socioassistenciais são caracterizados pelo desenvolvimento de ações concretizadas no contato direto com o usuário. Essas ações permitem identificar as dificuldades enfrentadas e as possibilidades de mudanças, contribuindo para uma melhor qualidade de vida.

articularem sobre o seu papel na sociedade e sobre seus direitos. As informações repassadas abrem possibilidades para que eles se autoidentifiquem, reconhecendo-se como pertencentes a um grupo social, podendo estimulá-los quanto à sua participação nos processos de ações coletivas, tais como grupos de estudos, centros acadêmicos, entre outros.

Em síntese, a ação profissional é desenvolvida durante o “fortalecimento dos processos de luta, avaliação e articulação de forças, organização e formação política, tendo em vista o atendimento de necessidades imediatas” (ABREU, 2004, p. 66).

Nesse sentido, como afirma Mioto (2006, p. 31) “as ações socioeducativas complementam as ações socioterapêuticas à medida que buscam viabilizar os direitos imprescindíveis no processo de apoio e fortalecimento”. As ações socioeducativas se estruturam no pilar da socialização da informação ao garantir o direito à informação como um meio de efetivação da cidadania, e também são pautadas no âmbito do processo reflexivos ao fazer com que os estudantes reflitam sobre o atendimento recebido e busquem as respostas que atendam às suas necessidades. Uma vez que, corroborando com Netto (2001 apud GUERRA, 2009, p. 83),

A funcionalidade, o reconhecimento e a utilidade social da profissão estão na capacidade do profissional de modificar algumas variáveis do contexto social dos usuários, buscando alterá-lo, ainda que momentaneamente.

Além da relativa autonomia, o Assistente Social realiza todas as suas intervenções profissionais a partir da ética profissional. Barroco (2008, p. 219) ressalta que a profissão “tem fundamentos e mediações éticas e políticas, cujas determinações históricas são dadas pelas demandas que se põem – como profissão socialmente necessária e legitimada na divisão social do trabalho”. Segundo Barroco (2008, p. 218),

a ética é um modo de ser práticosocial que, para se objetivar, supõe a participação consciente e racional do indivíduo que dispõe de um grau relativo de liberdade e de autonomia para avaliar, escolher, deliberar e projetar suas ações, dirigidas ao que considera correto.

Desse modo, entende-se que o Assistente Social da Comissão consegue colocar em prática as principais diretrizes do Código de Ética do Assistente Social³⁷, que possui como princípios fundamentais a defesa dos direitos humanos, a ampliação e a consolidação da cidadania com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos, o aprofundamento da democracia como participação política, o posicionamento em favor da equidade e o empenho da eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando a diversidade.

Na seção a seguir, será relatada a experiência de estágio nesse campo de atuação, apresentando-se as atividades desenvolvidas, as principais dificuldades e as conclusões sobre o processo de aprendizagem desenvolvido no período em que se vivenciou a prática profissional.

3.4 O estágio na Comissão de Acompanhamento e Avaliação do PAA

A Lei nº 11.788, de 2 de setembro de 2008, em seu artigo 1º, dispõe sobre o estágio de estudantes, definindo-o como:

Ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

Durante o período compreendido entre agosto de 2009 e julho de 2010, realizou-se na Comissão de Acompanhamento e Avaliação do PAA, na UFSC, Campus Universitário/Trindade, o Estágio Curricular Obrigatório I e II, com a supervisão direta de uma Assistente Social, objetivando a capacitação profissional, requisito para a formação em Serviço Social na UFSC.

O Estágio Supervisionado é uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço socioinstitucional, objetivando capacitá-lo para o exercício profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita conjuntamente por professor supervisor e por profissional de campo, com base em planos de estágio elaborados em conjunto pelas unidades de ensino e organizações que oferecem estágio (CNE/CES nº 492/2001 apud RESOLUÇÃO CFESS nº 533/2008, 2008).

³⁷ Resolução CFESS nº 273, de 13 de março de 1993.

As atividades desenvolvidas pela estagiária foram definidas em conjunto com a supervisora de campo. Entre elas, destacaram-se estudos (por meio de documentos, registros, livros, artigos, etc.) referentes à instituição e atividades realizadas pelo Serviço Social na Comissão, bem como estudos de conteúdos teórico-metodológicos relativos ao Serviço Social no tema do estágio. Outras atividades realizadas foram: acompanhar a supervisora de campo nas atividades desenvolvidas, ajudando sempre que necessário; auxiliar e realizar atendimentos aos estudantes do PAA; auxiliar e realizar atendimentos aos estudantes do curso pré-vestibular; realizar entrevistas; realizar abordagens; elaborar material; realizar supervisão individual e grupal, entre outras. Destacam-se também a pesquisa feita para a divulgação do site do Programa e o levantamento de dados dos cotistas.

A Resolução CFESS nº 533/2008, que regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social, designa em seu artigo segundo que,

A supervisão direta de estágio em Serviço Social é atividade privativa do assistente social, em pleno gozo dos seus direitos profissionais, devidamente inscrito no CRESS de sua área de ação, sendo denominado supervisor de campo o assistente social da instituição campo de estágio e supervisor acadêmico o assistente social professor da instituição de ensino. Parágrafo único. Para sua realização, a instituição campo de estágio deve assegurar os seguintes requisitos básicos: espaço físico adequado, sigilo profissional, equipamentos necessários, disponibilidade do supervisor de campo para acompanhamento presencial da atividade de aprendizagem, dentre outros requisitos, nos termos da Resolução CFESS nº 493/2006, que dispõe sobre as “condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social”.

Em conformidade com esta Resolução, o estágio desenvolvido na Comissão atendeu aos requisitos mencionados, pois foi supervisionado por uma Assistente Social inscrita³⁸ no seu respectivo conselho. Na Academia, a autora deste trabalho também foi supervisionada por Assistente Social. O campo de estágio assegurou espaço físico e equipamentos necessários, pois dispunha de sala própria, sala para atendimentos, sala de reunião, computadores, armário de arquivo com chave, entre outros, elementos que garantem as condições éticas e técnicas para o exercício da profissão.

³⁸ O estágio foi supervisionado pela Assistente Social Corina Martins Espíndola (CRESS 1199), funcionária da UFSC.

Foram elaborados, em conjunto com a supervisora de campo, documentos necessários para guiar a prática do estágio, tais como o plano de estágio, no qual constam os papéis desempenhados por Assistente Social e estagiário, função, atribuição e dinâmica a serem desenvolvidas. Esse material está disponível na instituição, pois é considerado documento técnico e legal, assim como estão disponíveis os Termos de Convênio e os Programas de Atividades. Cabe ressaltar que as supervisões de campo foram realizadas periodicamente, sempre na instituição do estágio.

A supervisão direta de estágio de Serviço Social deve ser realizada por assistente social funcionário do quadro de pessoal da instituição em que se ocorre o estágio, em conformidade com o disposto no inciso III do artigo 9º da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, na mesma instituição e no mesmo local onde o estagiário executa suas atividades de aprendizado, assegurando seu acompanhamento sistemático, contínuo e permanente, de forma a orientá-lo adequadamente (Art. 5º. p. 4).

A metodologia de trabalho desenvolvida para assegurar que os direitos dos estudantes fossem garantidos e efetivados, e que possibilitassem responder às demandas individuais, foi efetuada por meio de alguns instrumentais técnico-operativos, tais como:

- reuniões: instrumento que possibilitou uma interação com a supervisora de campo, a equipe de trabalho e os estudantes do Programa;
- abordagens: que caracterizaram a aproximação intencional com estudantes, comunidade e escolas;
- entrevistas: possibilitaram conhecer algumas das principais dificuldades enfrentadas pelos estudantes do Programa, bem como informações que motivaram a realização deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

As entrevistas e os atendimentos realizados marcaram o período de estágio, pois se pôde conhecer uma realidade antes não vista. Percebeu-se então que a presença do Assistente Social na Comissão tem sua principal importância no oferecimento de condições e informações para viabilizar a permanência e o ingresso na universidade.

O contato com os acadêmicos e a participação em alguns eventos demonstraram que, para se implementar uma política de Ação Afirmativa que transforma valores sociais, é preciso dialogar com a comunidade e mobilizar e

sensibilizar a instituição da qual se faz parte, apontando-se para uma significação positiva dessa iniciativa de ampliar o acesso ao ensino superior.

Por esse motivo, as ações desenvolvidas pela Comissão buscam atingir diversas camadas da população com a divulgação do Programa nas escolas, na comunidade e na própria UFSC.

Sendo assim, à medida que as demandas foram identificadas, foi feito o devido encaminhamento e elaborado um relatório sobre o atendimento. Não sendo possível um encaminhamento imediato, eram realizadas discussões com a supervisora de campo e com a equipe para concluir que ações executar.

A aproximação com os estudantes foi considerada uma das grandes dificuldades encontradas nesse espaço de atuação do Serviço Social, pois eles em muitos casos se “escondem”, protegendo-se de uma parcela que os enxerga como sujeitos “de favor”. O fato é que esses estudantes passaram a ser incluídos no processo de formação educacional, contemplando um direito que lhes é garantido por lei. Percebeu-se também que:

compreender os modos de articulação/regulação da vida cotidiana, na sua heterogeneidade e complexidade, para fortalecer o poder dos blocos dominados, as redes mais frágeis nesses encontros e seus pressupostos globais e gerais, continua um dos mais importantes desafios teórico-políticos da intervenção profissional (FALEIROS, 1996, p. 13).

Como Assistente Social em formação, procurou-se assegurar que os direitos dos estudantes fossem garantidos e efetivados, respondendo a demandas individuais e utilizando o espaço de trabalho como um rico canal de troca de conhecimentos, sempre se embasando em teorias metodológicas e refletindo sobre a ética profissional.

A reflexão ética tem por objetivo a vida como totalidade, pretendendo pois contribuir para torná-la mais rica e vigorosa em suas objetivações e exigências. A apreensão histórica e crítica da realidade pode desvelar as formas de ser ético-morais, os modos fetichizados da moral e da ética, rompendo com visões preconceituosas, mecanicistas, unilaterais, ampliando as possibilidades de enriquecimento das exigências éticas (BARROCO, 2008, p. 216).

Considera-se, portanto, que os objetivos da realização do Estágio Curricular Obrigatório, que é o da formação profissional, foram atingidos neste campo de estágio, levando em conta a utilização de instrumentos e referenciais teóricos para a realização de ações norteadoras para os enfrentamentos de questões relacionadas ao público-alvo da Comissão.

4 O PERFIL DOS ESTUDANTES QUE INGRESSARAM NA UFSC POR MEIO DO PAA

Nesta seção, serão apresentados os sujeitos participantes da pesquisa tanto para a contextualização dos dados quantitativos quanto para os dados qualitativos.

Serão mostrados os dados obtidos por meio da pesquisa quantitativa, que teve como referência as informações disponibilizadas pelos optantes pelo PAA no “Questionário Socioeconômico-Cultural”, aplicado pela UFSC no processo de inscrição no Concurso Vestibular. Os dados a seguir apresentados compõem-se do universo de optantes aprovados nos anos 2008, 2009 e 2010.

Por fim, serão expostos os dados referentes às entrevistas realizadas, cujo objetivo foi conhecer a realidade e a opinião dos estudantes acerca do PAA da UFSC, possibilitando a qualificação dos dados já obtidos com a pesquisa quantitativa e verificando as situações de vulnerabilidade enfrentadas.

4.1 Os sujeitos da pesquisa

O presente trabalho foi efetivado a partir da realização de uma pesquisa de campo e sistematização de informações. Esse processo ocorreu entre os meses de março a outubro de 2010, porém as ideias iniciais surgiram no período em que a autora deste trabalho realizou o segundo semestre de Estágio Curricular Obrigatório. No campo do estágio, pôde contar com a ajuda da supervisora de campo e com funcionários da Coperve, que disponibilizaram acervos documentais dos dados referentes aos questionários aplicados nos vestibulares nos anos mencionados.

A pesquisa de campo resultante da realização de entrevistas com nove estudantes optantes pelo PAA e regularmente matriculados na UFSC³⁹ aconteceu entre os meses de setembro e outubro de 2010. Os estudantes envolvidos foram convidados aleatoriamente entre aqueles que já haviam feito algum contato com a Comissão de Acompanhamento e Avaliação do PAA da universidade. Sem a pretensão de criar generalizações ou que esse número representasse o todo dos estudantes que ingressaram via PAA, optou-se por convidar aqueles matriculados em cursos pertencentes aos centros de ensino da UFSC com a maior concentração de estudantes do Programa (CCS, CSE e CTC). Essa situação pode ser verificada

³⁹ Campo de estágio da autora deste trabalho no período de agosto de 2009 e julho de 2010.

na Tabela 3, apresentada em seguida. Cabe ressaltar que não foi utilizado nenhum percentual de amostragem para a escolha do número de estudantes a serem entrevistados.

Tabela 3 - Distribuição dos estudantes ingressantes pelo Programa de Ações Afirmativas por centro de ensino entre 2008 e 2010

CENTROS DE ENSINO	MATRICULADOS			TOTAL DE MATRICULADOS POR CENTRO
	Escola pública	Negros	Indígenas	
CCA	158	25	1	184
CCB	55	14	0	69
CCE	288	67	0	355
CCJ	96	49	2	147
CCS	272	87	1	360
CDS	62	23	0	85
CED	218	60	0	278
CFH	232	51	0	283
CFM	143	11	0	154
CSE	390	118	0	508
CTC	560	175	0	735
ARARANGUÁ	46	2	0	48
CURITIBANOS	51	1	0	52
JOINVILLE	60	5	0	65
TOTAL DE MATRICULADOS	2.631	688	4	3.323

Fonte: adaptado de Comissão de Acompanhamento e Avaliação do Programa de Ações Afirmativas, 2010.

Na Tabela 3, verifica-se que o CTC é o centro de ensino que possui o maior número de estudantes optantes pelo PAA matriculados (735), seguido do CSE (508) e do CCS (360). A tabela leva em conta somente os estudantes regularmente matriculados, uma vez que, dos 3.791 optantes aprovados, número expresso anteriormente, 468⁴⁰ estudantes não realizaram a matrícula após a aprovação no Concurso Vestibular, ou podem ter-se evadido, ou estão com a matrícula trancada.

Cabe ressaltar que a caracterização dos estudantes será realizada por meio dos dados fornecidos durante o preenchimento do “Questionário Socioeconômico-Cultural” pelos optantes aprovados nos vestibulares dos anos 2008, 2009 e 2010, o que representa um total de 3.791 estudantes.

A entrevista como instrumento metodológico de pesquisa foi escolhida para complementar o desenvolvimento deste estudo. Optou-se pela entrevista semiestruturada, com a utilização de perguntas abertas e fechadas (Apêndice A),

⁴⁰ Levando-se em conta os três anos de implementação do PAA: 2008, 2009 e 2010.

uma vez que esse instrumento se insere como “meio de coleta dos fatos relatados pelos autores, enquanto sujeito-objeto da pesquisa, que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada” (MINAYO, 1994 apud SOUZA, 2009, p. 78).

Para a viabilização desse procedimento, elaborou-se um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice B), no qual foram explicados o tema e os objetivos da pesquisa. Ressaltou-se que os dados obtidos com a entrevista seriam utilizados para a elaboração do presente TCC, e somente através deste trabalho é que as respostas seriam veiculadas. Informou-se também que a identidade dos entrevistados seria preservada.

Como as entrevistas não foram gravadas, as informações recebidas foram anotadas e as respostas para as perguntas abertas foram transcritas literalmente conforme a fala dos entrevistados.

Para contextualizar os dados da pesquisa com a realidade e as necessidades atuais, realizou-se a pesquisa bibliográfica em paralelo com a análise dos dados.

Ressalta-se que as informações coletadas por meio dos documentos, das bibliografias e entrevistas subsidiaram o entendimento dos aspectos expressos mais adiante.

4.2 Características gerais dos optantes

Nesta seção, serão expostos os dados obtidos por meio do “Questionário Socioeconômico-Cultural”, aplicado pela UFSC no processo de inscrição nos Concursos Vestibulares de 2008, 2009 e 2010. Das 34 perguntas respondidas pelos estudantes neste questionário, foram escolhidas as 20 mais relevantes para a apresentação das questões referentes às características gerais, socioeconômicas, socioculturais e expectativas futuras apresentadas pelos estudantes optantes. Uma observação: o questionário utilizado como subsídio para a caracterização do perfil dos optantes não utilizou perguntas para que se pudesse identificar aqui o sexo e a faixa etária predominante entre eles.

As questões apresentadas a seguir foram respondidas por todos os optantes pelo PAA da UFSC que foram aprovados, totalizando 3.791 estudantes. Os optantes aprovados separam-se em três categorias de acesso: (1) os autodeclarados negros, (2) os pertencentes a povos indígenas e (3) os oriundos de escola pública.

A Tabela 4 apresenta os Estados de procedência dos optantes e permite identificar o fluxo migratório para Santa Catarina.

Tabela 4 - Estado de procedência

UF	Negros		Indígenas		Escola pública		Total de optantes pelo PAA	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Bahia	4	0,5%	0	0,0%	1	0,0%	5	0,1%
Distrito Federal	4	0,5%	0	0,0%	3	0,1%	7	0,2%
Espírito Santo	1	0,1%	0	0,0%	1	0,0%	2	0,1%
Goiás	3	0,4%	0	0,0%	4	0,1%	7	0,2%
Mato Grosso	5	0,6%	0	0,0%	2	0,1%	7	0,2%
Mato Grosso do Sul	4	0,5%	0	0,0%	3	0,1%	7	0,2%
Minas Gerais	4	0,5%	0	0,0%	8	0,3%	12	0,3%
Paraíba	1	0,1%	0	0,0%	0	0,0%	1	0,0%
Paraná	26	3,2%	0	0,0%	83	2,8%	109	2,9%
Rio Grande do Sul	16	2,0%	0	0,0%	147	4,9%	163	4,3%
Rio de Janeiro	2	0,2%	0	0,0%	1	0,0%	3	0,1%
Rondônia	1	0,1%	0	0,0%	1	0,0%	2	0,1%
Roraima	1	0,1%	0	0,0%	0	0,0%	1	0,0%
Santa Catarina	680	83,5%	7	100,0%	2.606	87,7%	3.293	86,9%
São Paulo	61	7,5%	0	0,0%	110	3,7%	171	4,5%
Sergipe	1	0,1%	0	0,0%	0	0,0%	1	0,0%
TOTAL	814	100,0%	7	100,0%	2.970	100,0%	3.791	100,0%

Fonte: adaptado de Coperve. Florianópolis: UFSC (2010).

Dos estudantes autodeclarados negros, 134 (16,5%) são provenientes de outros Estados e 680 (83,5%), a maioria, são procedentes de Santa Catarina, porém muitos são oriundos de outros municípios desse Estado, caracterizando também uma alteração de domicílio. Todos os estudantes pertencentes a povos indígenas, 7 (100%), são originários de Santa Catarina. Em relação aos estudantes oriundos de escola pública, 364 (12,3%) são provenientes de outros Estados e 2.606 (87,7%) residem em Santa Catarina.

Pode-se identificar que a maioria dos estudantes optantes pelo PAA, 3.293 (86,9%), são procedentes do Estado de Santa Catarina. A soma dos estudantes oriundos de outros Estados constituiu um fluxo migratório de 498 (13,1%), aumentando a demanda pela Assistência Estudantil. Os estudantes autodeclarados negros apresentam o maior fluxo de migração, pois 134 deles (16,5%) são provenientes de outros Estados.

Dando continuidade à apresentação das informações sobre a caracterização geral dos optantes pelo PAA, serão mostrados em seguida nas Tabelas 5, 6, 7, 8, 9 e 10 dados referentes ao percurso escolar.

Os estudantes que possuem o percurso escolar realizado em sua totalidade nas instituições públicas de ensino têm prioridade de aprovação nas categorias de autodeclarados negros e pertencentes a povos indígenas. Para a categoria “oriundos de escola pública”, realizar o percurso escolar em sua totalidade nessas instituições é critério fundamental, motivo pelo qual, dos 2.970 optantes aprovados, 100% cursaram todo o ensino fundamental em escola pública. Do total dos estudantes autodeclarados negros, a maioria – 539 (66,2%) – cursou o ensino fundamental em escola pública, 134 (16,5%) cursaram todo o ensino fundamental em escolas particulares, 80 (9,8%) cursaram a maior parte em escola pública e 58 (7,1%) cursaram a maior parte em escola particular. Dos optantes pertencentes a povos indígenas, 5 (71,4%) cursaram a maior parte do ensino fundamental em escola pública e 2 (28,6%) cursaram todo o ensino fundamental em escola pública, não tendo ocorrência em escolas particulares ou outros, como demonstra a Tabela 5.

Tabela 5 - Tipo de estabelecimento onde os optantes cursaram o ensino fundamental

Tipo de estabelecimento	Negros		Indígenas		Escola pública		Total de optantes pelo PAA	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Todo em escola pública	539	66,2%	2	28,6%	2.970	100,0%	3.511	92,6%
Todo em escola particular	134	16,5%	0	0,0%	0	0,0%	134	3,5%
Maior parte em escola pública	80	9,8%	5	71,4%	0	0,0%	85	2,2%
Maior parte em escola particular	58	7,1%	0	0,0%	0	0,0%	58	1,5%
Escolas comunitárias	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Outros	3	0,4%	0	0,0%	0	0,0%	3	0,1%
TOTAL	814	100,0%	7	100,0%	2.970	100,0%	3.791	100,0%

Fonte: adaptado de Coperve. Florianópolis: UFSC (2010).

Sendo assim, identifica-se a partir da Tabela 5 que a maioria dos estudantes optantes pelo PAA – 3.511 (92,6%) – cursou todo o ensino fundamental em estabelecimentos públicos de ensino.

A Tabela 6 dá continuidade à apresentação dos dados referentes ao percurso escolar dos estudantes optantes que foram aprovados.

Novamente os estudantes oriundos de escola pública que se candidataram às vagas destinadas cursaram em sua totalidade o ensino médio em escolas públicas – 2.970 (100%) deles. A maioria dos autodeclarados negros cursou o ensino médio em escola pública – 522 (64,1%) –, seguidos por aqueles que cursaram todo o ensino médio em escolas particulares – 201 (24,7%). É praticamente igual o número de estudantes que cursaram a maior parte do ensino médio em escola pública – 45 (5,7%) – e os que cursaram a maior parte em escola particular – 41 (5,0%). Dos optantes pertencentes a povos indígenas, a maioria cursou a maior parte do ensino médio em escolas públicas – 4 (57%), tendo ocorrências de 2 (29%) estudantes que cursaram todo o ensino médio em escolas públicas e 1 (14%) que cursou a maior parte do ensino médio em escola particular.

Tabela 6 - Tipo de estabelecimento onde os optantes cursaram o ensino médio

Tipo de estabelecimento	Negros		Indígenas		Escola pública		Total de optantes pelo PAA	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Todo em escola pública	522	64,1%	2	28,6%	2.970	100,0%	3.494	92,2%
Todo em escola particular	201	24,7%	0	0,0%	0	0,0%	201	5,3%
Maior parte em escola pública	46	5,7%	4	57,1%	0	0,0%	50	1,3%
Maior parte em escola particular	41	5,0%	1	14,3%	0	0,0%	42	1,1%
Escolas comunitárias	2	0,2%	0	0,0%	0	0,0%	2	0,1%
Outros	2	0,2%	0	0,0%	0	0,0%	2	0,1%
TOTAL	814	100,0%	7	100,0%	2.970	100,0%	3.791	100,0%

Fonte: Adaptado de Coperve. Florianópolis: UFSC (2010).

Mais uma vez, identificou-se que a maioria dos estudantes optantes pelo PAA – 3.494 (92,2%) – cursou todo o ensino médio em estabelecimentos públicos de ensino, percentual bem próximo se comparado à análise com o ensino fundamental. Entre os estudantes autodeclarados negros e os pertencentes a povos indígenas que frequentaram estabelecimentos particulares de ensino médio, 201 (24,7%) dos autodeclarados negros cursaram todo o ensino médio em estabelecimentos particulares e 41 (5,0%) cursaram a maior parte em estabelecimentos particulares, assim como 1 (14,3%) declarado pertencente a povos indígenas também cursou a maior parte do ensino médio no ensino particular.

Uma ressalva, os dados estatísticos dos concursos vestibulares da UFSC dos anos de 2005⁴¹, 2006⁴² e 2007⁴³, os três últimos anos sem o PAA, mostram que a aprovação de estudantes que cursaram todo o ensino médio em escolas públicas aumentou 510%, pois entre 2005 e 2007 foram aprovados 486 estudantes que cursaram todo o ensino médio em escolas da rede pública. Já entre 2008 e 2010, três anos após a implementação do PAA, foram aprovados 2.970 estudantes oriundos de ensino médio público. A diferença pode ser visualizada no Gráfico 4 a seguir.

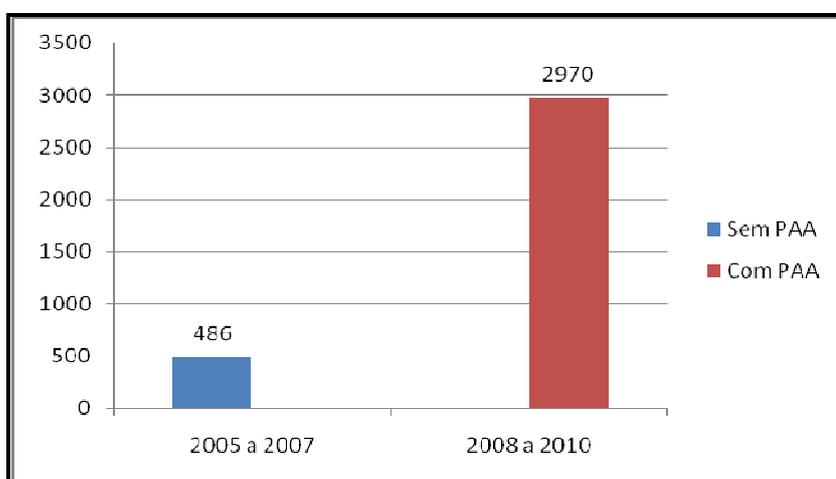


Gráfico 4 - Representação do aumento de aprovação de estudantes oriundos de ensino médio público após a implementação do PAA

Fonte: adaptado de Coperve. Florianópolis: UFSC (2010).

Em relação ao turno de estudo do ensino médio, a Tabela 7 mostra que a maioria dos optantes – 2.380 (62,8%) – cursou todo o ensino médio no período diurno, seguidos dos que frequentaram todo o ensino médio no período noturno – 702 (18,5%); 430 (11,3%) cursaram a maior parte no período diurno; e 279 (7,4%) cursaram a maior no período noturno. Essa distribuição mantém a mesma sequência nas três categorias de optantes pelo PAA.

⁴¹ Disponível em: <http://www.vestibular2005.ufsc.br/relatorio/vestgrt03_007.html>. Acesso em: 8 nov. 2010.

⁴² Disponível em: <http://www.vestibular2006.ufsc.br/relatorio/vestgrt03_007.html>. Acesso em: 8 nov. 2010.

⁴³ Disponível em: <http://www.vestibular2007.ufsc.br/relatorio/vestgrt03_007.html>. Acesso em: 8 nov. 2010.

Tabela 7 - Turno em que os optantes cursaram o ensino médio

Turno	Negros		Indígenas		Escola pública		Total de optantes pelo PAA	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Todo diurno	491	60,3%	4	57,1%	1.885	63,5%	2.380	62,8%
Todo noturno	159	19,5%	1	14,3%	542	18,2%	702	18,5%
Maior parte no diurno	106	13,0%	2	28,6%	322	10,8%	430	11,3%
Maior parte no noturno	58	7,1%	0	0,0%	221	7,4%	279	7,4%
TOTAL	814	100,0%	7	100,0%	2.970	100,0%	3.791	100,0%

Fonte: adaptado de Coperve. Florianópolis: UFSC (2010).

Outra informação relevante sobre o percurso escolar dos optantes diz respeito ao tipo de curso de ensino médio realizado. Na Tabela 8, pode-se identificar que a grande maioria – 3.234 (85,3%) – cursou o ensino médio regular, seguida do supletivo – 136 (3,6%), sendo que esses dois tipos são mais frequentes e majoritários em todas as categorias. Destaca-se, porém, que as áreas profissionalizantes mais frequentes foram a industrial – 115 (3,0%) – e a de comércio – 78 (2,1%).

Tabela 8 - Tipo de curso de ensino médio que os optantes concluíram

Tipos de curso	Negros		Indígenas		Escola pública		Total de optantes pelo PAA	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Regular	623	76,5%	5	71,4%	2.606	87,7%	3.234	85,3%
Profissionalizante (agrícola)	6	0,7%	0	0,0%	55	1,9%	61	1,6%
Profissionalizante (comércio)	28	3,4%	0	0,0%	50	1,7%	78	2,1%
Profissionalizante (saúde)	11	1,4%	0	0,0%	12	0,4%	23	0,6%
Profissionalizante (magistério)	12	1,5%	0	0,0%	23	0,8%	35	0,9%
Profissionalizante (industrial)	35	4,3%	0	0,0%	80	2,7%	115	3,0%
Supletivo	59	7,2%	1	14,3%	76	2,6%	136	3,6%
Outros	40	4,9%	1	14,3%	68	2,3%	109	2,9%
TOTAL	814	100,0%	7	100,0%	2.970	100,0%	3.791	100,0%

Fonte: adaptado de Coperve. Florianópolis: UFSC (2010).

Sobre a frequência dos estudantes em cursos preparatórios, pode ser visualizado na Tabela 9 que, dos optantes pelo PAA aprovados nos vestibulares da UFSC dos anos de 2008, 2009 e 2010, a maioria frequentou cursos pré-vestibulares – 2.353 (62,1%). Esse percentual é majoritário entre todas as categorias dos optantes, subdivididos entre aqueles que frequentaram por até um semestre – 741 (19,5%), os que frequentaram por um semestre – 724 (19,1%), aqueles que frequentaram por um ano – 623 (16,4%) e os que frequentaram por mais de um ano

– 265 (7,0%). Percebe-se que o número é decrescente, ou seja, mais pessoas frequentaram por menos de um semestre do que as que frequentaram por mais de um ano. Consta também um significativo número de estudantes que não cursaram pré-vestibulares – 1.438 (37,9%).

A pergunta não questiona se os cursos pré-vestibulares eram gratuitos, particulares ou particulares com bolsas de estudos, mas como há uma grande oferta de cursos particulares e poucos populares, pode-se dizer que grande parte frequentou cursos pagos e a maioria destes realizaram o percurso escolar em estabelecimentos públicos.

Tabela 9 - Frequência de participação dos optantes em cursos pré-vestibulares

Frequência em pré-vestibular	Negros		Indígenas		Escola pública		Total de optantes pelo PAA	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Não frequentaram	393	48,3%	4	57,1%	1.041	35,1%	1.438	37,9%
Frequentaram até 1 semestre	126	15,5%	1	14,3%	614	20,7%	741	19,5%
Frequentaram por 1 semestre	143	17,6%	0	0,0%	581	19,6%	724	19,1%
Frequentaram por 1 ano	106	13,0%	2	28,6%	515	17,3%	623	16,4%
Frequentaram mais de 1 ano	46	5,7%	0	0,0%	219	7,4%	265	7,0%
TOTAL	814	100,0%	7	100,0%	2.970	100,0%	3.791	100,0%

Fonte: adaptado de Coperve. Florianópolis: UFSC (2010).

O ensino médio está desvinculado do ensino fundamental e do ensino superior, sendo voltado ao preparo dos jovens para as provas dos vestibulares, porém, como esse objetivo não é cumprido, sobretudo no ensino público, os estudantes sentem-se despreparados e buscam os cursos pré-vestibulares para complementar essa lacuna.

A Tabela 10 mostra os principais motivos que levaram esses estudantes a não cursarem pré-vestibulares. Entre as opções disponíveis, a mais frequente relacionou o motivo de não cursar pré-vestibulares com a dificuldade econômica – 913 (24,1%) estudantes identificaram essa situação.

Os dados da Tabela 10 mostram que 2.224 (58,7%) apontaram que realizaram cursos preparatórios, e 168 (4,4%) responderam que ou a escola preparou ou ofereceu o pré-vestibular integrado ao terceiro ano do ensino médio. Se somados os dois percentuais (dos que identificaram que a escola preparou e dos que identificaram que a escola ofereceu o curso integrado às aulas), chega-se a

uma percentagem de 63,1%, número próximo ao da Tabela 9, em que 62,1% mencionaram que frequentaram cursos pré-vestibulares.

Pode-se entender que essa diferença de 1% tenha ocorrido, pois alguns estudantes não consideraram, na Tabela 9, que o fato de as escolas prepararem ou oferecem integralmente o pré-vestibular significaria que eles o cursariam.

Tabela 10 - Principal motivo que levou os optantes a não frequentarem cursos pré-vestibulares

Motivos	Negros		Indígenas		Escola pública		Total de optantes pelo PAA	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Escola preparava para o vestibular	63	7,7%	0	0,0%	82	2,8%	145	3,8%
Escola ofereceu pré-vestibular "integrado"	20	2,5%	0	0,0%	3	0,1%	23	0,6%
Dificuldades econômicas	255	31,3%	5	71,4%	653	22,0%	913	24,1%
O horário coincidia com o trabalho	41	5,0%	0	0,0%	118	4,0%	159	4,2%
Julgou que poderia estudar sozinho	50	6,1%	0	0,0%	200	6,7%	250	6,6%
Não havia nenhum pré-vestibular próximo	8	1,0%	0	0,0%	69	2,3%	77	2,0%
Fez pré-vestibular	377	46,3%	2	28,6%	1845	62,1%	2.224	58,7%
TOTAL	814	100,0%	7	100,0%	2.970	100,0%	3.791	100,0%

Fonte: adaptado de Coperve. Florianópolis: UFSC (2010).

Diga-se de passagem que os Concursos Vestibulares são por si sistemas excludentes de acesso ao ensino superior, principalmente para estudantes oriundos de escolas públicas e de camadas economicamente menos favorecidas, tendo em vista que a maioria apresenta dificuldade em enfrentá-los devido à precariedade do sistema educacional brasileiro tanto de estrutura como de nível de ensino.

Finalizando-se os dados relacionados às características gerais dos optantes, buscaram-se as perguntas do "Questionário Socioeconômico-Cultural", que abordavam o estado civil, a idade de início da atividade remunerada e a ocupação dos optantes.

A Tabela 11 apresenta os dados referentes ao estado civil. Os solteiros são maioria no total dos optantes – 3.445 (90,9%), percentual este majoritário nas três categorias do PAA. Os estudantes pertencentes a povos indígenas apresentam o maior percentual de casados entre as três categorias – 3 (42,9%).

Tabela 11 - Estado civil dos optantes quando prestaram o vestibular

Situação	Negros		Indígenas		Escola pública		Total de optantes pelo PAA	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Solteiro	717	88,1%	4	57,1%	2.724	91,7%	3.445	90,9%
Casado	60	7,4%	3	42,9%	166	5,6%	229	6,0%
Viúvo	1	0,1%	0	0,0%	0	0,0%	1	0,0%
Separado	5	0,6%	0	0,0%	9	0,3%	14	0,4%
Divorciado	4	0,5%	0	0,0%	15	0,5%	19	0,5%
Outros	27	3,3%	0	0,0%	56	1,9%	83	2,2%
TOTAL	814	100,0%	7	100,0%	2.970	100,0%	3.791	100,0%

Fonte: adaptado de Coperve. Florianópolis: UFSC (2010).

A Tabela 12 apresenta a idade com que os optantes iniciaram a realização de atividades remuneradas. Entre as faixas etárias disponíveis para seleção, as respostas dos optantes ficaram bem divididas. A maior parte dos estudantes já trabalhou – 2.953 (77,9%), alguns iniciaram as atividades antes dos 14 anos – 359 (9,5%) e outros após os 18 anos – 615 (16,2%). O número de estudantes que nunca trabalhou é menos do que a metade do total – 838 (22,1%).

Como a maioria dos estudantes são solteiros, a inserção no mercado de trabalho pode ser necessária para que estes possam contribuir com a renda da família.

Tabela 12 - Idade em que os optantes iniciaram atividades remuneradas

Idade	Negros		Indígenas		Escola pública		Total de optantes pelo PAA	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Antes de 14 anos	77	9,5%	2	28,6%	280	9,4%	359	9,5%
Entre 14 e 16 anos	184	22,6%	0	0,0%	681	22,9%	865	22,8%
Entre 16 e 18 anos	224	27,5%	1	14,3%	889	29,9%	1114	29,4%
Após 18 anos	153	18,8%	4	57,1%	458	15,4%	615	16,2%
Nunca trabalhou	176	21,6%	0	0,0%	662	22,3%	838	22,1%
TOTAL	814	100,0%	7	100,0%	2.970	100,0%	3.791	100,0%

Fonte: adaptado de Coperve. Florianópolis: UFSC (2010).

A Tabela 12 mostra um dado significativo: entre os estudantes das três categorias do PAA, os pertencentes a povos indígenas apresentam o percentual mais elevado de trabalho infantil, pois 28,6% iniciaram atividades remuneradas antes dos 14 anos.

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e a Organização de Estados Iberoamericanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI)

apresentaram para a Organização Internacional do Trabalho (OIT) informações sobre a situação da infância indígena em relação à educação, às políticas públicas e ao próprio trabalho infantil. Essas informações mostraram que existem na América Latina aproximadamente 17 milhões de indígenas, entre cinco e 17 anos, que não desfrutam de sua infância nem desenvolvem suas faculdades físicas e mentais por estarem em situação de trabalho e expostos à pobreza, à violência e à exclusão. As entidades advertem sobre a urgência de políticas públicas específicas para evitar que milhões de crianças desses povos continuem com suas vidas submetidas a situações de vulnerabilidade⁴⁴.

Quando realizaram o preenchimento do “Questionário Socioeconômico-Cultural”, a maior parte dos optantes não trabalhava ou estava desempregada – 1.838 (55,8%). Entre as áreas de atuação disponíveis para resposta, 1.006 (30,5%) dos optantes informaram que sua situação era de empregado de empresa privada. A proporção de resposta entre as três categorias apresenta-se mais uma vez semelhante às respostas do percentual total.

Tabela 13 - Ocupação dos optantes quando prestaram o vestibular

Ocupação	Negros		Indígenas		Escola pública		Total de optantes pelo PAA	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Profissional liberal	35	4,3%	0	0,0%	119	4,0%	154	4,7%
Empresário	5	0,6%	0	0,0%	14	0,5%	19	0,6%
Servidor público	65	8,0%	1	14,3%	179	6,0%	245	7,4%
Empregado empresa privada	266	32,7%	2	28,6%	738	24,8%	1.006	30,5%
Empregado rural/agricultor	0	0,0%	0	0,0%	27	0,9%	27	0,8%
Proprietário rural	0	0,0%	0	0,0%	5	0,2%	5	0,2%
Não trabalhava	224	27,5%	0	0,0%	1.051	35,4%	1.275	38,7%
Estava desempregado	115	14,1%	2	28,6%	446	15,0%	563	17,1%
Outro	104	12,8%	2	28,6%	391	13,2%	497	15,1%
TOTAL	814	100,0%	7	100,0%	2.970	100,0%	3.294	100,0%

Fonte: adaptado de Coperve. Florianópolis: UFSC (2010).

Finaliza-se aqui a apresentação dos dados referentes às características gerais e pessoais dos optantes pelo PAA. Na seção a seguir, serão expostas informações referentes ao grupo familiar desses estudantes, dados importantes para se entender a realidade e as condições de vidas do público-alvo do Programa.

⁴⁴ Informação obtida no site: <<http://www.criancanoparlamento.org.br/noticias/trabalho-infantil-amea%C3%A7-inf%C3%A2ncia-ind%C3%ADgena-na-am%C3%A9rica-latina>>. Acesso em: 27 out. 2010.

4.2.1 Características socioeconômicas do grupo familiar

Nesta seção, serão expostas as características do grupo familiar dos optantes pelo PAA aprovados nos vestibulares da UFSC dos anos 2008, 2009 e 2010. São informações que identificam o número de pessoas que compõem a família, o valor da renda bruta familiar, o principal responsável pelo sustento dos membros da família e a ocupação do responsável.

A Tabela 14 trata das informações referentes ao número de pessoas que compõem o grupo familiar dos optantes.

Verifica-se que poucos optantes residem sozinhos – 212 (5,6%) – e poucos residem com mais de cinco pessoas – 288 (7,6%). Das três categorias para ingresso por meio do PAA, os autodeclarados negros são os que apresentam a maior porcentagem de grupo familiar formado por mais de cinco pessoas – 78 (9,6%). A maior frequência, identificada pelo total de optantes pelo PAA, é de grupos familiares compostos de quatro pessoas – 1.255 (33,1%).

Tabela 14 - Número de pessoas que compõem o grupo familiar

Quantidade	Negros		Indígenas		Escola Pública		Total de optantes pelo PAA	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
1 pessoa	53	6,5%	2	28,6%	157	5,3%	212	5,6%
2 pessoas	132	16,2%	0	0,0%	354	11,9%	486	12,8%
3 pessoas	193	23,7%	1	14,3%	700	23,6%	894	23,6%
4 pessoas	230	28,3%	4	57,1%	1.021	34,4%	1.255	33,1%
5 pessoas	128	15,7%	0	0,0%	528	17,8%	656	17,3%
Mais de 5 pessoas	78	9,6%	0	0,0%	210	7,1%	288	7,6%
TOTAL	814	100,0%	7	100,0%	2.970	100,0%	3.791	100,0%

Fonte: adaptado de Coperve. Florianópolis: UFSC (2010).

A Tabela 15 mostra as faixas salariais da renda bruta dos grupos familiares dos optantes. Uma parcela mínima de apenas 16 (0,4%) de estudantes responderam que o valor de sua renda familiar é superior a 30 salários mínimos. A maior frequência provém de grupos familiares que possuem uma renda bruta entre três e cinco salários mínimos – 1.265 (33,4%), porém o número de estudantes cuja renda bruta está entre um e três salários mínimos é bem parecido: 1.194 (31,5%) de estudantes possuem renda bruta familiar entre um e três salários mínimos⁴⁵. O valor

⁴⁵ No ano de 2008, o salário mínimo vigente no período da inscrição do vestibular era de R\$ 415,00 (quatrocentos e quinze reais), em 2009 era de R\$ 465,00 (quatrocentos e sessenta e cinco reais) e

da renda bruta da família dos pertencentes a povos indígenas não ultrapassa cinco salários mínimos, 2 (28,6%) somam até um salário mínimo, 4 (57,1%) somam entre um e três salários mínimos, sendo este o maior percentual para essa categoria, e 1 (14,3%) possui renda bruta familiar entre três e cinco salários mínimos.

Tabela 15 - Valor da renda bruta familiar

R\$	Negros		Indígenas		Escola pública		Total de optantes pelo PAA	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Até 1 salário mínimo	26	3,2%	2	28,6%	107	3,6%	135	3,6%
Entre 1 e 3 sal. mín.	265	32,6%	4	57,1%	925	31,1%	1.194	31,5%
Entre 3 e 5 sal. mín.	265	32,6%	1	14,3%	999	33,6%	1.265	33,4%
Entre 5 e 7 sal. mín.	117	14,4%	0	0,0%	496	16,7%	613	16,2%
Entre 7 e 10 sal. mín.	79	9,7%	0	0,0%	262	8,8%	341	9,0%
Entre 10 e 20 sal. mín.	43	5,3%	0	0,0%	148	5,0%	191	5,0%
Entre 20 e 30 sal. mín.	10	1,2%	0	0,0%	26	0,9%	36	0,9%
Acima de 30 sal. mín.	9	1,1%	0	0,0%	7	0,2%	16	0,4%
TOTAL	814	100,0%	7	100,0%	2.970	100,0%	3.791	100,0%

Fonte: adaptado de Coperve. Florianópolis: UFSC (2010).

Uma vez identificado que o grupo familiar dos optantes é em sua maioria composto de quatro pessoas, as quais possuem renda bruta entre em três e cinco salários mínimos, a Tabela 16 mostra que em 1.408 (37,1%) grupos familiares dos optantes o pai é o principal responsável pelo sustento da família. Esse percentual é majoritário em todas as categorias.

Tabela 16 - Principal responsável pelo sustento familiar

Responsável	Negros		Indígenas		Escola pública		Total de optantes pelo PAA	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Pai	224	27,5%	2	28,6%	1.182	39,8%	1.408	37,1%
Mãe	221	27,1%	0	0,0%	602	20,3%	823	21,7%
Pai e mãe	119	14,6%	0	0,0%	530	17,8%	649	17,1%
O próprio optante	167	20,5%	2	28,6%	393	13,2%	562	14,8%
Cônjuge	38	4,7%	1	14,3%	122	4,1%	161	4,2%
Parente	16	2,0%	0	0,0%	59	2,0%	75	2,0%
Outro(s)	29	3,6%	2	28,6%	82	2,8%	113	3,0%
TOTAL	814	100,0%	7	100,0%	2.970	100,0%	3.791	100,0%

Fonte: adaptado de Coperve. Florianópolis: UFSC (2010).

em 2010, de R\$ 510,00 (quinhentos e dez reais). Informações disponíveis em: <<http://www.portalbrasil.net/salariominimo.htm>>. Acesso em: 28 out. 2010.

Mesmo não sendo maioria, é expressivo o número de mulheres mães que são chefes de família, principalmente nos grupos familiares dos autodeclarados negros, em que se observou em 221 (27,1%) famílias a mãe como a principal responsável pelo sustento familiar, praticamente na mesma proporção que os pais – 224 (27,1%).

A participação de mulheres no mercado de trabalho e conseqüentemente sua expansão como chefes de famílias progride a passos largos.

De acordo com informações da Fundação Carlos Chagas (2007)⁴⁶, na maioria das Unidades da Federação predominam entre as chefes de família as mulheres negras e pardas e, invariavelmente, o rendimento mensal dos domicílios chefiados por mulheres é inferior àquele dos domicílios cujos chefes são do sexo masculino. Porém, mesmo ocupando essa posição, as mulheres continuam sendo as principais responsáveis pelas atividades domésticas e pelo cuidado com os filhos e demais familiares, o que representa uma sobrecarga para aquelas que também realizam atividades econômicas.

Uma vez identificado que a figura paterna é o principal responsável pelo sustento familiar, na Tabela 17 observa-se a ocupação desse responsável, que na situação estudada é o pai.

A ocupação mais frequente é de empregado em setor privado, em que 1.071 (28,3%) estudantes identificaram essa condição, seguido, em percentual bem próximo, da área pública, que tem 1.047 (27,6%) como servidores públicos. Apenas 117 (3%) dos responsáveis pelo sustento familiar não trabalham ou estão desempregados.

⁴⁶ Disponível em:

<http://www.fcc.org.br/conteudosospeciais/difusaoideias/pdf/materia_mulheres_trabalho_e_familia.pdf>. Acesso em: 29 out. 2010.

Tabela 17 - Ocupação do principal responsável pelo sustento familiar

Ocupação do responsável	Negros		Indígenas		Escola pública		Total de optantes pelo PAA	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Profissional liberal	81	10,0%	0	0,0%	498	16,8%	579	15,3%
Empresário	27	3,3%	0	0,0%	138	4,6%	165	4,4%
Servidor público	255	31,3%	3	42,9%	789	26,6%	1.047	27,6%
Empregado (setor privado)	254	31,2%	0	0,0%	817	27,5%	1.071	28,3%
Empregado rural/agricultor	5	0,6%	0	0,0%	81	2,7%	86	2,3%
Proprietário rural	0	0,0%	0	0,0%	75	2,5%	75	2,0%
Não trabalha	24	2,9%	0	0,0%	27	0,9%	51	1,3%
Desempregado	17	2,1%	1	14,3%	48	1,6%	66	1,7%
Outro	151	18,6%	3	42,9%	497	16,7%	651	17,2%
TOTAL	814	100,0%	7	100,0%	2.970	100,0%	3.791	100,0%

Fonte: adaptado de Coperve. Florianópolis: UFSC (2010).

Finalizando-se mais esta seção, o perfil dos optantes seguirá com a descrição de algumas características socioculturais dos estudantes, tais como a identificação do principal meio de informação, a utilização e a posse de computadores e também os meios de transportes que mais utilizam.

4.2.2 Características socioculturais dos optantes

Serão apresentados nesta seção dados referentes às características socioculturais dos estudantes optantes pelo PAA.

No que se refere aos principais meios de informação utilizados pelos estudantes optantes, verifica-se na Tabela 18 que o meio de informação que mais usam é a internet – 1.770 (46,7%) utilizam esse meio como referência de informação, majoritário em todas as categorias de optantes. Seguido da internet, o segundo meio de informação mais usado é a televisão – 1.267 (33,4%). Apenas 11 (0,35) do total de estudantes, concentrados na categoria dos oriundos de escola pública, responderam que não se mantêm informados.

Tabela 18 - Principal meio de informação que os optantes utilizam para se manter informados

Meios de informação	Negros		Indígenas		Escola pública		Total de optantes pelo PAA	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Jornal	106	13,0%	1	14,3%	335	11,3%	442	11,7%
Televisão	296	36,4%	2	28,6%	969	32,6%	1.267	33,4%
Rádio	6	0,7%	1	14,3%	31	1,0%	38	1,0%
Revista	32	3,9%	0	0,0%	126	4,2%	158	4,2%
Internet	361	44,3%	3	42,9%	1.406	47,3%	1.770	46,7%
Conversas	13	1,6%	0	0,0%	92	3,1%	105	2,8%
Não se mantém informado	0	0,0%	0	0,0%	11	0,4%	11	0,3%
TOTAL	814	100,0%	7	100,0%	2.970	100,0%	3.791	100,0%

Fonte: adaptado de Coperve. Florianópolis: UFSC (2010).

Como estamos na era da Tecnologia da Informação, o grau de informatização da sociedade passa por diversas atualizações, que tendem a se intensificar com o passar do tempo e que são responsáveis por produzir impactos perceptíveis em diversos setores da atividade humana, como no mundo do trabalho.

Atualmente a utilização de computadores é exigida em todas as áreas de atuação profissional e social. As Tabelas 19 e 20 trazem informações sobre essa ferramenta.

Na Tabela 19, pode-se verificar que a maioria dos optantes faz uso do computador para trabalhos escolares e profissionais – 2.680 (70,7%), número majoritário em todas as categorias. Apenas 81 (2,1%) do total dos estudantes informaram que não utilizam computadores, sendo que das três categorias essa situação é mais frequente para os autodeclarados negros, dos quais 27 (3,3%) não fazem uso do computador.

Tabela 19 - Frequência com que os optantes utilizam computadores

Utilização do computador	Negros		Indígenas		Escola pública		Total de optantes pelo PAA	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Só para lazer	142	17,4%	2	28,6%	489	16,5%	633	16,7%
Para trabalhos escolares e profissionais	541	66,5%	4	57,1%	2.135	71,9%	2.680	70,7%
Somente para trabalhos profissionais	104	12,8%	1	14,3%	292	9,8%	397	10,5%
Não utilizam	27	3,3%	0	0,0%	54	1,8%	81	2,1%
TOTAL	814	100,0%	7	100,0%	2.970	100,0%	3.791	100,0%

Fonte: adaptado de Coperve. Florianópolis: UFSC (2010).

Os estudantes responderam também se possuíam, ou não, computadores em suas residências, como pode ser visto na Tabela 20, e a maior parte – 2.752 (72,6%)

– informou que possui computadores com acesso à internet. Essa frequência se sobressaiu às outras em todas as categorias. O número de estudantes que não têm computador – 565 (14,9%) – é maior do que o número dos que possuem o equipamento sem acesso à internet – 474 (12,5%). Entre os estudantes que optaram por uma das três categorias do PAA, os autodeclarados negros são os que mais responderam que não possuem computador em suas residências – 165 (20,3%).

Tabela 20 - Presença de computadores nas residências dos optantes

Frequência	Negros		Indígenas		Escola pública		Total de optantes pelo PAA	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Possuem, com acesso à internet	567	69,7%	4	57,1%	2.181	73,4%	2.752	72,6%
Possuem, sem acesso à internet	82	10,1%	2	28,6%	390	13,1%	474	12,5%
Não possuem computador	165	20,3%	1	14,3%	399	13,4%	565	14,9%
TOTAL	814	100,0%	7	100,0%	2.970	100,0%	3.791	100,0%

Fonte: adaptado de Coperve. Florianópolis: UFSC (2010).

Como na Tabela 19, os autodeclarados negros informaram, em maior porcentagem que os estudantes das outras categorias, que não utilizavam computadores. A Tabela 20 mostra que eles são os que menos têm acesso a essa ferramenta. Pode-se pensar então que grande parte dos autodeclarados negros utiliza o computador em seu trabalho, em suas escolas ou em outros locais públicos ou particulares (como as *lan houses*).

A Tabela 21, apresentada a seguir, expõe qual o meio de transporte que os optantes mais usam. Levando em conta as suas rotinas, a maioria dos estudantes – 2.716 (71,6%) – respondeu que o principal transporte que utiliza para se locomover são os ônibus. O percentual dos optantes das três categorias também ficou na faixa de 70%.

Tabela 21 - Meios de transporte que os optantes mais utilizam

Meios de transporte	Negros		Indígenas		Escola pública		Total de optantes pelo PAA	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Bicicleta	44	5,4%	1	14,3%	159	5,4%	204	5,4%
Carro próprio ou da família	111	13,6%	0	0,0%	414	13,9%	525	13,8%
Moto	25	3,1%	0	0,0%	150	5,1%	175	4,6%
Ônibus	596	73,2%	5	71,4%	2.115	71,2%	2.716	71,6%
Outros	38	4,7%	1	14,3%	132	4,4%	171	4,5%
TOTAL	814	100,0%	7	100,0%	2.970	100,0%	3.791	100,0%

Fonte: adaptado de Coperve. Florianópolis: UFSC (2010).

Por fim, serão apresentadas na próxima seção as respostas referentes às perguntas que buscavam identificar as expectativas dos estudantes acerca do ensino superior, concluindo-se assim a etapa quantitativa da caracterização dos estudantes optantes pelo PAA dos anos 2008, 2009 e 2010.

4.2.3 Expectativas dos optantes em relação ao ensino superior

Para finalizar a caracterização quantitativa dos estudantes optantes aprovados, serão apresentados a seguir dados referentes às expectativas dos estudantes identificados a partir de duas questões: (1) O que os optantes esperam obter com um curso superior?; (2) Qual o motivo que levou os optantes a escolherem a UFSC como instituição de ensino superior?

A Tabela 22 exibe os dados referentes às expectativas individuais dos estudantes quando perguntados sobre o ensino superior.

Pode-se identificar que a maioria dos estudantes – 2.192 (57,8%) – espera adquirir uma formação acadêmica para acessar o futuro emprego. Apenas 395 (10,4%) deles procuram na formação acadêmica melhorar a sua atual situação profissional, mas dados da Tabela 13 já haviam mostrado que a maioria dos estudantes não trabalhavam ou estavam desempregados e que por meio da formação acadêmica eles podem optar por uma nova área de conhecimento ou buscar aquela com que mais se identificam.

Tabela 22 - O que os optantes esperam obter com um curso superior

Expectativas	Negros		Indígenas		Escola pública		Total de optantes pelo PAA	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Aumentar conhecimento e cultura geral	155	19,0%	1	14,3%	621	20,9%	777	20,5%
Melhorar a situação profissional atual	120	14,7%	1	14,3%	274	9,2%	395	10,4%
Formação para o futuro emprego	465	57,1%	2	28,6%	1.725	58,1%	2.192	57,8%
Formação voltada para a pesquisa	39	4,8%	0	0,0%	227	7,6%	266	7,0%
Outras	35	4,3%	3	42,9%	123	4,1%	161	4,2%
TOTAL	814	100,0%	7	100,0%	2.970	100,0%	3.791	100,0%

Fonte: adaptado de Coperve. Florianópolis: UFSC (2010).

A Tabela 23 finaliza a caracterização do perfil dos estudantes optantes pelo PAA para ingresso na UFSC, utilizando as respostas do “Questionário Socioeconômico-Cultural” aplicado no processo de inscrição no Concurso Vestibular. Essa tabela mostra a resposta dos estudantes sobre o motivo que os levou a escolher a UFSC como instituição de formação acadêmica de nível superior.

O maior percentual de estudantes – 2.036 (53,7%) – respondeu que escolheu a UFSC pelo fato de ser uma universidade pública e gratuita, condição que é economicamente mais viável para suas famílias.

Os optantes pelas vagas destinadas aos pertencentes a povos indígenas apresentaram o maior percentual entre as categorias do PAA que escolheram a UFSC por ser uma instituição pública e gratuita – 5 (71,4%), seguidos dos autodeclarados negros – 466 (57,2%) – e dos oriundos de escola pública – 1.565 (52,7%).

Um significativo número de estudantes – 1.243 (32,8%) – informou que escolheu a UFSC para estudar porque é a universidade que oferece o melhor curso pretendido no que diz respeito à avaliação do Ministério da Educação (MEC).

Tabela 23 - Motivo que levou os optantes a escolherem a UFSC como instituição de ensino superior

Motivos	Negros		Indígenas		Escola pública		Total de optantes pelo PAA	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
É a única em SC que oferece o curso pretendido	32	3,9%	0	0,0%	127	4,3%	159	4,2%
Oferece o melhor curso pretendido	256	31,4%	2	28,6%	985	33,2%	1.243	32,8%
Oferece o curso pretendido em horário adequado	35	4,3%	0	0,0%	142	4,8%	177	4,7%
O curso pretendido é pouco procurado	5	0,6%	0	0,0%	19	0,6%	24	0,6%
É de fácil acesso (ex.: proximidade de casa)	15	1,8%	0	0,0%	118	4,0%	133	3,5%
Gostaria de estudar em outra universidade	5	0,6%	0	0,0%	14	0,5%	19	0,5%
Por ser pública e gratuita, viável para a família	466	57,2%	5	71,4%	1.565	52,7%	2.036	53,7%
TOTAL	814	100,0%	7	100,0%	2.970	100,0%	3.791	100,0%

Fonte: adaptado de Coperve. Florianópolis: UFSC (2010).

A esse respeito cabe mencionar que, por meio de indicadores cientométricos (como número de trabalhos publicados e citações, relatórios e outros documentos) e com base em diferentes aspectos da presença das instituições na internet, tais como

visibilidade, tamanho, produtividade e impacto, o *World Ranking of World Universities*, no fim de 2009, classificou a UFSC como a 3ª universidade no Brasil, a 4ª entre as instituições de ensino superior da América Latina e a 134ª no *ranking* mundial entre as 6 mil instituições classificadas, considerando-se que existiam apenas cinco instituições brasileiras entre as 200 primeiras (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2009).

Também ocorre que ingressar em uma universidade pública continua sendo um sonho para muitos estudantes bem como para suas famílias, e isso pode significar a primeira grande vitória deles.

A seção a seguir trará informações referentes ao processo investigativo realizado por meio da pesquisa de campo, privilegiando dados qualitativos.

4.3 Trajetórias e dilemas dos optantes pelo PAA

Foram entrevistados nove estudantes optantes pelo PAA, regularmente matriculados, sendo três pertencentes ao CTC, três cursando aulas no CSE e três do CCS.

Entre os estudantes que participaram da pesquisa, encontram-se cinco mulheres e quatro homens, com idades variando entre 19 e 27 anos. Seus nomes são fictícios e foram escolhidos pela pesquisadora: Maria, Marina, Natália, Isabela, Ângela, João, José, Emílio e Marcos.

Todos os participantes optaram por ingressar na UFSC por meio das vagas destinadas ao PAA e estudaram em estabelecimentos públicos de ensino, obedecendo a um dos critérios fundamentais para se candidatar às vagas do Programa.

Os entrevistados foram convidados aleatoriamente por intermédio de contato prévio com a pesquisadora, e levou-se em consideração a disponibilidade deles para participar da pesquisa. Os locais e horários em que foram realizadas as entrevistas foram sugeridos pelos entrevistados, porém todas aconteceram no *campus* da UFSC.

Os dados sobre a pesquisa de campo serão apresentados de duas formas: (1) com um breve relato da realidade de cada um dos estudantes; e (2) com a descrição de algumas respostas referentes aos temas abordados.

Optou-se pela realização de entrevistas individuais e semiestruturadas, uma vez que esse tipo de entrevista combina perguntas fechadas e abertas, e é, nesse sentido, uma “conversa com finalidade” (MINAYO, 2004 apud D’AVILLA, 2006).

Para orientar as entrevistas, foi desenvolvido um roteiro (Apêndice A), pois esse instrumento serve para conduzir, ampliar e facilitar a comunicação (D’AVILLA, 2006). O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice B) foi elaborado, entregue e assinado por todos os sujeitos no momento inicial da entrevista, ficando uma cópia com a pesquisadora e outra com o entrevistado.

É apresentado, na sequência, um relato sobre cada participante expressando a realidade e as dificuldades enfrentadas por eles. Os relatos serão apresentados separando-se os estudantes por centros de ensino.

Primeiramente, será realizado um relato individual sobre os estudantes optantes pelo PAA que estão matriculados em cursos pertencentes ao CTC. Esse centro é composto dos seguintes cursos de graduação: Arquitetura e Urbanismo, Ciência da Computação, Engenharia de Alimentos, Engenharia de Controle e Automação, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Eletrônica, Engenharia de Materiais, Engenharia Mecânica, Engenharia de Produção Civil, Engenharia de Produção Elétrica, Engenharia de Produção Mecânica, Engenharia Química, Engenharia Sanitária e Ambiental, e Sistemas de Informação.

Desse centro, assim como dos outros, foram entrevistados três estudantes: (1) João, matriculado no curso de Engenharia de Produção Civil; (2) Maria, matriculada no curso de Engenharia Sanitária e Ambiental; e (3) José, matriculado no curso de Engenharia de Produção Elétrica.

João tem 24 anos, é autodeclarado negro, solteiro e sem filhos. Para acesso à UFSC optou pelo ingresso por meio das vagas disponibilizadas no PAA e destinadas a estudantes autodeclarados negros do curso de Engenharia de Produção Civil, no semestre 2009.2. O estudante é natural da cidade de Cachoeiro de Itapemerim, localizada no Espírito Santo, reside em Florianópolis há um ano e quatro meses, em uma pensão⁴⁷ de alvenaria localizada na região próxima à UFSC.

Sobre sua situação socioeconômica, João comentou que quando prestou vestibular era assalariado de empresa privada. Atualmente é bolsista e estudante, e

⁴⁷ Espécie de hotel pequeno, de caráter familiar, com preços relativamente mais baixos (HOUAISS; VILLAR, 2001).

o valor recebido pela bolsa é sua fonte de rendimentos (R\$ 364,00). Eventualmente a família o ajuda com alguma quantia. Para garantir a sua permanência na universidade, solicitou auxílio-alimentação para almoço e janta no RU, e também a bolsa extracurricular, que o isenta do pagamento para o estudo de línguas estrangeiras. Para ambos os pedidos, a universidade o atendeu.

Sobre seu grupo familiar, todo residentes no Espírito Santo, informou que é composto de ora por três pessoas ora duas pessoas. A resposta deve-se ao fato de os pais de João serem separados, e ele fica parte do tempo na casa da mãe, parte na casa do pai. Porém, considera como residência oficial a casa de sua mãe, e lá vivem três pessoas (quando ele está na cidade). O valor da renda bruta familiar corresponde a menos de três salários mínimos. A responsável pelo sustento da casa é sua mãe, cuja ocupação é de funcionária pública municipal. Ele informou que nenhum membro de seu grupo familiar recebe algum benefício governamental.

Em relação à presença de situações de vulnerabilidades, identificou-se na entrevista que em seu grupo familiar há diagnósticos de doenças como diabetes e hipertensão, situação de desemprego e de dependência química.

João cursou o ensino fundamental e médio em estabelecimentos de ensino parte públicos, parte privados, mas quando estudou nos estabelecimentos privados foi com bolsa de estudos, que o isentou do pagamento das mensalidades. Seu ensino médio foi do tipo regular, cursado na maior parte no período noturno, e ele mencionou na entrevista que por dificuldades financeiras não frequentou pré-vestibulares.

O principal meio de informação que utiliza é a internet, e só tem acesso à rede no local de sua bolsa ou no LabUFSC, pois não possui computador em sua residência. Não tem usado meio de transporte, pois se locomove a pé.

João teve conhecimento sobre o PAA da UFSC por intermédio de amigos que já estudavam nessa universidade. Afirmou que no seu cotidiano não vê problemas em se assumir como cotista. Mencionou que no início da graduação teve dificuldades em acompanhar o curso, porém encontrou nas aulas do Projeto de Apoio Pedagógico um complemento para seus estudos. Considera que o principal fator que influencia em seu rendimento nos estudos é a defasagem do ensino médio e também as dificuldades financeiras, pois hoje a renda que recebe garante apenas a sua sobrevivência.

Maria, estudante matriculada no curso de Engenharia Sanitária e Ambiental, do mesmo centro de ensino que João, possui 20 anos. Ela se autodeclara branca, é solteira e sem filhos e ingressou na UFSC por meio do PAA, optando pelas vagas destinadas a estudantes oriundos de escola pública, no semestre 2008.1. É natural de Turvo, município de Santa Catarina, e reside em Florianópolis com a família há 20 anos, em casa própria quitada, de alvenaria, localizada próxima à UFSC.

Maria iniciou a participação em atividades remuneradas em 2010 e atualmente é bolsista e estudante. Sua fonte de rendimentos provém do valor recebido pela bolsa da universidade (R\$ 364,00) e da renda familiar. Nem Maria nem os demais membros de seu grupo familiar recebem algum tipo de benefício.

Seu grupo familiar é composto de três pessoas. O valor da renda bruta familiar é inferior a 10 salários mínimos, mas superior a cinco. Considera que seu pai e sua mãe são os responsáveis pelo sustento familiar, sendo ambos funcionários públicos. Não foram identificadas situações de vulnerabilidades.

Maria cursou integralmente o ensino fundamental e médio em escolas públicas. O ensino médio que obteve foi do tipo regular, cursado na maior parte no período matutino. A participante afirmou que não cursou pré-vestibulares por falta de tempo.

O principal meio de informação para manter-se informada é a internet, seguida pela televisão. Possui computador em sua residência e o utiliza para lazer e trabalhos. Atualmente se locomove com carro familiar.

Maria conheceu o PAA da UFSC por intermédio de amigos e parentes. Afirmou que em seu cotidiano nunca teve problemas em se identificar como cotista, até porque nunca foi questionada sobre isso. Comentou que encontra algumas dificuldades em acompanhar o curso, que é realizado em período integral, principalmente pela falta de tempo para estudar e pela metodologia utilizada pelos professores.

Concluindo-se as entrevistas referentes ao CTC, entrevistou-se José, estudante matriculado no curso de Engenharia de Produção Elétrica, também localizado nesse centro. José possui 32 anos, autodeclara-se negro, é casado e pai de dois filhos. Ingressou na UFSC por meio do PAA, optando pelas vagas destinadas a estudantes autodeclarados negros, no semestre 2008.1. É natural do Rio de Janeiro e reside em Florianópolis com a família há 15 anos, em casa própria financiada, de alvenaria, localizada na região continental da Grande Florianópolis.

José iniciou a participação em atividades remuneradas aos 15 anos. Atualmente é assalariado, contratado por empresa privada e estudante. Sua fonte de rendimentos provém de seu salário e da renda familiar. Nem José nem os demais membros de seu grupo familiar recebem algum tipo de benefício.

Seu grupo familiar é composto de quatro pessoas. O valor da renda bruta familiar varia entre três e cinco salários mínimos. Ele se considera o principal responsável pelo sustento da casa. Em seu grupo familiar foi identificada uma situação de desemprego, o que caracteriza certa vulnerabilidade.

José cursou integralmente o ensino fundamental e médio em escolas públicas. O ensino médio que obteve foi do tipo profissionalizante, cursado na maior parte no período noturno. O entrevistado afirmou que não cursou pré-vestibulares por dificuldades financeiras e falta de tempo.

O principal meio de informação para manter-se informado é a televisão. Possui computador em sua residência e o utiliza para lazer e trabalhos. Atualmente se locomove com motocicleta própria.

José informou ainda que conheceu o PAA da UFSC através da mídia televisiva e buscou na internet mais informações a respeito. Afirmou que em seu cotidiano já teve problemas em se identificar como cotista por se sentir discriminado. Comentou que encontra algumas dificuldades em acompanhar o curso, que é realizado em período integral.

Em continuidade à pesquisa de campo, foram também realizadas entrevistas com estudantes regularmente matriculados em cursos pertencentes ao CSE. Esse centro compõe-se dos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Relações Internacionais e Serviço Social. Foram entrevistadas as seguintes estudantes: (1) Natália, matriculada no curso de Relações Internacionais; e (2) Isabela e (3) Ângela, ambas matriculadas no curso de Serviço Social.

Natália tem 20 anos de idade, autodeclara-se negra, é casada e não possui filhos. Ingressou na UFSC por meio do PAA, preenchendo as vagas destinadas a estudantes autodeclarados negros do curso de Relações Internacionais, no semestre 2009.2. Ela é natural de Brasília, reside em Florianópolis há 5 anos em uma casa alugada, de alvenaria, localizada na porção norte da cidade, próximo às praias.

A estudante iniciou atividades remuneradas aos 17 anos e quando fez a prova do vestibular era assalariada, contratada por uma empresa privada. Atualmente é

bolsista e estuda na UFSC, e sua fonte de rendimentos provém do valor recebido pela bolsa oferecida pela universidade (R\$ 364,00) e dos proventos de seu esposo. A estudante tem acesso ao auxílio para alimentação no RU.

Seu grupo familiar é composto de duas pessoas. O valor da renda bruta familiar está entre três e cinco salários mínimos. Considera seu cônjuge o principal responsável pelo sustento familiar. Identificou que um membro do seu grupo familiar possui hipertensão, o que ocasiona certa vulnerabilidade.

Natália cursou integralmente o ensino fundamental e médio em estabelecimentos públicos de ensino. O ensino médio foi do tipo regular, cursado na maior parte no período matutino, e a entrevistada frequentou o curso pré-vestibular gratuito por um ano.

O principal meio de informação que utiliza para manter-se informada é a televisão. Não possui computador em sua residência e faz uso desse equipamento apenas para trabalho e estudos onde o encontra disponível, como no LabUFSC e no local de sua bolsa. O principal meio de transporte que utiliza atualmente é o ônibus (transporte coletivo).

Natália soube no curso pré-vestibular que frequentou que a UFSC contava com um PAA. Não se sente coagida ao se identificar como cotista e considera que o cansaço é o principal dificultador para que pudesse ter um melhor desempenho acadêmico.

A acadêmica Isabela, também do CSE, optou pelo acesso à UFSC em 2010.1 através das vagas reservadas a estudantes oriundos de escola pública e escolheu o curso de Serviço Social. A estudante tem 21 anos, é solteira, não possui filhos e se autodeclara parda. É natural de Joinville, município de Santa Catarina, reside em Florianópolis há sete meses, em uma casa alugada de alvenaria, localizada próxima à UFSC.

Isabela iniciou a sua participação em atividades remuneradas aos 16 anos. Na época, realizou estágios e atualmente é bolsista e estudante. Sua fonte de rendimentos provém do valor recebido pela bolsa oferecida pela universidade (R\$ 364,00) e pela ajuda financeira que recebe da família, o que corresponde a menos de um salário mínimo. Em relação ao programa de incentivo à permanência na UFSC, a entrevistada tem acesso a auxílio-alimentação e a auxílio-moradia, recebendo uma quantia em dinheiro para o pagamento de seu aluguel. Mencionou também que já solicitou uma vaga na moradia estudantil, mas até agora não foi

chamada, e também tentou conseguir uma bolsa de permanência, não sendo atendida em um primeiro momento.

O grupo familiar de Isabela é composto de sete pessoas. A renda bruta familiar corresponde a um valor entre três e cinco salários mínimos. O principal responsável pelo sustento da família é seu pai, que é aposentado e também pastor evangélico. Foram identificadas situações de vulnerabilidades no grupo familiar de Isabela: uma pessoa apresenta sequelas de trombose e outra está desempregada.

Isabela cursou integralmente o ensino fundamental e médio em escolas públicas. O ensino médio foi do tipo regular, cursado na maior parte no período noturno, e ela também frequentou pré-vestibulares por dois anos – o primeiro foi pago e o segundo foi com bolsa de estudos, que a isentava do pagamento das mensalidades.

Para manter-se informada, a estudante acessa a internet diariamente, visto que possui computador em sua residência e faz uso dessa ferramenta para lazer e trabalhos. Não tem utilizado meio de transporte, pois é pedestre na maior parte do tempo.

Isabela conheceu o PAA no site da UFSC quando fazia consulta sobre os cursos oferecidos nessa universidade. Afirmou que nunca sentiu dificuldades em se assumir como cotista e considera que o principal fator que influencia em seu rendimento acadêmico é a falta de tempo.

Ângela também é estudante do curso de Serviço Social e optou pelo ingresso na UFSC por meio do PAA, preenchendo as vagas destinadas a estudantes oriundos de escolas públicas, no semestre 2008.1. Possui 27 anos, é autodeclarada branca, solteira e não tem filhos. A estudante é procedente da cidade de Taquara (Rio Grande do Sul), reside em Florianópolis há mais de dois anos, porém no último mês passou a residir na casa de seus pais, no município de Garopaba (Santa Catarina). A casa da estudante é própria e quitada, de alvenaria.

Ela iniciou atividades remuneradas aos 17 anos e atualmente é estudante e bolsista. Sua fonte de rendimentos provém apenas do valor recebido pela bolsa paga pela universidade (R\$ 364,00). Entre os programas de incentivo à permanência na UFSC, dispõe do auxílio-alimentação para almoçar e jantar no RU.

O grupo familiar da estudante é composto de três pessoas. O valor da renda bruta familiar está entre cinco e 10 salários mínimos. Os principais responsáveis pelo sustento familiar são seu pai e sua mãe, ambos aposentados. A situação de

vulnerabilidade identificada corresponde ao diagnóstico de doenças como hipertensão e altos níveis de colesterol.

Ângela cursou integralmente o ensino fundamental e médio em estabelecimentos públicos. O ensino médio foi do tipo regular, cursado na maior parte no período matutino. Frequentou curso pré-vestibular particular por um ano.

O meio de informação que mais utiliza para manter-se informada é a internet. Possui computador em sua residência e faz uso do equipamento apenas para o trabalho. Diariamente utiliza o transporte coletivo (ônibus) para se locomover.

A estudante mencionou também que teve conhecimento sobre o PAA da UFSC por meio do curso pré-vestibular que frequentou. Afirmou que não encontra dificuldades em se assumir como cotista e que sempre que tem oportunidade faz questão de mencionar que faz parte do Programa. Considera que o principal fator que influencia em seu rendimento acadêmico é a dificuldade de transcrever para o papel suas ideias, pois não consegue formular bem os textos e respostas que o curso exige.

Para finalizar a pesquisa de campo, foram realizadas as entrevistas com estudantes do CCS. Esse centro de ensino compõe-se dos cursos de Enfermagem, Farmácia, Fonoaudiologia, Medicina, Nutrição e Odontologia. Os estudantes entrevistados foram: (1) Marina, matriculada no curso de Nutrição; (2) Emílio e (3) Marcos, matriculados no curso de Medicina.

Marina é autodeclarada branca, tem 22 anos, é solteira e sem filhos. Ingressou na UFSC por meio do PAA, optando pelas vagas destinadas a estudantes oriundos de escola pública, no semestre 2008.1. É natural de Bom Retiro, município de Santa Catarina, e reside em Florianópolis há seis anos, com seu irmão, em uma casa alugada, de alvenaria, localizada na região continental da cidade.

Marina iniciou a participação em atividades remuneradas neste ano e atualmente é bolsista e estudante. Sua fonte de rendimentos provém do valor recebido pela bolsa oferecida pela universidade (R\$ 364,00) e de uma ajuda financeira da família, no valor de R\$ 400,00, totalizando R\$ 764,00. Nem Marina nem os demais membros de seu grupo familiar recebem algum tipo de benefício.

O grupo familiar de Marina é composto de três pessoas. O valor da renda bruta familiar corresponde a menos de cinco salários mínimos e a mais de três. A principal responsável pelo sustento familiar é sua mãe, que é pensionista. Não foram identificadas situações de vulnerabilidades no grupo familiar desta entrevistada.

Marina cursou integralmente o ensino fundamental e médio em escolas públicas. O ensino médio foi do tipo regular, cursado na maior parte no período matutino, e ela não cursou pré-vestibulares por dificuldades financeiras. Afirmou que na época não possuía conhecimento sobre cursos preparatórios gratuitos.

Para manter-se informada, Marina assiste à televisão diariamente. Informou também que possui computador em sua residência e faz uso dessa ferramenta para lazer e para realizar trabalhos. O principal meio de transporte que utiliza atualmente é o ônibus (transporte coletivo).

Marina conheceu o PAA da UFSC por meio do site da universidade quando fazia consulta sobre os cursos oferecidos. Para ela, a existência do Programa contribuiu na escolha do curso. A entrevistada afirmou que nunca sofreu preconceito por ter ingressado na UFSC via PAA e que não se sente desconfortável em falar que fez uso do percentual de vagas reservado ao Programa. Comentou que atualmente não tem encontrado dificuldades em acompanhar as aulas, porém no início do curso precisou buscar ajuda nas aulas do Apoio Pedagógico e que geralmente o cansaço é o que dificulta seu rendimento acadêmico.

Emílio, estudante também matriculado no curso de Medicina, localizado no mesmo centro de ensino que Marina, autodeclara-se negro, possui 22 anos, é solteiro e não tem filhos. Ingressou na UFSC por meio do PAA preenchendo as vagas destinadas a estudantes autodeclarados negros, no semestre 2010.1. Emílio é natural de Garopaba, cidade localizada no litoral sul de Santa Catarina, e reside em Florianópolis há um ano, na moradia universitária, localizada no *campus* da UFSC.

O entrevistado iniciou a participação em atividades remuneradas neste ano e atualmente é bolsista e estudante. Sua fonte de rendimentos provém apenas do valor recebido pela bolsa oferecida pela universidade (R\$ 364,00), pois não recebe ajuda financeira da família. Além de ter acessado o benefício da moradia universitária por meio da Assistência Estudantil, Emílio também recebe auxílio-alimentação para poder almoçar e jantar no RU. Em sua família, nenhum membro obtém benefícios do governo.

O grupo familiar de Emílio é composto de três pessoas. O valor da renda bruta familiar está entre um e três salários mínimos. O principal responsável pelo sustento familiar é sua mãe, que exerce a atividade de auxiliar de serviços gerais em uma empresa privada. Foram identificadas algumas situações de vulnerabilidades,

pois em seu grupo familiar há hipertensos, desempregados e uma pessoa dependente do tabagismo.

Emílio cursou integralmente o ensino fundamental e médio em escolas públicas. O ensino médio foi do tipo regular, cursado na maior parte no período noturno, e ele mencionou que não frequentou pré-vestibulares por dificuldades financeiras.

Para manter-se informado, Emílio acessa a internet diariamente, pois possui computador em sua residência e faz uso do equipamento para seu lazer e para realizar trabalhos. Não tem utilizado meio de transporte, pois é pedestre na maior parte do tempo.

O estudante informou que conheceu o PAA da UFSC no momento em que foi realizar sua inscrição para o vestibular e que, após a aprovação, não se sentiu em nenhum momento coagido por fazer parte do Programa. Não encontra dificuldades em acompanhar o curso, porém considera que seu ensino médio foi defasado.

Concluindo as entrevistas referentes ao CCS e, dessa forma, a pesquisa de campo, entrevistou-se Marcos. Ele tem 19 anos, autodeclara-se branco, é solteiro e sem filhos, e ingressou na UFSC por meio do PAA preenchendo as vagas destinadas a estudantes oriundos de escola pública, no semestre 2010.1. Hoje o estudante cursa a segunda fase do curso de Medicina. Marcos é natural de Chapecó, município do Estado de Santa Catarina, reside em Florianópolis há oito meses em uma casa alugada, de alvenaria, localizada próximo ao *campus* universitário.

Marcos iniciou a participação em atividades remuneradas neste ano, e atualmente é bolsista e estudante. Sua fonte de rendimentos provém do valor recebido pela bolsa oferecida pela universidade (R\$ 364,00) e de uma ajuda financeira da família de R\$400,00. Dos programas de incentivo à permanência nesta universidade, faz uso somente do auxílio-alimentação, que possibilita aos estudantes realizarem algumas refeições no RU. Informou que já solicitou o auxílio-moradia e uma vaga na moradia universitária, mas não teve acesso devido à falta de vagas. Em sua família, nenhum membro recebe benefícios do governo.

O grupo familiar de Marcos é composto de quatro pessoas. O valor da renda bruta familiar está entre três e cinco salários mínimos. A principal responsável pelo sustento familiar é sua mãe, que é professora. Não foram identificadas situações de vulnerabilidade no grupo familiar deste estudante.

Marcos cursou integralmente o ensino fundamental e médio em estabelecimentos públicos de ensino. O ensino médio foi do tipo regular, cursado na maior parte no período matutino, e ele frequentou por dois anos o curso pré-vestibular da UFSC, que é gratuito.

Para manter-se informado, Marcos acessa a internet diariamente, pois ele possui computador em sua residência e faz uso do equipamento para seu lazer e para realizar trabalhos. O principal meio de transporte que utiliza atualmente é o ônibus (transporte coletivo).

O estudante informou que conheceu o PAA da UFSC no momento em que foi realizar sua inscrição para o vestibular e que, após a aprovação, nunca teve problemas em se identificar como cotista. Não encontra dificuldades em acompanhar o curso, porém considera que se tivesse mais tempo disponível para estudar teria um melhor desempenho.

Pode-se perceber que os estudantes envolvidos nesta pesquisa apresentam realidades de vida semelhantes ao universo total dos estudantes do Programa: são em sua maioria estudantes de escolas públicas, fazem parte de grupos familiares com uma média de três a quatro pessoas, utilizam principalmente a internet e a televisão para se informarem, locomovem-se com transporte coletivo, não realizavam atividades remuneradas, mas hoje realizam.

Mesmo com um grupo tão restrito e sem a pretensão de se criarem generalizações, esses estudantes, por meio de suas respostas, contribuíram para que algumas questões abordadas através de dados quantitativos fossem aqui qualificadas.

O grupo familiar desses estudantes apresenta uma faixa salarial muito próxima à das apresentadas pelo universo total de optantes, mas os dados referentes ao “Questionário Socioeconômico-Cultural” não possibilitavam a verificação da presença de situações de vulnerabilidade, pois isso interfere na realidade social e econômica das famílias. Foram identificadas situações de desemprego, dependência química e diagnóstico de doenças, em que a hipertensão e o diabetes foram predominantes, e é necessário que essas famílias sejam atendidas por políticas sociais planejadas na ótica da cidadania ao possibilitarem que acessem direitos que lhes são garantidos por lei.

Foi identificada também a presença de chefes de famílias aposentados, e sabe-se que esse grupo de cidadãos possui muitos gastos com medicamentos e

assistência médica, o que agrava a situação econômica da família, pois são gastos necessários e que em alguns casos não são previstos pelo planejamento financeiro familiar.

Devido às situações econômicas das famílias, a maioria dos estudantes enfrentam dificuldades em se manter na cidade apenas com o valor recebido mensalmente pela bolsa de estudos acadêmicos. Os estudantes são em sua maioria naturais do Estado de Santa Catarina, porém são oriundos de outros municípios e necessitam residir em Florianópolis para frequentar as aulas. Com o alto custo de vida da cidade, principalmente no tocante à alimentação e à moradia, muitos dos estudantes necessitam de ajuda financeira de familiares para complementar sua renda e garantir assim sua sobrevivência. Quando isso não é possível, eles se alimentam apenas com duas das refeições fornecidas pelo RU. Essas são algumas das situações vividas pelos estudantes e que servem para motivar novas ações a serem adotadas pela UFSC para a gestão, a manutenção e a criação dos benefícios voltados à Assistência Estudantil.

Na entrevista, foram abordados também os temas: o PAA da UFSC como programa de inclusão social; a Assistência Estudantil da UFSC como mecanismo responsável por garantir a permanência dos estudantes; e a UFSC como instituição de ensino superior.

Os conteúdos referentes aos temas foram apresentados com o objetivo de conhecer a opinião dos estudantes que ingressaram na UFSC por meio das vagas destinadas ao PAA acerca das temáticas abordadas. A partir das respostas, sugestões e críticas, será possível propor ações a serem desenvolvidas por meio de projetos destinados ao público-alvo do Programa e também para toda a comunidade acadêmica, pois as dificuldades e os anseios desses estudantes certamente são similares às necessidades dos que ingressaram pela classificação geral.

O primeiro tema abordado pretendia saber qual a opinião dos entrevistados sobre o PAA da UFSC, buscando encontrar respostas que representassem a importância do Programa para os estudantes e para a inclusão social no ensino superior por meio de novos mecanismos de acesso, como é o caso do PAA.

Ao ponderar as respostas dadas pelos estudantes optantes pelo PAA e regularmente matriculados na universidade, em relação ao primeiro tema, verifica-se que estes consideram o PAA um programa necessário, pois dá oportunidades de

ascensão social a grupos historicamente excluídos, sanando a desigualdade social, como pode ser visualizado a seguir.

O Programa cumpre seu papel de inclusão através do acesso, dá oportunidades de as pessoas concorrerem nos cursos que realmente querem fazer, independentemente do seu status social. Vejo que o trabalho da Comissão faz com que a informação circule na universidade, o que contribui muito para o acesso aos programas de permanência (João, CTC).

Tenho certeza de que é um mecanismo necessário para que a comunidade negra tenha ascensão social, pois o ensino superior é monopolizado por uma classe social, fazendo com que outras sejam subjugadas a trabalharem em áreas que não necessitem promover o conhecimento, sem perspectiva de vida. Eu me considero privilegiada de ter ingressado como negra nessa política pública (Natália, CSE).

É um Programa que se faz necessário, pois, se há desigualdade social, a universidade é um bom local para sanar esse histórico, visto que é através do ensino superior que se formarão os profissionais (Emílio, CCS).

É possível perceber nas falas dos entrevistados que o PAA vem cumprindo o seu papel, que é o de ampliar o acesso aos cursos de graduação da UFSC promovendo a democracia e o respeito às diferenças. A partir desses mecanismos, os estudantes têm mais chances de acessar os cursos que os formarão profissionais nas áreas desejadas, independentemente da concorrência por vagas ou pelo *status* social do curso, uma vez que a universidade também se compromete a estimular a permanência, principalmente por meio da Assistência Estudantil.

Nesse sentido, como a UFSC ao implementar seu PAA assegurou que estimularia a permanência dos estudantes, foi questionado aos entrevistados sobre a Assistência Estudantil a fim de identificar como eles estão sendo atendidos pelos programas de incentivo à permanência e quais são suas opiniões sobre os benefícios oferecidos.

Os estudantes apontaram que, no presente momento, o incentivo à permanência na universidade é extremamente necessário, porém a procura é maior que a demanda, e muitos estudantes não têm acesso a vagas na moradia estudantil ou a bolsas acadêmicas, de onde podem garantir a sua sobrevivência, entre outros pontos, conforme as respostas abaixo.

As ações realizadas para garantir a permanência são importantes, mais vejo que são necessárias ampliações de vagas para a bolsa de permanência e para a moradia estudantil. A demanda está maior que a procura, e faltam recursos na universidade para que seja possível reverter a situação (José, CTC).

O que vejo é que, se comparado com outras universidades de que tenho conhecimento, a Assistência Estudantil disponibilizada pela UFSC é boa. Mas se levar em conta que a cidade de Florianópolis possui um custo elevado de vida, é necessário ampliar as vagas destinadas aos benefícios, e os estudantes devem se organizar para expressar que os valores das bolsas e dos auxílios são baixos para garantir a sobrevivência na cidade (Ângela, CSE).

Acho quem, como entram muitos estudantes com dificuldades econômicas, a quantidade de bolsas e de auxílios deveria aumentar, fornecendo maiores condições de permanência. Vejo que faltam espaços adequados para um número tão grande de alunos (Marina, CCS).

Ao verificar a Resolução Normativa 008/CUN/2007, que cria o PAA, constata-se que uma das preocupações da universidade ao implementar o Programa está em garantir a permanência dos estudantes. Porém, nas falas dos entrevistados, fica claro que a instituição não tem dado conta de atender às necessidades de todos: as vagas são poucas, e o valor pago pelas bolsas é pequeno. Todos os estudantes entrevistados identificaram as situações anteriormente ressaltadas; apenas um reside na moradia estudantil, seguido por outro que reside com os pais. O restante mora em casas ou apartamentos alugados, e eles ainda comentaram que o valor recebido pelas atividades desenvolvidas nas bolsas mal dá para pagar os aluguéis, fazendo com que tenham de recorrer aos pais, porém não é sempre que estes podem ajudar, o que torna a situação crítica.

Mesmo disponibilizando para grande parte dos estudantes o auxílio-alimentação, a universidade deve adotar novas medidas e exigir mais recursos para que os incentivos à permanência possam ser ampliados e assim efetivar um dos compromissos da instituição com esses estudantes.

Para finalizar a entrevista, perguntou-se aos estudantes quais as suas opiniões sobre a UFSC como instituição de ensino superior e também se eles tinham sugestões ou críticas para relatar acerca da universidade. Os estudantes elogiaram a universidade, mas também fizeram críticas e sugestões, como mostrado a seguir.

A UFSC é um ótimo espaço de ensino, aqui se aprende muito e é possível conhecer pessoas de vários lugares. É um espaço de construção da vida pessoal e profissional (Maria, CTC).

Na UFSC, acho que há muita diferença entre os centros de ensino, parece que existe uma individualização e que os recursos não são os mesmos. A extensão deveria ser mais disponibilizada, não sei se pelos professores ou se pela própria instituição, vinculando os projetos com a educação básica, pois acredito que é mais fácil mudar a mentalidade dos sujeitos que ainda estão em desenvolvimento. O investimento em viagens também é diferente em cada curso, vejo que esse tipo de atividade também deve ser ampliado

em todos os cursos. Todos os cursos deveriam ter disciplinas das áreas exatas e social. Acredito que a UFSC reflete a sociedade em que vivemos, por isso é difícil que seja diferente da realidade que enfrentamos fora dela, é muito desigual (Ângela, CSE).

A UFSC é uma boa universidade, a biblioteca foi reformada e também está boa. O RU está ruim, pois no momento só tem um restaurante funcionando, e considero que há disparidades na qualidade da comida oferecida no RU na UFSC e no RU do Centro de Ciência Agrárias (CCA). As salas de aula são melhores em alguns centros do que em outros, como no CTC e CSE, que possuem ar-condicionado em todas as salas e no CCS. O anatômico melhorou após a reforma, mas ainda necessita de técnicos. Acho que ainda existem professores despreparados, sem didática (Marcos, CCS).

A maioria dos entrevistados realizou críticas em relação às diferenças de infraestrutura e de recursos nos centros de ensino da UFSC. Os estudantes comentaram que identificam, no cotidiano acadêmico e por frequentarem disciplinas que se realizam em diferentes centros de ensino, que alguns centros estão mais equipados do que outros por terem ares-condicionados, quadros brancos e projetores.

Eles sugerem que os diretores dos centros de ensino reúnam-se e exijam condições mais igualitárias de estrutura física e também de recursos para a realização de viagens de estudos. Cabe ressaltar que os entrevistados não deixaram de mencionar que a UFSC é uma boa universidade e que possibilita a muitos estudantes, antes menosprezados e considerados incapazes, a construção de uma vida pessoal e profissional mais digna.

Diante desses apontamentos, considera-se que a pesquisa foi relevante e permitiu conhecer e caracterizar o público-alvo do PAA, de modo que a partir de agora a instituição possa atender às críticas e sugestões desse público e que possa também continuar a execução e a construção de programas e projetos que visem à inclusão social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como fechamento desta pesquisa, considera-se que o objetivo proposto foi atingido, visto que o estudo e o levantamento dos dados referentes ao “Questionário Socioeconômico-Cultural” foram concluídos. Verificou-se que, entre 2008 e 2010, foram aprovados 3.791 estudantes que optaram pelo PAA para acesso à UFSC. Esses estudantes encontram-se distribuídos em três categorias de reserva de vagas do Programa (autodeclarados negros, oriundos de escola pública e pertencentes a povos indígenas).

O objetivo geral abordava as ações voltadas para a inclusão social que efetivam o papel das universidades. Nesse sentido, observou-se que, dada a seletividade socioeconômica e étnico-racial da representação de estudantes oriundos de escola pública, autodeclarados negros e de indígenas nas universidades, as Ações Afirmativas são importantes medidas para promover a inclusão de uma parcela da população historicamente excluída do ensino superior e também para promover a diversidade.

Dessa forma, a utilização das Ações Afirmativas contribui para que a função das universidades seja efetivada, pois passa a oferecer novos subsídios que garantem a formação de cidadãos, possibilitando o aumento da produção do conhecimento e dos saberes da sociedade envolvida, e capacitando os indivíduos a lutarem pela transformação social.

O fato de a UFSC ser uma instituição pública e gratuita faz com que esteja aberta a todos os segmentos da sociedade. Se somente uma parcela da população tiver acesso ao ensino superior público e gratuito, como os ricos, e com isso se beneficiarem de todo o investimento social no ensino superior público, as consequências seriam de uma prevalência social de certos grupos sobre outros, caracterizando uma das formas mais perversas do capitalismo: a desigualdade social e de classes.

Além da democratização do acesso por meio das Ações Afirmativas, pode-se dizer que a formação dos graduandos será melhor em um ambiente de diversidade que os prepare para uma sociedade cada vez mais sensível às diferenças. A necessidade de que o ambiente universitário seja diversificado também é atrelada ao fato de a instituição prestar serviços à comunidade, e, para que esta possa se identificar com as ações desenvolvidas, é preciso que se sinta parte da instituição.

Utilizando como base o “Questionário Socioeconômico-Cultural” e as entrevistas, o estudo identificou o perfil dos estudantes optantes, como mostrado a seguir.

Em relação às características consideradas gerais, a pesquisa apontou que os estudantes optantes pelo PAA são predominantemente oriundos do Estado de Santa Catarina, totalizando 3.293 (86,9%).

A maioria, 3.511 (92,6%), cursou todo o ensino fundamental em estabelecimentos públicos de ensino. Também são predominantes os estudantes optantes que cursaram todo o ensino médio em estabelecimentos públicos, totalizando 3.494 (92,2%). Sobre o turno de estudo no qual esses estudantes cursaram o ensino médio, verificou-se que a maioria, 2.380 (62,8%), frequentou as aulas no período diurno. Os estudantes também se caracterizam por terem cursado o ensino médio do tipo regular, totalizando 3.234 (85,3%) optantes. O estudo possibilitou constatar, ainda, que a maioria dos estudantes optantes, 2.353 (62,1%), frequentou cursos preparatórios para o Concurso Vestibular, e a principal razão que levou alguns optantes a não cursarem pré-vestibulares foi a dificuldade econômica, motivo apresentado por 913 (24,1%) estudantes.

Verificou-se também que entre os estudantes optantes os solteiros são maioria, totalizando 3.445 (90,9%).

No tocante à participação em atividades remuneradas, o estudo identificou que, entre as faixas etárias de 14 a 18 anos, a maior parte dos estudantes iniciou atividades remuneradas entre 16 e 18 anos, totalizando 1.114 (29,4%), e quando do Concurso Vestibular, a maior parte dos optantes, 1.838 (55,8), não trabalhava ou estava desempregada.

Sobre as características socioeconômicas do grupo familiar dos estudantes optantes pelo PAA, concluiu-se que o grupo familiar destes varia de uma a mais de cinco pessoas por residência, mas é predominante o número de grupos familiares compostos de quatro pessoas, o que totaliza 1.255 (33,1%). Os valores das rendas brutas familiares dos optantes pelo PAA variam de um a mais de 20 salários mínimos, mas são predominantes grupos familiares com renda bruta entre três e cinco salários mínimos, o que totaliza 1.265 (33,4%). Em 1.408 (37,1%) grupos familiares dos optantes, o pai é o principal responsável, seguido pela mãe, que é a grande responsável pelo sustento familiar de 823 (21,7%) grupos familiares. A principal ocupação dos pais, maiores responsáveis pelo sustento familiar, é em

grande parte de empregado em setor privado, totalizando 1.071 (28,3%), seguido da área pública, totalizando 1.047 (27,6%) responsáveis.

Em relação às características socioculturais dos estudantes optantes pelo PAA, a pesquisa apontou que o meio de informação mais utilizado por eles é a internet, totalizando 1.770 (46,7%) estudantes. Em seguida vem a televisão, utilizada por 1.267 (33,4%) estudantes. A pesquisa apontou também que a maioria dos optantes, 2.680 (70,7%), faz uso do computador para trabalhos escolares e profissionais e que sabe manuseá-los. Na pesquisa, verificou-se ainda que a maior parte dos estudantes optantes, 2.752 (72,6%), possui computadores com acesso à internet em suas residências.

Entre os meios de transporte disponíveis, tais como carros, motocicletas, bicicletas, ônibus e outros, a maioria dos estudantes optantes pelo PAA – 2.716 (71,6%) – apontou que o principal meio de transporte que utiliza para se locomover são os ônibus.

Em relação às expectativas dos estudantes optantes inscritos no Programa sobre o ensino superior, foi possível identificar que a pesquisa apontou que a maioria dos estudantes, 2.192 (57,8%), busca com o ensino superior adquirir uma formação acadêmica para acessar o futuro emprego. A pesquisa possibilitou identificar que o principal motivo que levou os estudantes optantes a escolherem a UFSC como instituição de formação acadêmica em nível superior foi o fato de essa universidade ser pública e gratuita, condição que é economicamente mais viável para 2.036 (53,7%) dos optantes pelo Programa.

Verificou-se por meio dos dados acima apresentados que os efeitos da desigualdade se fazem sentir em todas as áreas da sociedade, mais particularmente na educação.

Outros importantes dados referentes à pesquisa deste TCC foram os relatos, as opiniões, as críticas e as sugestões que os nove estudantes entrevistados – optantes e regularmente matriculados – trouxeram, de modo que essas informações contribuíram para qualificar e entender as questões que envolvem o PAA, a UFSC e a Assistência Estudantil.

Com a pesquisa, conclui-se que, quanto ao objetivo específico de realizar a contextualização histórica da UFSC e de seus programas de permanência e inclusão, foi possível identificar que essa instituição caracteriza-se por ser pública e federal, e que tem por finalidade produzir, sistematizar e socializar o saber,

formando indivíduos para o exercício profissional. Preocupada em atender às demandas de seus estudantes, executa atualmente ações que visam à permanência na instituição. A UFSC fornece alimentação por meio da isenção do pagamento no RU. Também disponibiliza atendimento médico-odontológico no HU, moradia e auxílio-moradia através de vagas nas instalações da moradia estudantil no *campus*, além de oferecer auxílio para o pagamento de aluguéis. Concede bolsas remuneradas, por meio da Bolsa de Permanência, e possui outras iniciativas de assistência estudantil. Para democratizar o acesso a esses benefícios, a UFSC implementou em 2008 o seu primeiro PAA em resposta às desigualdades sociais e educacionais presentes na sociedade brasileira.

Quanto ao objetivo específico referente à caracterização do PAA na UFSC, identificou-se que o Programa constitui-se em um instrumento de promoção de valores sociais e da diversidade mediante a ampliação do acesso e estímulo à permanência dos estudantes nos cursos universitários. O Programa é destinado a estudantes que tenham cursado integralmente o ensino fundamental e médio em instituições públicas, para os quais são destinados 20% do total de vagas; a estudantes autodeclarados negros, a quem se destinam 10% do total de vagas; e a estudantes que pertençam a povos indígenas. Para esses últimos, são criadas cinco vagas suplementares.

Em referência aos demais objetivos específicos, o estudo proporcionou destacar que, desde a implementação do PAA no ano de 2008, foram aprovados 3.791 estudantes optantes pelo Programa – 1.203 em 2008, 1.208 em 2009 e 1.380 em 2010. O estudo também ressaltou a importância do PAA para o acesso de estudantes de escola pública, pois possibilitou o aumento de 510% de estudantes aprovados nessa categoria.

Também é notório que as Ações Afirmativas vêm facultando a construção e o resgate da dívida que a sociedade brasileira tem com os negros e com os indígenas. Permitir o aumento de oportunidades no ensino superior público, democratizando o acesso e a permanência, também é uma tarefa das universidades públicas.

As Ações Afirmativas no acesso à universidade mostram-se como mecanismos eficientes para a construção da diversidade sem contrariar a valorização do mérito acadêmico, e sim complementá-lo. Os candidatos ingressantes são sempre os que obtiverem os melhores desempenhos nos Concursos Vestibulares entre os oriundos de escolas públicas, autodeclarados

negros e pertencentes a povos indígenas. A impressão que certa parcela da população tem, de que com a implementação das Ações Afirmativas a qualidade do ensino ficaria rebaixada, não encontra nenhum fundamento, pois os resultados acadêmicos dos optantes pelos PAAs nos exames classificatórios são próximos e muitas vezes superiores aos dos candidatos que ingressam nas universidades a partir da classificação geral. A evasão também tem sido muito menor nesse grupo de estudantes quando comparados aos demais.

O estudo também teve como objetivo identificar as ações desenvolvidas pelo Serviço Social na Comissão de Acompanhamento e Avaliação do PAA da UFSC. Essa Comissão foi criada a partir da Resolução Normativa nº 008/CUN/2007, que instituiu o PAA e que o constitui como instrumento de promoção de valores democráticos e da diversidade socioeconômica e étnico-racial. Dessa forma, foi com o surgimento dessa nova demanda que o Serviço Social foi chamado para responder às questões sociais que dizem respeito ao público-alvo do PAA, tendo como lócus essa Comissão.

O profissional de Serviço Social presente na Comissão atua diretamente com os estudantes, buscando por meio dos atendimentos levantar demandas e socializar as informações, ação fundamental para a viabilização da permanência na UFSC dos optantes pelo PAA. Nessa dimensão, o Assistente Social direciona a sua prática por meio de ações interdisciplinares de orientação e informação. Diante das expressões da questão social, poderá identificar os fatores que interferem na permanência do estudante e então direcioná-lo para que obtenha os benefícios da Assistência Estudantil.

A finalidade da Assistência Estudantil é prover os recursos necessários para a superação dos obstáculos e dos impedimentos ao bom desempenho acadêmico ao minimizar os efeitos da desigualdade social e reduzir as taxas de evasão escolar. Contudo, a pesquisa de campo identificou, por intermédio dos relatos dos estudantes, que as ações de assistência desenvolvidas pela UFSC são insuficientes para suprir as necessidades que eles têm. São necessárias ampliações de vagas e aumento dos recursos destinados ao auxílio-moradia e ao pagamento das bolsas de permanência.

Após sintetizar todas essas informações, verifica-se que os objetivos propostos nesta pesquisa foram alcançados.

A implantação de PAAs em instituições de ensino superior, com o intuito de democratizar e ampliar o acesso de certas camadas populares, possibilita a construção de estratégias comprometidas com a transformação da realidade social vivida pelos optantes, com impacto direto em suas trajetórias, que no geral foram marcadas por incertezas, sofrimentos e exclusão.

Mas, além dessa medida emergencial que é a Ação Afirmativa, deve-se refletir também que, no atual cenário em que vivemos, pautado pela presença de muitas políticas neoliberais, é imprescindível elaborar uma política de educação que prime pela qualidade e que garanta o acesso universal e gratuito a todos os cidadãos desde a infância até a fase adulta, ou seja, da educação infantil ao ensino superior.

A caracterização dos estudantes, com a divulgação do perfil dos optantes pelo PAA, possibilita que sejam realizadas algumas sugestões de ações, com foco no tema da pesquisa: divulgar os dados referentes ao perfil dos estudantes para os setores responsáveis pela elaboração e implementação da Política de Assistência Estudantil, pois os dados direcionam os benefícios para um aumento do número de vagas na moradia estudantil e bolsas de permanência, assim como é necessário ampliar os recursos destinados aos pagamentos dos auxílios e das bolsas; utilizar de forma mais expressiva a divulgação e a socialização de informações através da internet, pois esse é o meio de comunicação que os estudantes mais utilizam; verificar a possibilidade do fornecimento de uma refeição complementar nas dependências do RU, como o lanche da manhã ou da tarde; ampliar o convênio com instituições privadas a fim de aumentar as vagas disponíveis para a realização de estágio, o que se configura como um dos principais meios de acesso ao mercado de trabalho; realizar seminários e encontros que possibilitem a discussão do tema “Ações Afirmativas”, gerando o debate; promover a formação política privilegiando o reconhecimento de características socioculturais a fim de formar cidadãos conscientes de seus direitos.

A inserção do Assistente Social no atendimento, na elaboração e na execução de programas e projetos voltados para o PAA e para seu público-alvo contribuiria positivamente na resolução de diversas questões que perpassam pelas relações raciais, de gênero e sociais, uma vez que a profissão atua diretamente com as mazelas sociais. As Ações Afirmativas são um tema recente e relevante para a

profissão e se mostram como um novo campo para os profissionais atuantes nessa área.

Nessa direção, o profissional pode contribuir na luta dos sujeitos pela conquista da cidadania por meio da defesa dos direitos sociais das políticas sociais, além de favorecer e ampliar a relação da família e da comunidade com a instituição, assim como articular a política de educação com as demais políticas sociais.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. M. A dimensão pedagógica do serviço social: bases histórico-conceituais e expressões particulares na sociedade brasileira. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Ano XXV, n. 79, p. 43-71, 2004.

ALMEIDA, N. L. T. Serviço social e política educacional: um breve balanço e desafio desta relação. In: ENCONTRO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA ÁREA DE EDUCAÇÃO, 1., 2003, Belo Horizonte. **Anais...Belo Horizonte: 2003**, p. 1-9.

_____. O serviço social na educação. **Revista Inscrita**. CFESS, 2000.

BARROCO, M. L. S. **Ética: fundamentos sócio-históricos**. São Paulo: Cortez, 2008, p. 212-232.

BARROS, A. J. P. de; LEHFELD, N. A. de S. **Fundamentos de metodologia: um guia para a iniciação científica**. São Paulo: Makron Books, 2004.

BELLEI, S. L. P. Universidade, mercado e crise do pensamento. In: RISTOFF, D.; SEVEGNANI, P. (Orgs.). **Universidade e compromisso social**. Brasília: Inep, 2006. p. 53-64.

BERGMANN, B. **In defense of affirmative action**. New York: Basic Books, 1996.

BIANCHETTI, L. Inclusão e exclusão no processo e qualificação profissional: educação corporativa, novos protagonistas e novos *loci* espaço-temporais de formação de trabalhadores. In: MOLL, J.; SEVEGNANI, P. (Orgs.). **Universidade e mundo do trabalho**. Brasília: Inep, 2006. p. 41-59.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 27 jul. 2010.

_____. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Brasília, DF, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm>. Acesso em: 16 out. 2010.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN). Brasília, DF, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 28 jul. 2010.

_____. **Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997**. Estabelece normas para as eleições. Brasília, DF, 1997. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L9504.htm>>. Acesso em: 20 set. 2010.

BRASIL. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <<http://www.normaslegais.com.br/legislacao/lei11788.htm>>. Acesso em: 27 ago. 2010.

BRESSAN, C. R. **Serviço social na educação**. Brasília: CFESS, 2001.

CFESS. **Parâmetros para atuação de assistentes sociais e psicólogos(as) na Política de Assistência Social**. Conselho Federal de Psicologia (CFP), Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) – Brasília, CFP/CFESS, 2007.

_____. **Lei nº 8662/9, de 7 de junho de 1993**. Dispõe sobre a regulamentação da profissão do assistente social. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_lei_8662.pdf>. Acesso em: 6 ago. 2010.

_____. **Resolução CFESS nº 533/2008**. Regulamenta a supervisão direta de Estágio no Serviço Social. Brasília: CFESS, 2008. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao533.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2010.

CHAUÍ, M. A universidade em ruínas. In: TRINDADE, H. (Org.). **Universidade em ruínas na república dos professores**. Petrópolis: Vozes, 1999.

CILONI, A. D. **Universidade e inclusão social**. Disponível em: <<http://www.universia.com.br/materia/imprimir.jsp?id=14469>>. Acesso em: 27 jul. 2010.

COMISSÃO DE ACESSO E DIVERSIDADE SOCIOECONÔMICA E ÉTNICO-RACIAL. **Proposta de programa de ações afirmativas para ampliação do acesso à Universidade Federal de Santa Catarina com diversidade socioeconômica e étnico-Racial**. Florianópolis: UFSC, 2006.

CURY, C. R. J. **Políticas inclusivas e compensatórias na educação básica**. v. 35, n. 24, 2005. Cadernos de Pesquisa. p. 11-32.

DAVIDOVICH, L. Ensino superior e inclusão social no Brasil. In: CGEE (Org.). **Parcerias estratégicas: seminários temáticos para a 3ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação**. Brasília: CGEE, 2005. p. 215-234

D'AVILA, G. T.; SOARES, D. H. P. **Orientação ao vestibulando: aliviando a ansiedade no mês anterior ao exame**. Relatório Final de Atividades. PIBIC/UFSC/CNPq. Florianópolis, 2003.

DEMO, P. **Desafios modernos da educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

ESPÍRITO SANTO, A. C. M. do. **O debate em torno do tema da possibilidade de adoção de políticas de ação afirmativa nas universidades públicas brasileiras a partir de Ronald Dworkin**. Biguaçu, 2008. 73 f. Monografia (Bacharel em Direito) - Universidade do Vale do Itajaí, Biguaçu, 2008.

FALEIROS, V. de P. Serviço social: questões presentes para o futuro. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano XVII, n. 50, 1996.

FAUSTINO, M. K. **O serviço social na educação**: possibilidades de intervenção frente a situações de exclusão social, poder e violência. Florianópolis, 2008. Disponível em: <http://www.fazendogenero8.ufsc.br/sts/ST11/Micheli_Klauberg_Faustino_11.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2010.

FERRAZ, T. B. Função social da universidade e políticas de ação afirmativas no Brasil: elementos para discussão sob o prisma da avaliação institucional. **Revista África e Africanidades**, ano I, n. 2, p. 1-19, ago. 2008.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. Mulheres, trabalho e família. **Difusão de idéias**. Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/conteudos especiais/difusaoideias/pdf/materia_mulheres_trabalho_e_familia.pdf>. Acesso em: 27 out. 2010.

GERARDI, D. A. M. **Serviço social e educação**: uma interface necessária. Florianópolis: Garapuvu, 2000.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GOERGEN, P. Universidade e compromisso social. In: RISTOFF, D.; SEVEGNANI, P. (Orgs.). **Universidade e compromisso social**. Brasília: Inep, 2006. p. 65-95.

GOMES, J. B. B. **Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade**: o direito como instrumento de transformação social. A experiência dos EUA. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

GUERRA, Y. O conhecimento crítico na reconstrução das demandas profissionais contemporâneas. **Prática Profissional do Assistente Social**, São Paulo, v. 1, p. 79-106, 2009.

HAMBURGER, E. W. Seletividade social e o vestibular. In: BRASIL. Secretaria da Educação Superior. **Seminários vestibular hoje**: coletânea de textos. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Superior, 1987.

HOLANDA, F. A. Ciência, tecnologia e extensão a serviço da cidadania. In: **Parcerias estratégicas**: seminários temáticos para a 3ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. Brasília: CGEE, 2005. p. 53-78.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IAMAMOTO, M. V. O serviço social na cena contemporânea. In: **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 1-50.

_____. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

LIMA, J. D. F. **UFSC: sonho e realidade.** 2. ed. Florianópolis: UFSC, 2000.

LOPES, E. de M. S. Serviço social e educação: as perspectivas de avanços do profissional de serviço social no sistema escolar público. **Serviço Social em Revista**, v. 8, n. 2, jan./jun. 2006. Disponível em: <http://www.ssrevista.uel.br/cv8n2_eleni.html>. Acesso em: 29 jul. 2010.

MARCON, F. Distorções sociais no acesso ao ensino público superior e os fundamentos da proposta de ações afirmativas da UFS. In: MARCON, F.; SUBRINHO, P. M. J. (Orgs.). **Ações afirmativas e políticas inclusivas no ensino superior: a experiência da Universidade Federal de Sergipe.** São Cristóvão: UFS, 2010. p. 37-56

MARTINS, E. B. C. O serviço social na área da educação. **Revista Serviço Social & Realidade**, São Paulo, v. 8, n. 1, 1999.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). et al. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MIOTO, R. C. T. **Serviço social e ações profissionais: proposições de um processo investigativo.** Florianópolis: UFSC/CSE/DSS, 2006.

MOEHLECKE, S. **Proposta de ações afirmativas no Brasil: o acesso da população negra ao ensino superior.** 2000. 179 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-20072003-172034/>>. Acesso em: 16 set. 2010.

_____. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 117, p. 197-217, 2002.

MOISEICHYK, A. E.; BIAZÚS, C. A. O papel da universidade diante do contexto atual: uma questão de responsabilidade social. In: COLOQUIO INTERNACIONAL DE GESTIÓN UNIVERSITARIA EN AMÉRICA DEL SUR, 2., 2001, Florianópolis: UFSC, 2001. p. 113-114.

MUNANGA, K. Considerações sobre as políticas de ação afirmativa no ensino superior. In: PACHECO, J. Q.; SILVA, M. N. da. (Orgs.). **O negro na universidade: o direito à inclusão.** Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2007, p. 7-19.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. Economia política: uma introdução crítica. In: BARROCO, M. L. S. **Ética: fundamentos sócio-históricos.** São Paulo: Cortez, 2008, p. 212-232.

NOGUEIRA, V. M. R.; MIOTO, R. C. T. Sistematização, planejamento e avaliação das ações dos assistentes sociais no campo da saúde. In: MOTA, A. E. et al. **Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional,** 2007. Disponível em:

<http://fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto2-6.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2009.

OLIVEIRA, S. G. **A nova educação e você**: o que os novos caminhos da educação básica pós-LDB têm a ver com educadores, pais, alunos e com a escola. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PASSONI, I. R. Cidadania em C,T&I: uma mudança de paradigma. In: CGEE (Org.). **Parcerias estratégicas**: seminários temáticos para a 3ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. Brasília: CGEE, 2005. p. 93-112.

POCHMANN, M. et al. (Orgs.). **Atlas da exclusão social, volume 5**: agenda não liberal da inclusão social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2005.

PROGRAMA DE AÇÃO DE DURBAN, adotado em 8 de setembro de 2001.

Disponível em:

<<http://www.planalto.gov.br/consea/Static/documentos/Eventos/IIIConferencia/DeclafinalDurban.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2010.

RAICHELIS, R. **Esfera pública e conselhos de assistência social**: caminhos da construção democrática. São Paulo: Cortez, 1998.

RAMOS, S. R. Construção de projetos coletivos: refletindo aspectos do projeto profissional do serviço social. **Temporalis**, Brasília, ano 3, n. 5, p. 81-94, 2002.

RESOLUÇÃO NORMATIVA 008/CUN/2007. Disponível em:

<<http://www.acoes-afirmativas.ufsc.br/>>. Acesso em: 24 ago. 2009.

RISTOFF, D. **Universidade em foco**: reflexões sobre a educação superior. Florianópolis: Insular, 1999.

ROMA, C. da C. L. A função social da universidade: uma educação para além do capital. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 13., 2010, Brasília. **Resumo...** Brasília: CBAS, 2010.

SANTOS, A. M. dos. **A política de educação no Brasil**: implantação do serviço social escolar. Disponível em: <<http://www.meuartigo.br/brasilcola.com/educacao/a-politica-educacao-no-brasil-implantacao-servico-.htm>>. Acesso em: 29 jul. 2010.

SANTOS, S. A. et al. Ações afirmativas: polêmicas e possibilidades sobre igualdade racial e o papel do Estado. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 913-929, set/dez, 2008.

SARMENTO, H. B. de M. **Rediscutindo os instrumentais e as técnicas em serviço social**. p. 6-44.

SAVIANI, D. **A nova lei da educação**: trajetória, limites e perspectivas. 5. ed. São Paulo: Autores Associados, 1999.

_____. A pós-graduação em educação no Brasil: pensando o problema da orientação. In: BIANCHETTI, L.; MACHADO, A. M. N. **A bússola do**

escrever: desafios e estratégias na orientação de teses e dissertações. Florianópolis: Ed. da UFSC; São Paulo: Cortez, 2002.

SEVERINO, A. J. Fundamentos de metodologia. In: BARROS, A. J. P. de; LEHFELD, N. A. de S. **Fundamentos de metodologia:** um guia para a iniciação científica. São Paulo: Makron Books, 2004.

SILVA, M. L. L. da. Um novo fazer profissional. In: CFESS/ABEPSS/CEAS/NED-UNB (Orgs.). **Capacitação em serviço social e política social.** Programa de Capacitação continuada para Assistentes Sociais. Módulo 4. Brasília: UNB, 2000 p. 113-124.

SILVEIRA, M. A. **A política de assistência ao estudante:** espaço de inserção do serviço social na rede federal de educação profissional e tecnológica. Brasília: CBAS, 2010.

SOUZA, R. M. de. **A educação e a interface com o serviço social:** um olhar necessário a partir da caracterização do perfil das famílias das crianças e adolescentes inscritos no Centro de Educação Complementar (CEC) Itacorubi. 2009. Monografia (Bacharel em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

TRAGTENBERG, M. H. R. et al. **Políticas de ampliação do acesso e diversidade socioeconômica e étnico-racial na Universidade Federal de Santa Catarina.** Florianópolis: UFSC, 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Relatório de Gestão 2008.**

Disponível em:

<http://www.die.ufsc.br/arquivos/RELATORIO_GESTAO_2008.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2010.

_____. **Relatório de Gestão 2009.** Portaria CGU n. 2270, de 4 de novembro de 2009. Decisão normativa TCU n. 100, de 7 de outubro de 2009. Disponível em: <http://www.die.ufsc.br/arquivos/RELATORIO_GESTAO_2009.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2010.

VIANNA, H. M. Acesso à universidade: análise de alguns modelos alternativos de seleção. In: BRASIL. Secretaria da Educação Superior. **Seminários vestibular hoje:** coletânea de textos. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Superior, 1987.

YAZBECK, M. C. **O serviço social como especialização do trabalho coletivo.** Reprodução Social, Trabalho e Serviço Social. Módulo 2. Brasília: Universidade de Brasília/NED, 1999.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista

IDENTIFICAÇÃO

- Nome:
- Idade:
- Sexo:
- Cor/Raça/Etnia:
- Estado civil:
- Curso/Semestre de ingresso/Fase atual:
- Cidade (procedência)/Estado:
- Tempo de residência na cidade:
- Tem filhos? Quantos?

SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO ENTREVISTADO

- Sua ocupação:
- Sua ocupação no ato da matrícula:
- Sua fonte de rendimentos e valor em R\$:
- Início de atividade remunerada (em anos):
- Recebe alguma ajuda financeira da família?
- Está sendo atendido pela Assistência Estudantil? Qual atendimento?
- Sua família recebe algum tipo de benefício governamental?

CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS DO GRUPO FAMILIAR

- Número de pessoas que compõem a família:
- Valor da renda bruta familiar:
- Nível de instrução do pai:
- Nível de instrução da mãe:
- Responsável pelo sustento familiar:
- Ocupação do responsável pela família:

CARACTERÍSTICAS SOBRE A ESCOLARIDADE DO ENTREVISTADO

- Em que tipo de estabelecimento cursou o ensino fundamental e o ensino médio?
- Que tipo de ensino médio cursou?
- Turno que estudou no ensino médio:

- Frequentou cursos pré-vestibulares? Por quanto tempo?
- Qual foi o motivo que o levou a não cursar pré-vestibulares?

CARACTERÍSTICAS SOCIOCULTURAIS DO ENTREVISTADO

- Qual meio de informação utiliza?
- Possui computador? Usa computador?
- Qual o tipo de meio de transporte que mais utiliza?

CARACTERÍSTICAS DAS CONDIÇÕES DE MORADIA

- Situação de moradia:
- Material:
- Localização:

CARACTERÍSTICAS DAS SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADES DO ENTREVISTADO

- Possui diagnóstico de doenças na família?
- Possui alguém na família em situação de desemprego?
- Possui alguém na família com dependência química?

PROGRAMA DE AÇÕES AFIRMATIVAS

- Como conheceu o PAA da UFSC?
- Já se inscreveu em algum dos programas de incentivo à permanência na UFSC e não foi atendido ou selecionado?
- No seu cotidiano na UFSC, você assume a condição de cotista?
- Você tem alguma dificuldade em acompanhar o curso escolhido?
- Quais fatores você considera que poderiam/podem influenciar em seu rendimento acadêmico?
- Qual a sua opinião sobre o PAA da UFSC?
- Qual a sua opinião sobre a Assistência Estudantil?
- Qual sua opinião sobre a UFSC?
- Sugestões:
- Críticas:

APÊNDICE B – Termo de consentimento livre e esclarecido

Você está sendo convidado a participar da pesquisa *“Universidade e inclusão social: o perfil dos estudantes que optaram pelo Programa de Ações Afirmativas (PAA) para o acesso à Universidade Federal de Santa Catarina”*. Você foi escolhido por compor o universo dos estudantes que fazem parte do Programa de Ações Afirmativas da UFSC, e sua participação não é obrigatória. A qualquer momento, você pode desistir de participar e retirar o seu consentimento. Sua recusa não trará prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com o Departamento de Serviço Social/UFSC.

O objetivo deste estudo é *apresentar o perfil dos estudantes inseridos na Universidade Federal de Santa Catarina através do Programa de Ações Afirmativas, analisando as ações voltadas para a inclusão social que efetivam este programa e garantindo o acesso e a permanência desses estudantes.*

Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder a perguntas que têm com objetivo *apresentar as características socioeconômicas, sociodemográficas, socioculturais e as vulnerabilidades relatadas pelos estudantes bem como conhecer a opinião desses estudantes sobre o Programa de Ações Afirmativas da UFSC.*

Com sua contribuição, poderemos analisar as ações voltadas para a permanência dos estudantes na UFSC bem como justificar a importância do Programa de Ações Afirmativas para os grupos a quem se destina no sentido de elaborarmos novas propostas de ação para o Serviço Social e qualificar as já existentes.

Não identificamos a existência de riscos em você participar da pesquisa. As informações obtidas serão utilizadas para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso e somente serão veiculadas através deste. Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar a sua identificação.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone do pesquisador principal e da professora orientadora, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

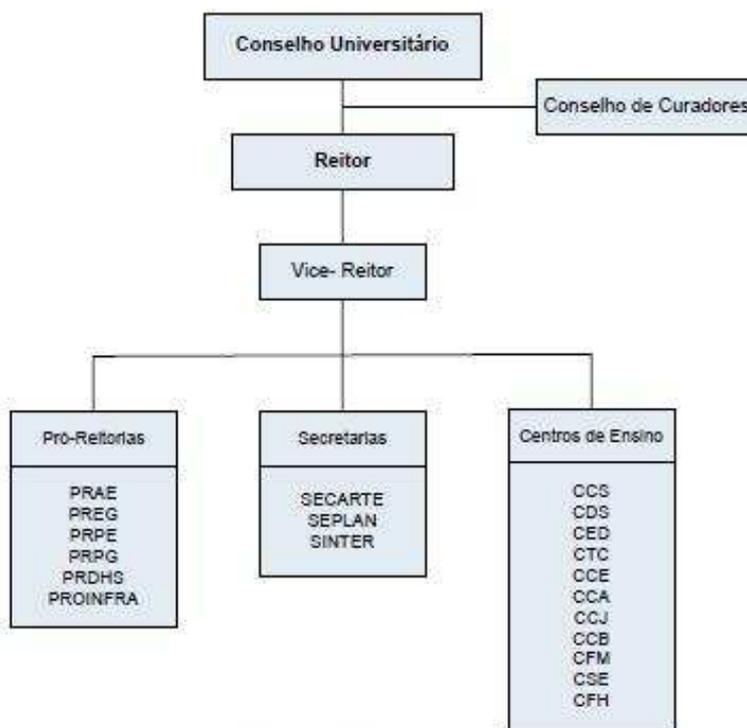
Orientadora do Trabalho de Conclusão de Curso – Profª Dra. Liliane Moser.
Departamento de Serviço Social
Fone: 3331-9540

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

(Sujeito da pesquisa)

ANEXOS

ANEXO A – Estrutura organizacional da UFSC



Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PRAE
 Pró-Reitoria de Graduação - PREG
 Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão - PRPE
 Pró-Reitoria de Pós-Graduação - PRPG
 Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social - PRDHS
 Pró-Reitoria de Infraestrutura - PROINFRA
 Secretaria de Cultura e Arte - SECARTE
 Secretaria de Planejamento e Finanças - SEPLAN
 Secretaria de Relações Institucionais e Internacionais – SINTER
 Centro de Ciências da Saúde – CCS
 Centro de Desportos – CDS
 Centro de Ciências da Educação – CED
 Centro Sócio-Económico – CSE
 Centro Tecnológico – CTC
 Centro de Comunicação e Expressão – CCE
 Centro de Ciências Jurídicas – CCJ
 Centro de Ciências Agrárias – CCA
 Centro de Ciências Biológicas – CCB
 Centro de Ciências Físicas e Matemáticas – CFM
 Centro de Filosofia e Ciências Humanas - CFH